Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.143 | Preço banca: R$ 3,50

Mercado financeiro aumenta pela 15ª vez projeção para inflação em 2022

O mercado financeiro aumentou pela 15ª semana seguida a previsão de inflação de 2022. De acordo com projeção do Boletim Focus, divulgada na terça-feira (26) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano com alta de 7,65%. Há uma semana, a projeção para o índice estava em 7,46%, e há quatro semanas, em 6,86%.

O Boletim Focus reúne a projeção de cerca de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. É publicado semanalmente. Para 2023, o mercado mantém, também, a expectativa de alta da inflação. A projeção da variação do IPCA passou dos 3,91% projetados há uma semana, para 4%, conforme o boletim publicado pela autoridade monetária. Há quatro semanas, a projeção estava em 3,80% para a inflação do próximo ano.

Alta também para a previsão inflacionária de 2024. De acordo com o mercado financeiro, a inflação ficará em 3,20%, ante os 3,16% projetados na semana passada. Há quatro semanas, a previsão era de que 2024 terá uma inflação de 3,20%. Para 2025, a projeção se mantém estável há 41 semanas, em 3%. Página 3

Chuvas em Minas e queda na demanda chinesa afetam mineração

Página 12

Confiança do comércio volta a crescer após dois meses

Página 3

ONU estima 8,3 milhões de refugiados da Ucrânia este ano

A agência de refugiados da ONU (Acnur) está esperando que cerca de 8,3 milhões de pessoas fujam da Ucrânia este ano, revisando para cima sua projeção anterior, disse um porta-voz na terça-feira (26).

Mais de 12,7 milhões de pessoas fugiram de suas casas nos últimos dois meses, incluindo 7,7 milhões de pessoas deslocadas internamente e mais de 5 milhões que fugiram através das fronteiras, disse a porta-voz do Acnur, Shabia Mantoo, em entrevista coletiva.

O Acnur havia estimado anteriormente cerca de 4 milhões de refugiados na sequência imediata da invasão russa da Ucrânia em 24 de fevereiro, mas o número foi ultrapassado no mês passado.

"A escala da crise, definitivamente a rapidez da fuga de pessoas, não temos visto nos últimos tempos", disse Mantoo.

A Síria continua sendo a maior crise atual de refugiados do mundo, com 6,8 milhões de pessoas tendo fugido, acrescentou. (Agencia Brasil)

Quase 200 casos de hepatite aguda grave são registrados em crianças

Cerca de 190 casos inexplicáveis de hepatite aguda grave foram relatados em crianças em todo o mundo, disse o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) na terça-feira (26).

O surto foi divulgado pela primeira vez este mês no Reino Unido —que registrou 111 casos, principalmente em crianças menores de 10 anos— e desde então foi identificado em pelo menos 12 países. Página 3

Ministério da Educação lança Canal Educação e Canal Libras

Foto/José Cruz/ABr

Página 12

Letalidade em ações policiais caiu, diz Ouvidoria da Polícia de São Paulo

Página 2

Dólar fecha a R$ 4,99 e acumula alta de 8% em três dias

Num dia de forte nervosismo no mercado internacional, o dólar aproximou-se de R$ 5, mesmo com o Banco Central (BC) intervindo no câmbio. A bolsa de valores caiu pela sétima vez consecutiva e atingiu o menor nível desde o fim de janeiro.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (26) vendido a R$ 4,991, com alta de R$ 0,115 (+2,36%). A cotação operou em alta durante toda a sessão e só não ultrapassou os R$ 5 porque o BC fez um leilão extra de US$ 500 milhões em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro.

Com o desempenho da terça-feira, a moeda norte-americana acumula alta de 8,04% apenas nas últimas três sessões. Página 12

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

31º C
18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,99
Venda: 4,99

Turismo
Compra: 4,96
Venda: 5,17

EURO
Compra: 5,30
Venda: 5,30

Esporte

Turismo Nacional abrirá temporada 2022 em Cascavel

A Turismo Nacional definiu o novo calendário para a temporada 2022. A categoria mais raiz do automobilismo brasileiro redesenhou o cronograma revelado em dezembro do ano passado. O campeonato segue com um total de seis etapas, mas traz mudanças em relação à primeira versão anunciada. O início da temporada está marcado para o Autódromo Zilmar Beux, em Cascavel, no Paraná, no fim de semana de 1º de maio. Daí em diante, a Turismo Nacional vai passar por mais três estados e o Distrito Federal para concluir o campeonato em 20 de novembro, em Brasília, junto com a Stock Car, a Stock Series e a BRB Fórmula 4 Brasil Certificada pela FIA.

A segunda etapa do campeonato está marcada para Goiânia, no Autódromo Internacional Ayrton Senna, no fim de semana de 12 de junho. A Turismo Nacional vai fazer sua primeira etapa na temporada 2022 em conjunto com a Stock Car em 31 de julho, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo.

Em setembro, em data ainda a ser definida, a categoria vai acelerar em um autódromo histórico para o esporte a motor nacional: Tarumã, em Viamão, Rio Grande do Sul, na quarta etapa do campeonato. Londrina marca o retorno da Turismo Nacional ao Paraná no fim de semana de 9 ou 16 de outubro, em data ainda a ser oficializada. O campeonato terá seu desfecho pouco mais de um mês depois, na Capital Federal.

A Turismo Nacional mantém o formato adotado no ano passado: quatro corridas por etapa para a classe Super e mais quatro corridas para o combinado das categorias A, B e Sênior.

Foto/ Cleomar Zanin

Temporada *2022 começa no fim de semana de 1º de maio em Cascavel*

Grids cheios em universo de marcas e modelos — A Turismo Nacional se notabiliza pela grande quantidade de carros nas suas corridas. Na última temporada, nada menos que 87 veículos fizeram parte do campeonato em algum momento, com dez marcas presentes: Volkswagen, Fiat, Chevrolet, Ford, Peugeot, Citroën, Hyundai, Toyota, Nissan e Renault.

Ao todo, a temporada 2021, que foi encerrada em 13 de fevereiro deste ano, em Interlagos, contemplou a presença de 16 modelos: Volkswagen Gol, Chevrolet Onix, Fiat Mobi, Ford New Ka, Volkswagen UP!, Peugeot 208, Fiat Argo, Citroën C3, Hyundai HB20, Fiat Uno, Toyota Etios, Nissan March, Chevrolet New Onix, Volkswagen New Polo, Renault Sandero e Toyota Yaris. Gustavo Magnabosco foi consagrado como o último campeão da Turismo Nacional na categoria Super. Vitor Perillo ficou com a taça da classe A, enquanto Glauco Tavares conquistou o título da B. André Jacob se sagrou bicampeão da Sênior.

TURISMO NACIONAL
Etapas – Data – Local – Observação
01 – 01/05 – Cascavel (PR); 02 – 12/06 – Goiânia (GO); 03 – 31/07 – Interlagos (SP); 04 – a definir – Tarumã (RS); 05 – 09 ou 16/10 – Londrina (PR); 06 – 20/11 – Brasília (DF) – "Super Final BRB".

Depois do sucesso em São Paulo é a vez de Campinas correr com o Sonic

Após uma manhã de muita festa na cidade de São Paulo, o universo Sonic segue este fim de semana para Campinas, no interior paulista. O mês de maio começa no domingo (1º) com a segunda etapa da Corrida Sonic 2, no Parque Ecológico. O famoso porco-espinho azul estará recebendo crianças e adultos para momentos de muito lazer e diversão ao ar livre, para toda a família, correndo ou caminhando. As inscrições estão abertas até o sábado (30) no site www.corridasonic.com.br.

Os fãs do Sonic podem escolher entre corrida de 5 km e caminhada de 2 km. São três modalidades: Corrida individual Fast Run, em percurso de cinco quilômetros, cronometrado; Corrida individual Run For Fun, também em percurso de cinco quilômetros, não competitivo; e Caminhada Walk & Kids, em grupo, em percurso de dois quilômetros - meramente participativo.

A programação começa às 8h com a 5K Fast Run. Em seguida, às 9h, tem início a 5K Run For Fun. E às 9h30, largada da 2K Caminhada & Bateria Kids, para crianças e adultos. Ao se inscrever, o participante faz a escolha. Na Fast Run haverá premiação com troféu para os cinco primeiros colocados no masculino e no feminino. E todos os inscritos que concluírem o percurso receberão medalha.

Na capital paulista, o evento reuniu 2.000 participantes, com crianças das mais diferentes idades, acompanhadas de pais, mães, tias e tios, famílias correndo ou caminhando juntas, assim como amigos aproveitando o espaço ao ar livre. No total, serão quatro etapas pelo País, levando diversão ao longo do mês de maio também para Curitiba (PR) e Rio de Janeiro (RJ).

Além da corrida ou caminhada em si, no espaço montando no parque para o evento, crianças e adultos têm a oportunidade de interagir com o Sonic, tirando fotos com o personagem e, também, nos painéis e no pódio colocados no local.

Inscrições no site - Os valores de inscrição - terceiro lote - do Kit Premium são de R$ 134,90 (individual), R$ 189,80 (dupla) e R$269,70 (trio). Os inscritos recebem número de peito, medalha de participação (pós-prova) e a camisa oficial do evento. Há também opção do Kit Participação – sem a camisa oficial do evento. E fãs podem adquirir outros itens como boné e camisa temática do Robotnik. Todos os detalhes estão no site.

Letalidade em ações policiais caiu, diz Ouvidoria da Polícia de SP

Dados da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo mostram que, nos últimos dois anos, as mortes em decorrência de intervenção policial no estado vêm caindo gradativamente. De acordo com relatório do órgão, o número de óbitos em decorrência de confrontos foi 867 em 2019; 814 em 2020 (redução de 6,1% em relação ao ano anterior); e 570 em 2021 (queda de 29,9% em comparação a 2020, e de 34,2% em relação a 2019).

As informações, divulgadas no último dia 13, são do Relatório Anual 2021 da Ouvidoria da Polícia, baseados em dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Entre as causas apontadas pela ouvidoria para a queda das mortes estão as restrições de circulação de pessoas nas ruas em razão da pandemia de covid-19, e a suspensão da realização de festas e eventos de grande porte. O órgão ressalta, porém, que a redução da letalidade policial é sobretudo uma decisão político-institucional do governo do estado.

"Cai quando governos e comandos das corporações policiais são comprometidos com a redução; aumenta quando aderem a discursos violentos e estimulam a polícia a usar a força letal. Mesmo que as mortes por intervenção policial ainda sejam altas, há um esforço significativo da Secretaria de Segurança Pública em adotar medidas para a redução da letalidade das ações", diz o texto do relatório.

Também são apontados como fatores determinantes na redução das mortes o rigor no acompanhamento e punição de episódios de violência por parte da polícia; o maior uso de armamentos não letais, como as armas de incapacitação neuromuscular; a criação de manuais e de uma Comissão de Mitigação de Não Conformidades, instalada nos comandos regionais, para análise das falhas no cumprimento dos protocolos; e maior atenção a saúde mental dos policiais.

"Além dessas ações, é importante destacar o uso de câmeras corporais por policiais no estado. A ideia de que o policial está sendo filmado tende a fazer com que ele tenha mais cautela no uso da força. Ao mesmo tempo tende a inibir a reação das pessoas em conflito com a lei, o que poderia não ocorrer sem a presença do equipamento. A câmera corporal qualifica o conjunto probatório de provas, dá transparência e aumenta a confiança da população na polícia", destaca o texto.

Racismo

As mortes em decorrência de intervenção policial continuam a atingir mais os pretos e pardos do que os brancos. De acordo com os dados, em 2019, pretos e pardos eram 55,18% do total das vítimas; brancos, 33,29%; e sem cor relatada, 11,53%. Em 2020, pretos e pardos eram 56,31% do total; brancos, 33,62%; e sem cor relatada, 10,07%. Em 2021, pretos e pardos eram 56,67%; brancos, 23,54%; e sem cor relatada, 19,79%.

"Em 2010, no Censo Demográfico, 63,9% dos paulistas se declararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas. Mesmo que depois de 11 anos esses dados estejam defasados, a diferença é muito significativa", diz o texto do relatório. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
O palmeirense, o ex-vereador e presidente, ex-senador e ex-ministro (Transportes) Antônio Carlos Rodrigues (PL) comemora o bicampeonato da Escola de Samba "Mancha Verde". ACR seguirá desfilando até outubro, disputando a Câmara Federal

.

PREFEITURA (São Paulo)
O palmeirense, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) comemora o bicampeonato da Escola de Samba "Mancha Verde". Vai seguir desfilando até outubro (2024), pela reeleição ao cargo em que não estaria se tivesse sido eleito à Câmara Federal 2018

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
O delegado e deputado Olim (PP), não será cassado e ainda será reeleito por mulheres que admiram sua luta contra violências. Ele parabeniza o colega Nico, novo delegado geral nomeado pelo ex-presidente da ALESP, o governador Rodrigo (PSDB)

.

GOVERNO (São Paulo)
O ex-governador João Doria (PSDB) é o único dos candidatos presidenciais que - assim como o carnavalesco (Século 20) Clóvis Bornay - pode se dar ao luxo de não mais desfilar (Hors Concours) nas eleições 2022, pela sua história de empresário

.

CONGRESSO (Brasil)
Os desfiles - até outubro 2022 - dos candidatos à reeleição pra Câmara dos Deputados e de 2/3 dos senadores que também disputam a reeleição, devem passar pela releitura do novo Twitter (principal rede social na política), agora do Elon Musk

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O palmeirense Jair Bolsonaro (PL) tá comemorando a vitória da Escola de Samba "Mancha Verde", considerando ser 'um bom sinal' no sentido de que o bicampeonato dela em São Paulo pode ser a visão de sua eleição presidencial pela 2ª vez (2022)

.

PARTIDOS
O PT do Lulismo nunca mais desfilou com o 'samba-enredo' da fundação em 1980 : "Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É o único de estruturas, único de ...

.

POLÍTICOS
... tendências, único de finalidade. Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, NÃO TEM LIVRO SAGRADO. Ele é o que é. Guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. QUANDO ERRA, NÃO TEM DOGMAS E PELA AUTOCRÍTICA REFAZ ...

.

(Brasil)
... SEU ERRO. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, pendores e as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores

.

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarneto-real

cesar@cesarneto.com

Governo de São Paulo inaugura primeiro Poupatempo Digital na capital

Os moradores da capital paulista contam com mais um Poupatempo na cidade. Será a primeira unidade a oferecer serviços de forma digital e sem a necessidade de agendamento para utilização. Com capacidade de 850 atendimentos por dia, o posto oferece totens de autoatendimento, computadores e *tablets*, para que os usuários concluam suas solicitações de maneira autônoma. Além disso, disponibiliza *wifi* para quem preferir realizar serviços do próprio celular. Colaboradores estarão de prontidão para auxiliar e tirar dúvidas dos cidadãos.

Segundo o governo, este é o sétimo Poupatempo da cidade de São Paulo e o primeiro a contar com atendimento presencial do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) do estado, órgão responsável pela fiscalização de atividades profissionais nas várias modalidades da engenharia, agronomia e geociências, além de tecnologia. Para ter acesso a serviços presenciais, o interessado deve agendar o atendimento no *site* do Crea.

"A parceria com o órgão também se estende aos atendimentos eletrônicos. Junto com a abertura do Poupatempo, o Crea-SP começa a oferecer duas opções de atendimento pelos canais digitais do programa: Consulta de Autenticidade de Certidão, para quem quer saber se um profissional está em dia com o conselho, o que lhe permite exercer a profissão, e a emissão da Certidão de Registro e Quitação de Anuidade, exclusiva para profissionais atendidos pelo órgão", informou o governo estadual.

Além dessas, estão disponíveis nos canais digitais do Poupatempo serviços relacionados ao Departamento de Trânsito (Detran-SP), Instituto de Identificação Criminal, à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Secretaria da Educação e à Companhia de Saneamento Básico do estado, entre outros. No total, são aproximadamente 200 serviços disponibilizados no portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital e totens de autoatendimento.

"Quando assumimos, tínhamos 70 poupatempos no estado. Nós vamos, no começo de maio, inaugurar o posto 140. Em três anos, mais que dobramos o número de postos. Nós também saímos de cinco serviços no celular para 200. Cada vez mais, os serviços digitais estão na palma da mão com eficiência, rapidez e transparência, que é o mais importante no serviço público", disse o governador Rodrigo Garcia.

Localizada na sede do Crea-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.059, em Pinheiros, a unidade atende de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados, das 9h às 13h. (Agência Brasil)

Em SP, ação nas escolas incentiva jovens a tirar o título de eleitor

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo lançaram na terça-feira, (26) uma ação de mobilização nas escolas para que jovens de 16 e 17 anos tirem o título de eleitor. Os adolescentes nessa idade não são obrigados a votar.

Segundo a secretária de Educação, Renilda Peres, até março, apenas 27% dos 1,2 milhão de jovens nessa faixa etária no estado tinham tirado o título de eleitor, totalizando 329 mil adolescentes aptos a votar. "Votar é um ato de cidadania. É a oportunidade que a gente tem para definir os rumos da democracia", ressaltou a secretária ao lançar a iniciativa na Escola Estadual Professor Milton da Silva Rodrigues, na região da Freguesia do Ó, zona norte paulistana.

De acordo com Renilda, estão sendo organizados dias para que os estudantes reúnam os documentos necessários e, depois, outra data para que seja feita a requisição do título de eleitor pela internet. "As escolas estão equipadas, sala de informática para que o aluno possa vir fazer isso na escola", enfatizou.

Foi levada para a escola uma urna eletrônica para que os alunos pudessem ver o equipamento de votação em funcionamento.

O presidente do TRE, Paulo Galizia, convidou os jovens a também dedicarem atenção às eleições para os cargos legislativos de deputado e senador. "Obviamente que a eleição presidencial chama mais atenção, mas é muito importante termos alguém que pensa da mesma forma que nós [no parlamento]", disse.

O prazo para solicitar o título de eleitor vai até o dia 4 de maio. A página do TRE-SP tem as informações dos documentos necessários e procedimentos para solicitar o documento pela internet. (Agência Brasil)

CPS abre inscrição para prova presencial dos cursos EaD na modalidade aberta

O Centro Paula Souza (CPS) está com inscrições abertas para o exame presencial da modalidade aberta dos cursos gratuitos a distância de Administração, Comércio e Secretariado. A prova é aplicada para certificação de qualificação profissional e diplomação técnica dos estudantes que acompanham as atividades pela internet.

Após dois anos sem realização de provas devido às restrições da pandemia, o exame será aplicado neste semestre para concluintes de segundo e terceiro módulo. O interessado deve preencher o formulário de inscrição até dia 9 de maio, conforme as orientações do comunicado oficial.

A avaliação será aplicada no sábado, dia 25 de junho, às 9 horas, nas Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) credenciadas como polos do programa de educação a distância (EaD) em todas as regiões do Estado. O gabarito será divulgado no mesmo dia, a partir das 13 horas, no site do CPS.

Com duração de três horas, a prova conta com 30 questões de múltipla escolha, relacionadas a temas comuns e específicos tratados nos livros e nos programas de vídeo dos cursos. O resultado final com a relação de aprovados será divulgado no dia 8 de julho, também na internet.

Modalidade aberta

Os cursos técnicos a distância do CPS na modalidade aberta têm carga horária de 800 horas, divididas em três módulos. Os estudantes que obtêm as notas necessárias recebem a certificação técnica – oferecida de acordo com o término dos módulos, após prova presencial – e o diploma técnico, na conclusão do curso.

Os livros e os vídeos com as aulas estão disponíveis na página do Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD) do CPS e podem ser acessados a qualquer momento via smart TV, computador, celular ou tablet.

Além da modalidade aberta, os cursos técnicos a distância do CPS são oferecidos em formato online e semipresencial. O ingresso nessas opções se dá por meio do Vestibulinho. Outras informações podem ser obtidas no Facebook ou Instagram. É possível conferir questões aplicadas em exames anteriores.

São Paulo troca comando da PGE, que continua sob liderança feminina

O governador Rodrigo Garcia confirmou na segunda-feira (25) a nomeação de Inês dos Santos Coimbra como nova procuradora geral do Estado. Com a mudança, a instituição responsável pela representação judicial do Governo e pela defesa dos interesses de São Paulo permanece sob liderança feminina.

Primeira mulher negra a chegar ao comando da PGE, Inês é procuradora estadual de carreira há 18 anos e teve atuação destacada nas áreas de regularização fundiária e imobiliário, habitação popular, concessões e PPPs. Desde 2018, ela era chefe da assessoria jurídica do gabinete da PGE. Aos 44 anos, Inês é mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e professora do curso de especialização em direito administrativo da instituição.

Desde janeiro de 2019, o órgão era comandado por Maria Lia Pinto Porto Corona, que também foi chefe da procuradoria fiscal e subprocuradora geral da área tributária fiscal.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Mercado financeiro aumenta pela 15ª vez projeção para inflação em 2022

O mercado financeiro aumentou pela 15ª semana seguida a previsão de inflação de 2022. De acordo com projeção do Boletim Focus, divulgada na terça-feira (26) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano com alta de 7,65%. Há uma semana, a projeção para o índice estava em 7,46%, e há quatro semanas, em 6,86%.

O Boletim Focus reúne a projeção de cerca de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. É publicado semanalmente. Para 2023, o mercado mantém, também, a expectativa de alta da inflação. A projeção da variação do IPCA passou dos 3,91% projetados há uma semana, para 4%, conforme o boletim publicado pela autoridade monetária. Há quatro semanas, a projeção estava em 3,80% para a inflação do próximo ano.

Alta também para a previsão inflacionária de 2024. De acordo com o mercado financeiro, a inflação ficará em 3,20%, ante os 3,16% projetados na semana passada. Há quatro semanas, a previsão era de que 2024 terá uma inflação de 3,20%. Para 2025, a projeção se mantém estável há 41 semanas, em 3%.

PIB

O Boletim Focus desta semana aumentou a projeção do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) de 0,56% (previsão há uma semana) para 0,65%. Há quatro semanas, a previsão era de um PIB de 0,50%.

Para 2023, a previsão é de crescimento de 1% no PIB. Há uma semana, o percentual estava em 1,12%; e há quatro semanas, em 1,30%. Já para 2024 e 2025, a previsão se manteve estável em 2%.

Taxa de juros

O mercado financeiro prevê aumento da taxa básica de juros, a Selic, para 2022. Há quatro semanas, a previsão era de 13%, passando para 13,05% ao ano, há uma semana. No boletim divulgado na terça-feira, a previsão é de que a taxa feche o ano em 13,25% ao ano.

Para 2023, a expectativa se mantém estável em 9% ao ano. Também há previsão de estabilidade da taxa em 2024 (7,50% ao ano) e em 2025 (7% ao ano).

Dólar

A estimativa para a cotação do dólar apresentou queda pela quinta semana consecutiva, com a previsão que feche 2022 a R$ 5, ante aos R$ 5,10 previstos há uma semana e aos R $5,25 previstos há quatro semanas.

De acordo com o Focus, o dólar fechará 2023 cotado a R$ 5. Há uma semana, a previsão era de que a moeda norte-americana fecharia o ano com uma cotação de R$ 5,15. Há quatro semanas, a expectativa era de que a moeda apresentaria a cotação de R$ 5,20.

Há expectativa de queda também para os anos de 2024 e 2025. A projeção para 2024 é que a moeda feche o ano em R$ 5,05. Há uma semana, o mercado trabalhava com a expectativa de que o dólar fechasse 2024 custando R$ 5,15; e há quatro semanas, a cotação projetada estava em R$ 5,20.

Para 2025, a expectativa, estável há quatro semanas em R$ 5,20, caiu para R$ 5,10, segundo o boletim mais recente. (Agencia Brasil)

Confiança do comércio volta a crescer após dois meses

Após cair em fevereiro e março, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) subiu 2% em abril, alcançando 118 pontos e acumulando, no quadrimestre, alta de 0,86%. Apesar do crescimento modesto, o indicador, medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresentou melhor resultado do que o apurado nos quatro primeiros meses de 2021, quando registrou queda de 9,24%.

Entre os índices analisados pela pesquisa, Condições Atuais do Empresário do Comércio se destacou positivamente, com aumento de 4,2%. Segundo a CNC, o avanço chamou a atenção por se tratar do indicador que tem registrado a maior insatisfação. O subíndice relativo à economia contribuiu com maior peso para o aumento, tendo expandido 6,5%, bem acima de avaliações quanto ao setor (3,6%) e à empresa (3,3%).

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, avalia que a percepção mais positiva dos comerciantes pode estar relacionada às vendas de Páscoa e Dia da Mães, além da expectativa pelo décimo terceiro salário dos aposentados, o aumento da participação do crédito consignado de 35% para 40% no endividamento e a entrada na economia dos recursos advindos do saque do FGTS.

"Um fator que também é muito relevante é a percepção de efeitos decorrentes da dinâmica do mercado de trabalho, que tem revelado evolução gradual", disse, em nota.

Expectativas positivas

Segundo a CNC, a única queda registrada na composição do Icec foi no subíndice relativo à contratação de funcionários, em Intenções de Investimento, que apresentou retração de 0,1%. Já o subíndice referente à empresa contou com o aumento mais significativo, de 3,9%, influenciando o crescimento geral do indicador, de 1,6%.

Para o economista da CNC responsável pela pesquisa, Antonio Everton, os resultados mostram otimismo em relação à dinâmica de vendas do próximo mês. "A alta pode estar associada a ajustes e incrementos que os empresários podem pretender realizar nas suas organizações."

Os dados também apontaram maior nível de confiança entre empresários das micro e pequenas empresas (2,1%), enquanto os das médias e grandes não revelaram variação. Já no recorte por categorias de uso, os empresários dos segmentos de bens semiduráveis (5,9%) e duráveis (5,8%) se mostraram bem mais confiantes do que os de não duráveis (0,9%).

Sobre esse aspecto, o economista avalia que um dos possíveis motivos para a alta é a apreciação cambial, com a queda do dólar, e a maior expectativa quanto à possibilidade de vendas de produtos eletroeletrônicos. "Tudo isso vem ocorrendo devido ao entendimento de que as condições atuais estão mais favoráveis, com maior efeito inerente ao desempenho da economia, cuja evolução pode acarretar a melhoria da performance do setor comercial", disse Antonio Everton. (Agencia Brasil)

Sete em cada dez empresas no Brasil utilizam tecnologias digitais

Sete em cada dez empresas no Brasil fazem uso de tecnologias digitais diversas. O resultado está na Sondagem Especial Indústria 4.0: Cinco Anos Depois, feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Há cinco anos, o índice estava pouco abaixo da metade (48%).

A pesquisa considerou 18 tipos de tecnologias digitais, como automação digital (com e sem sensores), sistemas integrados para fabricação de produtos, impressão 3D, produção com auxílio de inteligência artificial e análises de modelos virtuais para projetos.

Entram também no rol de soluções técnicas avaliadas pela CNI controle remoto de processos de produção, aplicações de inteligência artificial nas fábricas, robôs colaborativos, dispositivos "vestíveis" utilizados por trabalhadores (como relógios inteligentes) e coleta e análise de grandes quantidades de dados (também chamadas de Big Data, no termo em inglês).

Segundo o levantamento, apesar do índice de 69%, "a maioria das empresas utiliza uma baixa quantidade de tecnologias digitais, indicando que se encontram em uma fase inicial do processo de digitalização". Entre as empresas que adotam tecnologias digitais, 26% utilizam de 1 a 3; 22% de 4 a 6; 14% de 7 a 9 e 7% mais de 10 inovações listadas.

As tecnologias mais empregadas conforme o estudo são: a automação digital com sensores para controle de processo (46%), automação digital sem sensores (39%), sistemas integrados para manufatura de produtos (33%) e ferramentas digitais de relacionamento com o cliente (25%).

Os setores com mais itens inseridos no processo produtivo são aqueles mais imersos em tecnologia, como o setor automotivo. Nele, vêm sendo empregadas tecnologias na linha de produção, como uso de sensores e controles automatizados dos processos. Entretanto, o estudo indica que tecnologias de ponta, como soluções em inteligência artificial, ainda são alternativas pouco frequentes para as firmas brasileiras.

Entre as empresas ouvidas, os principais benefícios citados na adoção de tecnologias digitais são o aumento de produtividade (72%), melhoria da qualidade dos produtos ou serviços e redução dos custos operacionais (60%).

Entre os principais obstáculos internos relatados por gestores para a implementação de tecnologias digitais estão os altos custos de implementação (66%), estrutura e cultura da empresa (26%), falta de clareza sobre o retorno de investimento (25%), falta de conhecimento técnico (25%) e dificuldade para integrar novas tecnologias e softwares.

Já quanto às barreiras externas identificadas pelos representantes das firmas, estão: a falta de trabalhadores qualificados (37%), dificuldade para identificar tecnologias e parceiros (33%), clientes e fornecedores ainda não preparados (29%) e ausência de linhas de financiamento apropriadas (20%). (AENPR)

No Congresso, presidente do BC defende autonomia ampla da autarquia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na terça-feira (26) que, sem uma autonomia ampla, é difícil conduzir o dia a dia da autarquia. Ele discursou em sessão solene do Congresso em homenagem ao avô, o economista Roberto Campos.

Ex-senador, ex-deputado e ex-ministro, Roberto Campos, que completaria 105 anos neste mês, foi um dos expoentes do pensamento liberal do país. Foi um dos criadores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, posteriormente, presidente da instituição, além de ter sido embaixador em Washington e Londres e ministro do Planejamento.

Durante a sessão, Campos Neto disse que o avô defendia que o BC deveria ter três autonomias e alertava "o que causaria ter uma autonomia sem ter as demais". "Hoje, vivemos a realidade de ter uma autonomia operacional sem ter autonomia administrativa e financeira e a gente vê a dificuldade que é, no dia a dia, conduzir o Banco Central sem ter uma autonomia mais ampla",

"Somente mais de 50 anos depois, graças ao trabalho de diversas pessoas deste governo e do Congresso Nacional, o Banco Central ganhou autonomia. Embora não tenhamos avançado mais na autonomia financeira, estamos caminhando na direção do modelo idealizado por Roberto Campos", acrescentou.

Greve

Na semana passada, servidores do Banco Central decidiram suspender a greve da categoria, iniciada no último dia 1º. Eles vão aguardar até 3 de maio uma alternativa proposta pelo governo ao reajuste linear de 5% para todos os servidores públicos.

Com a suspensão da greve, as atividades rotineiras da autarquia, como a divulgação de estatísticas e de relatórios, foram normalizadas. Já os projetos da Agenda BC#, que prevê a modernização do sistema financeiro, continuam parados até que a pauta de reivindicações dos servidores seja atendida. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Quase 200 casos de hepatite aguda grave são registrados em crianças

Cerca de 190 casos inexplicáveis de hepatite aguda grave foram relatados em crianças em todo o mundo, disse o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) na terça-feira (26).

O surto foi divulgado pela primeira vez este mês no Reino Unido —que registrou 111 casos, principalmente em crianças menores de 10 anos— e desde então foi identificado em pelo menos 12 países.

Cerca de 40 casos foram registrados na União Europeia e no Espaço Econômico Europeu, disse a diretora do ECDC, Andrea Ammon, a repórteres em um briefing virtual. Estados Unidos e Israel também tiveram casos.

O ECDC está investigando juntamente com as autoridades nacionais e a Organização Mundial de Saúde (OMS). A hepatite grave, ou inflamação do fígado, é rara em crianças saudáveis.

Os novos casos não apresentam os vírus normalmente responsáveis pela inflamação aguda do fígado —hepatite A, B, C, D e E.

Segundo a OMS, 17 crianças precisaram de transplantes de fígado como resultado da doença recente. Uma criança morreu.

Ammon disse que as investigações até agora apontavam para uma ligação à infecção por um adenovírus, uma família de vírus comum que pode causar sintomas semelhantes aos da gripe ou infecção gastrointestinal.

Ela disse que a teoria de que as restrições da covid-19 podem ter enfraquecido a imunidade das crianças, porque elas foram menos expostas a patógenos comuns enquanto estavam isoladas, é uma das várias que estão sendo consideradas.

Qualquer ligação com a vacinação contra a covid-19 foi descartada. (Agencia Brasil)

Brasil renova prazo para acolhida humanitária de haitianos

O governo brasileiro renovou o prazo para concessão de visto temporário e autorização de residência humanitários a haitianos. A concessão está na Portaria Interministerial nº 29, publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (26), com validade de até 31 de dezembro deste ano.

Segundo os ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, a medida garante "a continuidade da política de acolhida adotada pelo país desde o ano de 2012, motivada pela situação de calamidade de grande proporção e de desastre ambiental, com o agravamento da situação humanitária do país".

De acordo com a publicação, a norma "não afasta a possibilidade de que outras medidas possam ser adotadas pelo Estado brasileiro para proteção dos nacionais haitianos e apátridas residentes no Haiti".

Segundo a portaria, o visto temporário terá prazo de validade de 180 dias, sendo concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Para ter o documento, em até 90 dias após seu ingresso em território nacional, o imigrante apátrida deverá iniciar processo de reconhecimento dessa condição junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do sistema SisApatridia, disponível na plataforma Gov.br.

Para pedir o visto temporário o interessado deverá apresentar à autoridade consular documento de viagem válido, formulário de solicitação de visto preenchido e comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro, além de um atestado de antecedentes criminais expedido pela República do Haiti ou, na impossibilidade de sua obtenção, declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país.

No caso de solicitações de residência temporária, a portaria prevê que elas terão prazo de dois anos. O cidadão haitiano que já se encontre em território brasileiro, "independentemente da condição migratória em que houver ingressado no Brasil, poderá requerer autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal", destaca a norma.

Na hipótese de requerente criança, adolescente ou qualquer indivíduo relativamente incapaz, o requerimento de autorização de residência poderá ser feito por qualquer dos pais, assim como por representante ou assistente legal, conforme o caso, isoladamente ou em conjunto.

Para requerimento de autorização de residência, os interessados deverão apresentar passaporte ou documento oficial de identidade, expedidos pela República do Haiti, ainda que a data de validade esteja expirada, certidão de nascimento ou de casamento, ou certidão consular, desde que não conste a filiação nos documentos mencionados no inciso.

Também é necessária uma declaração de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior, nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência. Apresentados e avaliados os documentos mencionados, será realizado o registro, sendo processada a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).

Na hipótese de necessidade de retificação ou de complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o imigrante para que seja feita no prazo de 30 dias.

"Decorrido o prazo, sem que o imigrante se manifeste, ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu requerimento será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram inicialmente apresentados, e que ainda permaneçam válidos", detalha a portaria.

Segundo a portaria, o imigrante poderá requerer em uma das unidades da Polícia Federal, 90 dias antes da expiração do prazo de dois anos previsto para residência, renovação com validade indeterminada. Para isso candidato precisa ter cumprido alguns pré-requisitos:

- não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;
- tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;
- não apresente registros criminais no Brasil e no exterior; e
- comprove meios de subsistência.

A portaria deixa claro que o visto ou autorização de residência serão cancelados, caso seja constatado que o imigrante tentou residir em outro país.

Em agosto de 2021, um terremoto de magnitude 7,2, foi registrado no Haiti a 160 quilômetros da capital, Porto Príncipe. À época, o país caribenho contabilizou quase 15 mil casas totalmente destruídas e muitas danificadas pelo sismo. O tremor também deixou mais de 5,7 mil feridos e quase 1,3 mil mortos. (Agencia Brasil)

AUTO SUECO SÃO PAULO – CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ/NIF nº 44.884.638/0001-89

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(EM MILHARES DE REAIS)*

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	2021	2020
Circulante	**304.207**	**195.279**
Caixa e equivalentes de caixa	86.771	47.473
Contas a receber de clientes	48.632	44.666
Estoques	148.246	86.937
Adiantamentos	2.365	1.034
Tributos a recuperar	17.388	9.623
Despesas antecipadas	10	302
Partes relacionadas	277	–
Outros ativos	613	244
Ativos não circulantes mantidos para venda	–	5
Não circulante	**5.831**	**37.733**
Realizável a longo prazo	**58.796**	**91.281**
Depósitos judiciais	247	355
Partes relacionadas	–	38.537
Tributos diferidos	5.584	6.843
Imobilizado	20.862	19.735
Intangível	483	616
Ativos de direito de uso	31.620	33.197
Total do ativo	**363.003**	**281.565**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Circulante	**244.039**	**154.877**
Fornecedores	107.661	66.991
Obrigações sociais e trabalhistas	8.713	6.571
Imposto de renda e contribuição social	1.115	828
Tributos a recolher	5.523	5.010
Passivos de arrendamentos	12.865	11.030
Adiantamentos de clientes	104.747	61.760
Partes relacionadas	429	–
Outras contas a pagar	8.916	3.217
Não circulante	**23.436**	**26.777**
Passivos de arrendamentos	22.424	24.761
Provisões para contingências	–	1.453
Tributos diferidos	–	563
Patrimônio líquido	**95.528**	**99.911**
Capital social	76.556	76.556
Lucros acumulados	18.972	23.355
Total do passivo e patrimônio líquido	**363.003**	**281.565**

Fernando Antonio Reis de Almeida Ferreira – Diretor Presidente **Isabel Toca dos Santos** – Contadora – CRC nº MT – 008143/O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2021	2020
Receita líquida das vendas e serviços	1.271.437	801.857
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.106.469)	(699.101)
Lucro bruto	**164.968**	**104.591**
(Despesas) receitas operacionais		
Com vendas	(6.460)	(5.352)
Provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(100)	(182)
Gerais e administrativas	(71.200)	(60.669)
Outras receitas operacionais	4.173	3.177
Outras despesas operacionais	(306)	(3.736)
Resultado operacional	**89.095**	**37.898**
Receitas financeiras	2.914	1.451
Despesas financeiras	(4.667)	(3.767)
Despesas financeiras, líquidas	(1.753)	(4.316)
Lucro antes do I.R. e C.S.	87.342	33.582
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(21.472)	(8.188)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(1.209)	(2.541)
Lucro líquido do exercício	**64.661**	**22.853**
Lucro básico e diluído por ações		
no final do exercício – em reais	**0,84**	**0,30**

As Notas Explicativas da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras 2020 estão disponíveis nas sede da Companhia.

NORS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/NIF Nº 12.568.909/0001–41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(EM MILHARES DE REAIS)*

Balanço Patrimonial – Ativo	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.108	1.028	195.234	99.475
Contas a receber de clientes	–	–	67.395	54.348
Estoques	–	–	227.284	123.244
Adiantamentos	39	42	5.498	2.207
Tributos a recuperar	13	5	82.865	13.175
Partes relacionadas	299	–	–	–
Despesas antecipadas	–	–	11	304
Outros ativos	20	10	870	339
	1.466	**1.085**	**579.157**	**293.072**
Ativos não circulantes				
Ativos não circulantes mantidos para venda	–	–	–	5
Não circulante				
Realizável a longo prazo	–	96	–	50.085
Partes relacionadas	3.970	4.047	3.970	4.047
Tributos diferidos	1.660	1.640	10.694	7.539
Depósitos judiciais	8	8	657	770
Depósitos caução de aluguel	–	–	18	18
	5.638	**5.791**	**15.339**	**62.459**
Investimentos	225.908	232.217	–	–
Imobilizado	188	197	26.499	23.944
Intangível	–	–	63.833	64.080
Ativos de direito de uso	42	88	60.834	72.394
	231.708	**232.497**	**166.525**	**145.126**
Total do ativo	**233.196**	**239.373**	**760.021**	**500.657**

Balanço Patrimonial – Passivo e patrimônio líquido	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Fornecedores	75	133	151.897	83.974
Passivos de arrendamentos	17	81	20.214	17.524
Partes relacionadas	65	197	–	–
Obrigações e encargos trabalhistas	611	388	15.462	11.359
Tributos a recolher	4	2	14.576	6.739
Dividendos	–	–	4.503	820
Adiantamentos de clientes	–	–	188.764	62.898
Outros passivos	25	6	9.337	5.546
	797	**807**	**404.773**	**188.614**
Não circulante				
Provisões para contingências	–	–	4.596	8.990
Passivos de arrendamentos	29	76	66.780	65.124
	29	**76**	**71.176**	**74.122**
Total do passivo	**826**	**883**	**475.949**	**262.736**
Patrimônio líquido				
Atribuído aos sócios da controladora				
Capital social	120.371	120.371	120.371	120.371
Reserva de capital	50.488	50.488	50.488	50.488
Ajuste de avaliação patrimonial	(39.596)	(39.590)	(39.990)	(39.990)
Lucros acumulados	101.111	107.392	101.111	107.392
	232.372	238.663	232.372	238.663
Participação dos não controladores	–	–	52.300	59.258
Total do patrimônio líquido	**232.372**	**238.663**	**232.372**	**238.663**
Total do passivo e patrimônio líquido	**233.198**	**239.426**	**688.336**	**500.864**

Demonstração do Resultado	Individual		Consolidado	
Receita líquida	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
das vendas e serviços	–	–	2.094.068	1.364.684
Custo das mercadorias vendidas				
e dos serviços prestados	–	–	(1.786.952)	(1.161.598)
Lucro bruto	–	–	307.716	203.176
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	–	–	(10.857)	(8.607)
Provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	–	–	(99)	(453)
Gerais e administrativas	(33)	105	(124.500)	(104.156)
Outras receitas operacionais	–	–	5.127	4.087
Outras despesas operacionais	–	64	(1.166)	(4.543)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e do resultado de equivalência patrimonial	(33)	169	175.821	89.424
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	232	129	5.138	3.786
Despesas financeiras	(20)	(70)	(8.356)	(9.922)
	212	59	(3.218)	(6.136)
Resultado de equivalência patrimonial	126.638	54.823	–	–
Lucro antes do I.R. e C.S.	126.817	55.051	171.805	83.288
I.R. e C.S. – corrente	(52)	(25)	(48.196)	(22.168)
I.R. e C.S. – diferido	(31)	(41)	3.104	(6.165)
Lucro líquido do exercício	**126.734**	**54.985**	**126.713**	**54.955**
Atribuível ao Quotista da Empresa	–	–	126.778	54.984
Quotistas não controladores	–	–	1.543	(30)
	126.734	**54.985**	**126.243**	**54.954**
Lucro por quotas no final do exercício – em reais	**1,60**	**0,45**	**1,60**	**0,45**

As Notas Explicativas da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras 2021 estão disponíveis nas sede da Companhia.

FERNANDO ANTONIO REIS DE ALMEIDA FERREIRA – Diretor Presidente

ISABEL TOCA DOS SANTOS – Contadora – CRC nº MT–008143/O

THE LYCRA COMPANY INDUSTRIA E COMERCIO TÊXTIL LTDA.

CNPJ/MF Nº 00.021.096/0004–17

ERRATA

Nas publicações das Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ocorridas nos Jornais O Dia SP e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 26/04/2022. **ONDE SE LÊ:** Carlos Horacio Bibi - Representante legal - CPF: 233.462.368-70. **LEIA-SE:** Guilherme M. Cavalcanti - Representante legal - CPF: 221.127.878-70.

Ultramar Participações do Brasil Ltda.

CNPJ/JMC Nº 24.776.111/0001-86 - NIRE 35.216.782.375

Extrato da 29ª Alteração e Consolidação de Contrato Social

Pelo presente instrumento: **I. Pedro Wagner Pereira Coelho**, RG 2.744.529-8?PJ/J, CPF/ME 258.318.957-34; **II. Soraya Miranda Rodrigues**, RG 32.901.394-4 SSP/SP, CPF/ME 850.799.367-20; e **III. Pedro Miranda Rodrigues**, RG 39.633.963-3 SSP/SP, CPF/ME 429.898.828-71, sócios representando a totalidade do capital da Ultramar Participações do Brasil Ltda., com sede em São Paulo/SP; **Resolvem**, de pleno e comum acordo, alterar e consolidar o contrato social, nas seguintes cláusulas e condições: **1.1.** Aprovar, integralmente e sem restrições, o "Protocolo e Justificação para Cisão Parcial da Capeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. com Versão de Acervo Patrimonial Cindido para Ultramar Participações do Brasil Ltda." ("**Protocolo**"), celebrado em 22.03.2022 pelas Administrações da Sociedade e da CAPEU Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME 23.737.023/0001-69, JUCESP NIRE 35.229.518.883 ("**Capeu**"), com a consequente incorporação, pela Sociedade, nos termos ali descritos, do acervo patrimonial cindido da Capeu; **2.** Ratificar a indicação e nomeação da empresa MR Auditoria e Contabilidade Sociedade Simples Ltda., CNPJ/ME 11.028.058/0001-60, CRC -SP 2SP025656/O-0, com sede em São Paulo/SP ("**Empresa Avaliadora**") a qual avaliou, a valor contábil, a parcela do acervo patrimonial da Capeu a ser cindido e incorporado pela Sociedade. **3.** Aprovamos o laudo de avaliação, que auditou, a valores contábeis, em de **R$ 1.473.222,00**, com referência ao balanço levantado na data-base de 28.02.2022. O Laudo de Avaliação explicita o acervo patrimonial a ser cindido e incorporado pela Sociedade. **4.** Resolve aprovar integralmente e sem restrição a cisão parcial da Capeu e a versão do parte do acervo patrimonial da Capeu a Sociedade, nos termos e condições definidos no Protocolo, e de acordo com os valores especificados no Laudo de Avaliação. **5.** Autorizar o administrador da Sociedade, Pedro Wagner Pereira Coelho, a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação. **6.** Os bens móveis integrantes da parcela do patrimônio cindido da Capeu e que são ora incorporados ao patrimônio da Sociedade em razão da aprovação da cisão parcial da Capeu, encontram-se descritos no Laudo de Avaliação. **7.** Aprovar o aumento do capital social na ordem de R$ 1.473.222,00, com a criação de 1.473.222 novas quotas, com valor de R$ 1,00 cada. O capital social passará de R$ 38.858.999,00, **para** R$ 40.330.221,00, dividido em 40.330.221 quotas com valor de R$ 1,00 cada. **8.** Alteração do caput da Cláusula 4 do Contrato Social: "**4.** *O Capital Social, dividido em quotas, é integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 40.330.221,00, representado por 40.330.221 quotas sociais, com valor de R$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios da seguinte forma:* **Sócios:** Soraya Miranda Rodrigues, Quotas: 27.377.882 , 67.884293%, R$ 27.377.882,00; Pedro Miranda Rodrigues, Quotas: 12.952.329, 32,11589%, R$ 12.952.329,00; Pedro Wagner Pereira Coelho, Quotas: 10,0,000012%, R$ 10,00. Total Sócios: 40.330.221, 100%, Total do Valor: R$ 40.330.221,00". Consolidar o Contrato Social. São Paulo, 08.04.2022. **Sócios:** Pedro Miranda Rodrigues, Pedro Wagner Pereira Coelho, e Soraya Miranda Rodrigues . JUCESP nº 201.790/21-4 em 18.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

Assembléia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **05 de Maio de 2.022, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no **HOTEL IBIS SÃO PAULO EXPO**, com endereço na Rua Eduardo Muniz, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos elétrodos operativos, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2021. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021. III - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 20 de Abril de 2.022. Demetrio Augusto Zacharias - Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1059112-03.2014.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central Cível Estado de São Paulo Drsa. Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da lei, **FAZ SABER A LEONOR MARQUEZINI CORREIA JÚNIOR, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, JF Dincau Luiz Cornelia Junior, Silvana Zerbini Gonçalves dos Santos, seus sucessores, incertos, desconhecidos, eventuais e demais interessados** - como seus cônjuges, caso existentes, que MARCO ANTONIO FERNANDES, MARCELO FERNANDES, ALEXANDRE FERNANDES, MARISA FERREIRA DE CARVALHO FERNANDES, Rosenea Maria Siqueira Fernandes e Celia Alves Pereira - ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando declaração de usucapião, sobre Rua Entre Rios,88A,Vila Buenos Aires,São Paulo-SP,CEP:03736-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expediu-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(26.27)**

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1009346-92.2018.8.26.0100** (Nº 1169 / 2018). Juíza Fernanda Ferreira Leite, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marco Fábio Crespo Junior Antunes de Almeida e sim Maria Lucia Marques de Almeida, Banco do Brasil S/A, Sandra Regina Sabatinia Cucharelle e sim Edson Cachete, Benedicto Alves da Silva e sim. Jacyra Cardoso da Silva, Josefa Ponce Campos, Felismina de Jesus Marques, Jaime Guilherme Belmiro, Maria de Fátima Machado Tigano, Manuel Luiz Paulino Tigano, Maria Paulino Ramos, André Paulino Ramos, Cosme Damiano Moreira Neiva e sim Silvana Marcia Neiva, Adriano Crespo e sim, Maria Immacolata Bondoni Crespo, Rodolfo Crespo Neto e sim, Consuelo O'Connor Crespo, Adelaide Corona Campos e sim, Rafael Campos, Domingos Campos, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como, seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que, Carlos Andrés Ortiz, Fernanda Campos, Ivanir Campos Ribeiro, Tania Regina Campos e Teresinha Campos Andreu ajuizou (aram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel localizado na Rua Lisboa Cardoso, nº 30, Vila Beirloga, São Paulo-SP, com área de 125,00 m2 e contribuinte sob nº 052.285.0028-6, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias supramencionado para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(26.27)**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do **PROC. Nº 1024757-86.2017.8.26.0053**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central – Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio Serrano Nunes Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP move Ação de Desapropriação por Interesse Social /DL 3.365/1974 e de Lei 4.132/1962 em face de Antonio de Arruda Sampaio-Espólio e Odette Yvone de Arruda Sampaio-Espólio, sobre o imóvel situado na Rua Cel. Pereira, nº 586 (antigo nº 100), Bairro Paraisópolis, São Paulo/SP, com área total de 500,00 m² e matriculado sob o nº 64.066 do 18º Ofício de Registro de Imóveis, declarando, dentre outros imóveis relacionados, como sendo de utilidade pública conforme Decreto Municipal nº 56.593, de 11.11.2015, publicado no D.O. de São Paulo em 12.11.2015, para implantação de unidades habitacionais à população. E para fins de levantamento dos depósitos efetuados, em momento oportuno e, se em termos, foi determinada a expedição do presente edital, com o prazo de 10 dias contados a fluir da 1ª publicação no D.J.E., nos termos do art. 34 do D.L. 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2021. 26 e 27/04

Publiqadras Quadras Poliesportivas Comércio Ltda

CNPJ/MF Nº 35.222.859/0001-69 - NIRE 35.213.167.08-4

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam os sócios, nos termos dos artigos 1.071, 1.072 e 1.152 do Código Civil e na forma estabelecida na Cláusula Oitava do Contrato Social, convocados a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada no dia 10.05.2022, com primeira convocação às 10h00 e segunda para às 10h30, na sede do escritório do Briganti Advogados, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 10º andar, conjunto 1001, Brooklin Novo, São Paulo-SP, para deliberarem sobre (i) a alteração de endereço da sede social da Rua Andréa Paulinetti, nº 310, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04.707-051 para Rua Engenheiro Luiz Olíva, nº 333, apartamento 63, sala 01, São Paulo/SP, e (ii) aprovação da Alteração e Consolidação do Contrato Social para refletir as deliberações aprovadas. São Paulo, 19.04.2022. **José Maria Siqueira de Barros – Administrador.**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZADORA

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/MNE Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 31ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A PARTIR DE 01/09/2017)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** *(nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.)*, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("**Cti**", "**Titulares dos Cti**", "**Emissão**", e "**Emissora**" respectivamente), a PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª, 30ª e 31ª Séries, celebrado em 28 de dezembro de 2016, conforme aditado ("**Termo de Securitização**"), a reunirem-se em **primeira convocação** para Assembleia Geral de Titulares de Cti, a realizar-se no **dia 16 de maio de 2022 às 15h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams** ("**Assembleia**"), conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("**ICVM 625**"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** avaliar o pedido apresentado pela Gonos Urbanismo Ltda. ("**Devedora**") datado de 11 de abril de 2022 à Emissora, para autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses contados da data de aprovação deste item, do prazo concedido no item "(a)" das deliberações, da Assembleia Geral dos Titulares de Cti realizada em 26 de agosto de 2021 ("**AGT de 26/08/2021**"), que se encerrará em 30/04/2022 (inclusive), referente a obrigação de apresentação do relatório anual de rating, conforme previsto na cláusula 22.4 do Termo de Securitização, de modo a não incidir em vencimento antecipado conforme cláusula 6.1, alínea "o" do Contrato de Financiamento Imobiliário, mantendo as suspensões penalidades decorrentes e postergando a validade do último relatório emitido; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos Cti está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação é de titulares do CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um do valor total dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme cláusula 14.5 do Termo de Securitização, e o quórum mínimo deliberado na Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 08 de abril de 2019. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos Cti que enviarem o endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme modelo sugerido pela Emissora dos CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibiliza modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchido e assinado pelo titular do CRI ou por seu representante legal, assinada em forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de abril de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

CGCI - CONSULTORIA E GESTÃO DE CRÉDITOS E INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/JMF: 43.366.868/0001-12

Instrumento Particular de Transformação de Tipo Jurídico Sociedade Limitada para S.A., na forma abaixo: O ato presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: **Antônio Pera Pires,** RG nº 6.364.051-X SSP/SP e CPF sob nº 004.069.528-09; e **Ricardo Otavio Domingues das Neves Filho,** RG nº 30.486.845-0 SSP/SP e CPF sob nº 271.789.998-70. Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **CGCI - Consultoria e Gestão de Créditos e Investimentos Ltda.** As partes acima, resolvem de comum acordo realizar a presente **Transformação de Tipo Jurídico Societário**, nos moldes e disposições descritas abaixo: **1. Transformação do Tipo Jurídico Societário:** Os sócios resolvem por bem, transformar o tipo jurídico/societário da Sociedade LTDA para S.A. **2. Capital e Quotas da Denominação Social:** que passa a ser conhecida como **"CGCI - Consultoria e Gestão de Créditos e Investimentos S.A".** **3. Eleição dos Membros da Diretoria**: Em razão da alteração do tipo jurídico, as partes, para administração orientação e direção da sociedade, resolvem eleger como membros da Diretoria, para um mandato de 3 (três) anos, os diretores, **Antônio Pera Pires** e **Ricardo Otavio Domingues das Neves Filho**, para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro respectivamente, os quais representarão a sociedade ativa e passivamente. **4. Estatuto Social:** Por fim, resta aprovada a redação do Estatuto Social da Sociedade, que consta do Anexo II, o qual é parte integrante e separada do presente documento a reger a Sociedade. São Paulo, 27/09/2021. **JUCESP** - 526.261/21-3, NIRE 3530057992-5 em 05/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CAPEU Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 23.737.023/0001-69 - NIRE 35.229.518.883

Extrato da 10ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **I. Pedro Wagner Pereira Coelho**, RG 2.744.529-8?PJ/J, CPF/ME 258.318.957-34; **II. Soraya Miranda Rodrigues**, RG 32.901.394-4 SSP/SP, CPF/ME 850.799.367-20; **III. Carolina Miranda Rodrigues**, RG 39.633.982-1 SSP/SP, CPF/ME 429.900.458-21; e **IV. Pedro Miranda Rodrigues**, RG 39.633.963-3 SSP/SP, CPF/ME 429.898.828-71, sócios representando a totalidade do capital da CAPEU Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede em São Paulo, **Resolvem**, de pleno e comum acordo, promover a presente alteração do contrato social, nos seguintes termos e condições: **1.1.** As sócias aprovam, o "Protocolo e Justificação para Cisão Parcial da Capeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. com versão do acervo patrimonial cindido para Ultramar Participações do Brasil Ltda." ("**Protocolo**"), celebrado em 22.03.2022 pela Administração da Sociedade, com a consequente cisão parcial da Sociedade e versão do acervo patrimonial cindido para incorporação pela Ultramar Participações do Brasil Ltda., nos termos ali descritos. **1.2.** Ratificam a indicação e nomeação da empresa MR Auditoria e Contabilidade Sociedade Simples Ltda., CNPJ/ME 11.028.058/0001-60, registrada no CRC - SP 2SP025656/O-0, com sede em São Paulo/SP, a qual avaliou, a valor contábil, a parcela do acervo patrimonial a ser cindido e incorporado pela Ultramar Participações do Brasil Ltda. **1.3.** O laudo de avaliação, que avaliou a valores contábeis a parcela do acervo patrimonial da Sociedade cindido e incorporado pela nova sociedade em **R$ 1.473.222,00**, com referência ao balanço levantado na data-base de 28.02.2022. O Laudo de Avaliação explicita o acervo patrimonial a ser cindido e incorporado pela Ultramar Participações do Brasil Ltda. **1.4.** Resolvem declarar cindida uma parcela do acervo patrimonial líquido da Sociedade, e, como consequência, aprovar a redução do capital social, no valor **R$ 1.473.222,00**, passando o capital social de R$ 17.480.944,00 **para** R$ 16.017.722,00, dividido em 16.017.722 quotas, mediante o cancelamento de **1.473.222** quotas de titularidade da sócia Soraya Miranda Rodrigues. **1.5.** Alteração do caput da Cláusula 4ª do Contrato Social: "***Cláusula 4ª** - O capital social da Sociedade é de R$ 16.017.722,00, dividido em 16.017.722 quotas, com valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, nesta data, assim distribuídas entre os sócios:* **Sócios:** Soraya Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 8.938.360, Valor das Quotas (em R$): 8.938.360,00, Percentual (%): 55,80249%; Pedro Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 4.348.853, Valor das Quotas (em R$): 4.348.853,00, Percentual (%): 27,15026%; Carolina Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 2.730.508, Valor das Quotas (em R$): 2.730.508,00, Percentual (%): 17,04679%; Pedro Wagner Pereira Coelho, Número de Quotas: 1, Valor das Quotas (em R$): 1,00, Percentual (%): 0,00001%. Total do Número de Quotas: 16.017.722, Total do Valor das Quotas (em R$): 16.017.722,00, Total do Percentual (%): 100%." **2.1.** A sócia Soraya Miranda Rodrigues, cede e transfere, a título gratuito, 929.499 quotas, no valor de R$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, à sócia Carolina Miranda Rodrigues **2.1.1.** Pedro Miranda Rodrigues, reste ste, concorda expressamente com a transferência das quotas constantes do item 2.1 acima. **2.2.** O sócio Pedro Miranda Rodrigues, cede e transfere, a título gratuito, 344.423 quotas de sua titularidade, no valor de R$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, à sócia Carolina Miranda Rodrigues. **2.2.1.** Soraya Miranda Rodrigues, reste ste, concorda expressamente com a transferência das quotas prevista no item 2.2 acima. **2.3.** Alteração do caput da Cláusula 4ª do Contrato Social: "***Cláusula 4ª** - O capital social da Sociedade é de R$ 16.017.722,00, dividido em 16.017.722 quotas, com valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, nesta data, assim distribuídas entre os sócios:* **Sócios:** Soraya Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 8.008.861, Valor das Quotas (em R$): 8.008.861,00, Percentual (%): 49,99994%; Pedro Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 4.004.430, Valor das Quotas (em R$): 4.004.430,00, Percentual (%): 25,000000%; Carolina Miranda Rodrigues, Número de Quotas: 4.004.430, Valor das Quotas (em R$): 4.004.430,00, Percentual (%): 25,000000%; Pedro Wagner Pereira Coelho, Número de Quotas: 1, Valor das Quotas (em R$): 1,00, Percentual (%): 0,00000%. Total do Número de Quotas: 16.017.722, Total do Valor das Quotas (em R$): 16.017.722,00, Total do Percentual (%): 100%." 3.1. Consolidar o Contrato Social da Sociedade. Mada nada. **Sócios:** Carolina Miranda Rodrigues, Pedro Wagner Pereira Coelho, Soraya Miranda Rodrigues e Pedro Miranda Rodrigues. JUCESP nº 201.789/22-0 em 18.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Bulla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.

CNPJ/MF nº 15.126.437/0001-38

Relatório da Administração

O Bulla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.; ("Bulla"; "SEP"; ou "Companhia") sociedade constituída em 11 de setembro de 2019, com sede administrativa na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.350, Sala 1201, Torre I – Água Branca – São Paulo/SP apresenta por meio deste o seu Relatório da Administração e as notas de documentos elencados na Instrução Normativa nº 296 divulgadas pela Banco Central do Brasil em 17 de fevereiro de 2022, para atendimento às normas de seu regulador. As demonstrações financeiras do Bulla do exercício base de 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas no site da Companhia em 29 de abril de 2022 site eletrônico https://www.bulla.com.br/ e estão foram remetidas ao Banco Central do Brasil em 31 de março de 2022. O Bulla iniciou suas operações em janeiro de 2020, a logo no começo, foi lançada a campanha "No Caixa Você Acredita", que possibilitou gerar uma relação de crédito junto entre pessoas. Em 2021, com a continuidade de suas operações, o Bulla disponibilizou crédito acessível para diversos Bons Pagadores que estavam precisando de dinheiro e criou oportunidades de investimento com retorno mais justo, reforçando o conceito de crédito. Neste período, o Bulla, c

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ/ME | 00.806.535/0001-94

Relatório de Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Corretora tem focado esforços e recursos em otimizar sua estrutura operacional, visando dar agilidade aos suportes operacionais e atender as demandas dos clientes, em um segmento do mercado que a cada dia se transforma, oferecendo soluções digitais e simples do ponto de vista dos usuários. Os principais serviços prestados pela Corretora são de administração e gestão de fundos, custodia, escrituração, registro de ativos, agente fiduciário, operações de câmbio, estruturação em operações de captação de recursos através de instrumentos financeiros e operações de crédito corporate. **Gerenciamento de Riscos e de Capital**: em cumprimento às disposições regulatórias de siglas em Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. A Diretoria

Balanço Patrimonial - Em de dezembro de 2021 e de 2020 - Valores em R$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/21	31/12/20
Circulante		**142.625**	**169.383**
Disponibilidades	4	**342**	**245**
Instrumentos Financeiros		**118.175**	**150.291**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	4	69.911	82.373
Títulos e valores mobiliários	5	29.739	33.342
Rendas a receber	6.4	9.518	16.364
Negociação e intermediação de valores	6.3	9.007	18.211
Outros Ativos		**23.308**	**18.847**
Outros créditos - Diversos	7.1	22.981	18.628
Despesas antecipadas		327	219
Não Circulante		**16.879**	**20.524**
Instrumentos Financeiros		**29.742**	**16.857**
Títulos e valores mobiliários	5	29.742	16.857
Outros Ativos		**6.708**	**6.802**
Outros créditos - Diversos	7.1	6.708	6.802
Prov. Perdas Esperadas Associadas a:	8	**(23.399)**	**(3.536)**
Risco de rendas a receber e outros créditos		(23.399)	(3.536)
Investimentos	9	**45**	**45**
Outros investimentos		45	45
Imobilizado de Uso	10	**3.783**	**337**
Outras imobilizações de uso		8.214	4.650
(Depreciações acumuladas)		(4.431)	(4.313)
Intangível	11	**-**	**19**
Ativos Intangíveis		-	147
(Amortizações acumulada)		-	(128)
Total do Ativo		**158.704**	**189.907**

Passivo	NE	31/12/21	31/12/20
Circulante		**145.969**	**189.502**
Instrumentos Financeiros		**131.952**	**151.775**
Depósitos	6.1	111.568	-
Relações interdependências	6.2	4	-
Negociação e intermediação de valores	6.3	20.380	151.775
Obrigações Fiscais Diferidas		**-**	**63**
Outros Passivos		**14.017**	**12.296**
Fiscais e previdenciárias	12.1	5.290	4.643
Diversas	12.2	8.727	7.561
Não Circulante		**5.827**	**6.570**
Provisões		**5.827**	**6.570**
Fiscais e previdenciárias	12.1	3.590	3.658
Diversas - Passivos contingentes	12.2	2.237	2.912
Patrimônio Líquido		**8.908**	**19.295**
Capital:	13.1	42.840	22.840
De domiciliados no país		42.840	22.840
Ajustes de avaliação patrimonial		(738)	94
(Prejuízos acumulados)		(35.194)	(3.639)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**158.704**	**189.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/07/21 a 31/12/21

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Semestre em 01/01/21	**22.840**	**42**	**(8.895)**	**13.987**
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(780)	-	(780)
Aumento de capital	20.000	-	-	20.000
Prejuízo do semestre	-	-	(28.299)	(28.299)
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/21	**42.840**	**(738)**	**(35.194)**	**6.908**
Mutações do Semestre:	**20.000**	**(780)**	**(28.299)**	**(9.079)**

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	**22.840**	**94**	**(3.639)**	**19.295**
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(832)	-	(832)
Aumento de capital	20.000	-	-	20.000
Prejuízo do exercício	-	-	(31.555)	(31.555)
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	**42.840**	**(738)**	**(35.194)**	**6.908**
Mutações do Exercício:	**20.000**	**(832)**	**(31.555)**	**(12.387)**

Exercício de 01/01/20 a 31/12/20

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Exercício em 01/01/20	**22.840**	**250**	**(2.086)**	**21.004**
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(156)	-	(156)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.553)	(1.553)
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/20	**22.840**	**94**	**(3.639)**	**19.295**
Mutações do Exercício:	**-**	**(156)**	**(1.553)**	**(1.709)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em R$ 1.000

	NE	2º-Sem-21	2021	2020
Receitas de Intermediação Financeira		**8.202**	**14.129**	**8.101**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.534	13.020	7.931
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos		(3)	3	17
Resultado de operações de câmbio		671	1.106	153
Despesas da Intermediação Financeira		**-**	**-**	**(2.461)**
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(2.461)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**8.202**	**14.129**	**5.640**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais		**(36.501)**	**(45.684)**	**(6.459)**
Receitas de prestação de serviços	**15**	28.200	59.676	57.927
Despesas de pessoal	**16**	(11.583)	(21.099)	(15.296)
Outras despesas administrativas	**17**	(27.381)	(53.542)	(47.548)
Despesas tributárias	**18**	(3.103)	(6.387)	(6.088)
Despesas com provisões associadas ao risco de crédito		(23.709)	(24.743)	-
Outras receitas operacionais	**19**	2.953	3.727	6.789
Outras despesas operacionais	**20**	(1.878)	(3.316)	(2.251)
Resultado Operacional		**(28.299)**	**(31.555)**	**(819)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**(28.299)**	**(31.555)**	**(819)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**21**	**-**	**-**	**(734)**
Provisão para imposto de renda		-	-	(445)
Provisão para contribuição Social		-	-	(289)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		**(28.299)**	**(31.555)**	**(1.553)**
Nº de ações:		**22.934**	**22.934**	**7.000**
Lucro/(Prejuízo) por ação R$		**(1.267,14)**	**(1.412,89)**	**(221,85)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em R$ 1.000

	2º-Sem-21	2021	2020
Resultado Líquido do Semestre/Exercício	**(28.299)**	**(31.555)**	**(1.553)**
Resultado Abrangente	**(780)**	**(832)**	**(156)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	(780)	(832)	(156)
Ajuste TVM	(808)	(895)	(260)
IR de ajuste TVM	28	63	104
Resultado Abrangente Total	**(29.079)**	**(32.387)**	**(1.709)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em R$ 1.000

	2º-Sem-21	31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	**(28.299)**	**(31.555)**	**(1.553)**
Depreciações/amortizações/ perdas líquidas/ganhos/ Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	70	137	120
	23.709	24.743	2.461
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	156
Provisão (reversão) de provisões operacionais	-	-	474
Provisão de impostos no resultado	-	-	734
	(4.520)	(6.675)	2.392
Variação de Ativos e Obrigações	(64.030)	(22.338)	59.541
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(1.828)	5.936	17.474
(Aumento) redução de operações de crédito	-	-	(2.461)
(Aumento) redução de outros ativos	(671)	(8.898)	9.223
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	-	116
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(19.823)	(19.823)	-
Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas	(63)	(63)	(104)
	(24.385)	(23.848)	24.248
Não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**	
Impostos e contribuições a recolher	**(a)**	**(b)**	
Total – não circulante	**3.590**	**3.658**	

(a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nº 11.941/09, 14.129/06, Decreto nº 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora não has concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém, a Administração da Corretora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo. Está representado substancialmente, por processo no qual em agosto de 2017 a Corretora aderiu ao processo PERT referente ao Auto de Infração de Distribuição Disfarçada de Lucros (Processo Administrativo nº 16327.721488/2012-45), que em 31 de dezembro de 2021 o total do processo compreendia o montante de R$ 3.735 (R$ 4.105 em 31 de dezembro de 2020).

12.2 Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Obrigações por aquis de bens e direito	379	169
Despesas de Pessoal	1.500	1.798
Provisão de outras despesas administrativas	2.230	2.477
Credores diversos – país **(b)**	4.170	2.817
Outros pagamentos – bolsa de valores	449	300
	8.727	**7.561**
Não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Provisão para passivos contingentes **(a)**	2.237	2.912
	2.237	**2.912**

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica provisões para passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora apresenta o montante R$ 2.237 (R$ 2.912 em 31 de dezembro de 2020), relacionadas a seguir: **(i)** Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora não possui saldo de reclamações trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2020 possuía um montante de R$ 418, decorrente substancialmente de processos de ex-colaboradores de Prosper corretora explicado em Nota Explicativa nº 1; **(ii)** Reclamações cíveis no montante de R$ 2(R$309 em 31 de dezembro de 2020); **(iii)** Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, relativas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal, atualizados no montante de R$ 2.227 (R$ 2.177 em 31 de dezembro de 2020); **(iv)** Processo de ISS da Prefeitura de R$ referente ao exercício de 2008 no montante de R$ 8 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2020). **(b)** Referem-se a valores a repassar de prestadores a debenturistas no montante de R$1.398 (R$ 1.329 em 31 de dezembro de 2020); outros valores a repassar no montante R$ 782 (R$ 1.488 em 31 de dezembro de 2020); e, prestadores/fornecedores no montante de R$ 1.990 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

12.3. Demandas JUDICIAIS – perdas possíveis: Os processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2021, entre processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$18.448 (R$ 44.371 em 31 de dezembro de 2020):

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**43.962**
Aumento de contingências possíveis	409
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**44.371**
Aumento de contingências possíveis	64.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**108.448**

Os principais processos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são: • Reclamação cível pública no montante de R$ 30.396 (R$ 24.700 em 31 de dezembro de 2020), por ato de improbidade administrativa, com pedido liminar de decretação da indisponibilidade dos bens dos sócios. • Reclamação cível no montante de R$ 58.473 (R$ 9.146 em 31 de dezembro de 2020), referente cobrança de ressarcimento de valores.

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 42.840 (R$ 22.840 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 22.334 ações nominativas (7.000 em 31 de dezembro 2020), sendo 11.167 ações ordinárias (3.500 em 31 de dezembro de 2020) e 11.167 ações preferenciais (3.500 em 31 de dezembro de 2020), sem valor nominal, totalmente integralizado, na data do balanço, por acionistas domiciliados no país. Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital de R$ 22.840 para R$ 42.840 mediante a emissão de 15.334 novas ações. O aumento de capital de R$ 20.000 foi aprovado pelo BACEN em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022/BCB-DEORF. **13.2. Dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, deduzido do valor da reserva legal de 5%, finda o exercício social em que a Administração julgar conveniente e oportuno. A Diretoria, também, o Conselho Administrativo, deverão propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. Não houve distribuição de dividendos, exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **13.3. Destinação dos lucros:** Em atendimento a Resolução CMN nº 3.605, a Corretora destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento do balanço anual. **13.4. Juros sobre capital próprio:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram pagos juros sobre capital próprio. **13.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliações patrimoniais são efetuados de acordo com características dos títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa 3.d; e, estão classificados como títulos disponíveis para venda e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Seus efeitos estão refletidos no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 foram lançados para ajuste de avaliação patrimonial o montante de R$ 738 (R$156 em 31 de dezembro de 2020) líquido de efeitos tributários. **14. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as partes relacionadas da Corretora são: • Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; • Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A., • Planner Holding Financeira; • Planner Serviços Corporativos Ltda. As transações que a Corretora possui como parte relacionada, os direitos e obrigações, conforme descrito a seguir:

	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Ativo (Passivo)
14.1. Direitos e obrigações		
Valores a receber de sociedades ligadas		
Planner Holding Financeira S.A.	489	491
Planner Trustee DTVM Ltda.	5.140	4.422
Outros Passivos – Negociação e intermediação de valores		
Credores – país de liquidação		
Diretores e acionistas	-	(33)

14.2. Operações com partes relacionadas: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 houve pagamentos referente serviços de assessoria para a Planner Serviços Ltda. no montante de R$ 1.760 (R$ 1.385 em 31 de dezembro de 2020). **14.3. Remuneração de pessoal-chave da Administração:** A remuneração total de pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 2.590 (R$1.813 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre/2021	2021	2020
Rendas de administração de fundos	8.185	12.833	12.440
Rendas de assessoria técnica **(a)**	-	-	4.248
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.811	3.444	2.037
Rendas de corretagem de operações em bolsa	12.419	26.429	29.918
Rendas de outros serviços	7.785	14.970	9.376
	28.200	**59.676**	**57.927**

(a) Refere-se substancialmente a receitas provenientes de assessoria financeira na estruturação e distribuição de cotas de fundos de investimento.

16. Despesas de pessoal

	2º semestre/2021	2021	2020
Honorários da diretoria	(1.320)	(2.590)	(1.813)
Proventos	(6.250)	(11.125)	(8.264)
Encargos sociais	(2.023)	(3.696)	(2.582)
Benefícios	(1.819)	(3.414)	(2.472)
Outras despesas	(171)	(274)	(245)
	(11.583)	**(21.099)**	**(15.296)**

17. Outras despesas administrativas

	2º semestre/2021	2021	2020
Despesas com água e energia	(146)	(229)	(195)
Despesas com aluguéis	(1.654)	(3.212)	(2.428)
Despesas com comunicações	(470)	(970)	(946)
Despesas de manutenção e conservação	(468)	(821)	(853)
Despesas com material	(42)	(127)	(88)
Despesas com processamento de dados	(7.620)	(13.372)	(10.278)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(304)	(465)	(369)
Despesas com propaganda e publicidade	(406)	(570)	(278)
Despesas com serviços bancários e custódia (a)	(872)	(2.898)	(4.836)
Despesas com comissões	(7.571)	(16.163)	(14.756)
Despesas com serviços técnicos especializados	(6.879)	(12.677)	(11.332)
Despesas de transporte	(64)	(89)	(45)
Despesas com viagem	(85)	(130)	(81)
Despesa com depreciação e amortização	(70)	(137)	(119)
Outras despesas administrativas	(728)	(1.622)	(1.192)
	(27.381)	**(53.542)**	**(47.548)**

(a) Refere-se ao crescimento da prestação de serviços de custódia.

18. Despesas tributárias

	2º semestre/2021	2021	2020
Impostos sobre serviços – ISS	(1.121)	(2.384)	(2.521)
Contribuição ao COFINS	(1.498)	(3.023)	(2.651)
Contribuição ao PIS	(243)	(491)	(431)
Outras despesas tributárias	(243)	(489)	(477)
	(3.103)	**(6.387)**	**(6.080)**

19. Outras receitas operacionais

	2º semestre/2021	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas (a)	730	680	(6.252)
Reversão de provisões operacionais	2.061	2.061	215
Variações monetárias ativas	2	3	13
Variação cambial ativa	3	3	-
Atualização de depósitos judiciais	89	128	100
Acerto de remessas não identificadas	-	212	-
Acordo de multa sobre taxas de administração	-	288	-
Outras	68	152	104
Total	**2.953**	**3.727**	**6.789**

(a) Em reunião da diretoria realizada em 02 de fevereiro de 2021 foi deliberado a inclusão no balanço de 2020 de valores a receber referente as contas Softwares/ SGBA/ Pessoal (Gestão de Pessoas) /AU – Comissão/Fundos – a receber taxa de escrituração, no montante de R$ 8.315, abatido do valor a ser apurado pela Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que em uma análise inicial correspondia a R$ 4.106.

20. Outras despesas operacionais

	2º semestre/2021	2021	2020
Contingências trabalhistas	(88)	(378)	-
Contingências cíveis	-	(443)	(306)
Atualização de passivos contingentes	-	-	(41)
Variação monetária passiva	-	-	(51)
Erro operacional	(181)	(195)	(67)
Multas – BSM e CVM	(1.037)	(1.154)	(78)
Perdas c/Processos Cíveis	(609)	(1.010)	(1.158)
Perdas c/Processos Trabalhistas	-	-	(36)
Compensação de impostos não homologado	-	(280)	-
Outras	(53)	(156)	(144)
	(1.878)	**(3.316)**	**(2.251)**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	2021		2020	
Apuração de IR/CS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(31.555)	(31.555)	(819)	(819)
	(31.555)	**(31.555)**	**(819)**	**(819)**
Adições/(exclusões):	1.615	1.615	427	427
Despesas não dedutíveis				
Atualização de passivos fiscais contingentes	49	49	40	40
Provisão para devedores duvidosos	24.703	24.703	2.475	2.475
Outras provisões temporárias	225	225	-	-
Despesas/(Reversão) de passivos contingentes fiscais	-	-	(210)	(210)
Despesas/(Reversão) de passivos contingentes cíveis	(417)	(417)	378	378
Despesas/ (Reversão) de passivos contingentes cíveis	(306)	(306)	302	302
Dividendos recebidos	(30)	(30)	(4)	(4)
Atualização de depósitos judiciais	(128)	(128)	(100)	(100)
Reversão de Provisão para contingências	-	-	(14)	(14)
Lucro real	**(5.844)**	**(5.844)**	**2.475**	**2.475**
(-) Compensação de 30% de provisões fiscais	**-**	**(551)**	**(551)**	
Total da Base de Cálculo de IRPJ e CSLL	**(5.844)**	**(5.844)**	**1.924**	**1.924**
Encargo de IR 15% + Adicional 10%/ CS de 15% e 20%	-	-	(457)	(289)
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	-	-	12	-
	(5.844)	**(5.844)**	**(445)**	**(289)**

Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R$ 5.844 (R$ 551 em 31 de dezembro de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, também não obtiveram os créditos tributários constituídos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário nacional, para os créditos tributários no montante de R$29.230, provenientes de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 2.482. **22. Administração de recursos de terceiros:** Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 7.966.508 (R$ 7.522.685 em 31 de dezembro de 2020). No primeiro semestre de 2020 alguns Fundos de Investimento que eram Administrados pela Corretora passaram a ser administrados pela Planner DTVM, conforme deliberado pelos acionistas em transferência de controle acionário entre as empresas (ver Nota Explicativa nº 1). **23. Gerenciamento e estrutura de capital:** O mínimo exigido para a descrição da estrutura de gerenciamento continuo e integrado de riscos e gerenciamento continuo de capital está disponível no endereço https://www.planner.com.br/compliance, no site da Corretora. Visando o atendimento à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que assegurem a adequação de capital da Corretora de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela Corretora de acordo com a natureza e complexidade de suas atividades e ativos sujeitos a seus clientes. **Risco operacional:** Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*. **Risco de mercado:** O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Corretora se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 quanto à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos. **Risco de liquidez:** Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da Corretora em honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização. **24. Limites operacionais:** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do patrimônio exigido. A Corretora adota o critério de patrimônio líquido consolidado em conjunto com suas controladas (Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.). O Índice calculado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 é -2,17 (12,05% em 31 de dezembro de 2020). Resultados para AGE de 29 de dezembro de 2021 foi aprovado pela administração o aumento de capital da Planner Corretora de Valores S.A. pela Planner Holding Financeira S.A. no valor de R$ 20.000, para mitigar os impactos gerados pelas provisões realizadas no mês de dezembro de 2021. O processo deste aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022/ BCB-DEORF, não sendo considerado no cálculo do Índice de Basileia do mês de dezembro de 2021. **25. Análise de Sensibilidade:** A Corretora, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços em clientes institucionais e de grande porte e dessa forma seu único risco é o de crédito, caso um deles não pague pelos serviços prestados. Desde sua entrada em operação a Corretora não teve nenhuma perda. As aplicações financeiras próprias são realizadas em bancos de grande porte com pequeno risco ou em títulos do governo. Os Títulos e Valores Mobiliários são compostos por aplicação em títulos públicos, em Fundos de Investimento, inclusive no Fundo de Investimento Liquidação da Cibrama BM&FBOVESPA e ações de companhias abertas nos quais são inerentes ao desempenho da sua atividade como Corretora de Valores. Os valores registrados no Ativo e no Passivo a título de Negociação e Intermediação de Valores são referentes as liquidações de clientes nas operações da B3. Em conformidade com a Circular nº 3.959 e Resolução 4.720, do Banco Central do Brasil, a Corretora utiliza, para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

Conta	Valor provável de realização / função do ativo/(passivo)	Sensibilidade risco - %	Obs.
Disponibilidades	342	-	**(a)**
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	69.911	0,76	**(a)**
Títulos e Valores Mobiliários	59.481	-	**(b)**
Negociação Intermediação de Valores (líquido)	(122.941)	-	**(a)**
	(6.793)		

(a) – Sem risco;

(b) – Risco mínimo. Até a presente data não houve perda.

26. Outras informações: Efeitos da pandemia - COVID-19: Com relação aos impactos da pandemia, podemos afirmar que não registramos alterações relevantes ao longo dos meses de 1º semestre de 2021, inclusive em termos de demonstrações financeiras, considerando que, apesar das indefinições na economia decorrentes do COVID-19 ocasionarem postergação na realização de alguns novos negócios, mantivemos um nível de operação dentro da normalidade, no seja, não verificamos aumento em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, e, ainda, conseguimos evoluir na contratação de novas operações, principalmente no segmento de fundos de investimentos. Adicionalmente, conforme mencionado no parágrafo acima, até o presente momento não identificamos crescimento expressivo em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, estando o PDD do período em linha com as nossas regras de provisionamento, e em patamares semelhantes aos históricos. Por fim, até o presente momento não utilizamos nenhum benefício disponibilizado pelo Governo, sendo oportuno ressaltar que em relação a possibilidade legal de prorrogação de impostos, optamos pelo pagamento na data de vencimento original. **27. Eventos subsequentes:** Em 07/02/2021 foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a aquisição da carteira de clientes de varejo da Corretora pelo Banco BTG Pactual. O acordo assinado pelas partes prevê a transferência da carteira de renda fixa e renda variável, a qual deve acontecer no decorrer do ano de 2022. Tal procedimento possibilitará à Planner Corretora redirsir sua estrutura de despesas de manutenção de soluções tecnológicas para o varejo, focando suas atividades e seus recursos em negócios adequados à sua estrutura e produtos mais rentáveis, como operações estruturadas, serviços qualificados, administração e gestão de fundos, gestão de carteiras de investimentos e operações de câmbio voltadas para clientes institucionais e varejo.

A Diretoria

Reinaldo Dantas - Contador - CRC 1 SP 110330/O-6

---

planner

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Corretora tem focado esforços e recursos em otimizar sua estrutura operacional, visando dar agilidade aos suportes operacionais e atender as demandas dos clientes, em um segmento do mercado que a cada dia se transforma, oferecendo soluções digitais e simples do ponto de vista dos usuários. Os principais serviços prestados pela Corretora são de administração e gestão de fundos, custodia, escrituração, registro de ativos, agente fiduciário, operações de câmbio, estruturação em operações de captação de recursos através de instrumentos financeiros e operações de crédito corporate. **Gerenciamento de Riscos e de Capital**: em cumprimento às disposições regulatórias de siglas em Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. A Diretoria

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras: Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros, e está localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Maria, B31, na cidade e estado de São Paulo. Em 2016, foi divulgado na mídia que o Ministério Público Federal – MPF e Polícia Federal estariam investigando a Planner Corretora de Valores S.A. e outras pessoas físicas e jurídicas em suposto envolvimento na Operação Greenfield, com relação a operações ilícitas em fundos de investimentos. A Corretora não foi notificada até o momento, consequentemente, desconhece o conteúdo dessa ação. A Administração reafirma que a Corretora adere a todas as boas práticas de mercado e de conformidade no âmbito de sua estrutura de governança, bem como desconhece qualquer irregularidade na Administração dos Fundos. Em 02 de abril de 2019, foram realizadas tratativas para cisão da Planner Holding S.A ("Holding"), até então controladora da Corretora. O Banco Central aprovou em setembro/2021 a assunção do controle do acionista remanescente das ações da Corretora, ainda pendente aprovação pelo Banco Central da assunção do controle do acionista dissidente das ações da Planner Holding II S.A. ("Holding II"). Adicionalmente, na operação, foram aprovadas pelos acionistas a transferência de algumas operações/clientes da Planner Corretora de Valores S.A. para Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, mais especificamente das áreas de Administração Fiduciária, Serviços Qualificados e Investment Banking. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresent

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A. – CNPJ/ME| 00.806.535/0001-54

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Senhores – Diretores e Acionistas da
Planner Corretora de Valores S.A. São Paulo – SP
Examinamos as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A. ("Planner")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto aos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Planner Corretora de Valores S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com Ressalva: Títulos dados em Garantia de Oper. Bolsas:** Em 31 de dezembro de 2021 a "Planner" apresentou registrado na conta "Títulos dados em Garantia de Operação de Bolsa" as LFTs conforme o "Relatório de Garantia Depositadas – Garantias de Operações" emitido pela B3 S/A onde constava as LFTs. Recebemos a confirmação dos assessores jurídicos informando a existência de um processo em garantia no valor de R$ 5 milhões de reais em razão da celebração de "Termo de Compromisso" da "Planner" com o Ministério Público no bojo dos autos nº 0060082-55.2016.4.01.3400. Até o encerramento do trabalho de auditoria não recebemos a evidência suficiente com relação às LFTs registradas contabilmente, de que os títulos depositados em garantia na B3 S/A correspondem ao depósito de 5 milhões. Em 23 de fevereiro de 2022 recebemos dos assessores jurídicos o Ofício do 10º Vara/SJDF/N. 82/2022 onde a Juiz Federal determinou o desbloqueio às LFTs da "**Planner**". **Outros Créditos Diversos – Valores a Receber de Sociedades Ligadas:** Conforme Nota Explicativa 7.1(d) o saldo de R$ 5.529 refere-se a valores a receber de sociedades ligadas da Planner Holding Financeira S.A. (R$ 491 mil) e da Planner Trustee DTVM Ltda. (R$ 5.140 mil), pendente de liquidação a longa data, sem o registro contábil da respectiva provisão. **Outros ativos – diversos – devedores por depósitos em garantia:** Em 31 de dezembro de 2021 a "**Planner**" possui depósitos judiciais no montante de R$ 6.425 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.1 (b), deste montante não tivemos acesso aos extratos atualizados nem a correspondente menção nas respostas à carta de confirmação (circular) enviada aos assessores jurídicos no montante de R$ 532 mil. Como consequência, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do registro desse montante e dos possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros Passivos - Credores diversos – pais:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.2.b, a **"Planner"** possui valores a repassar no montante de R$ 1.363 mil que estavam pendentes de conciliação em 31 de dezembro de 2021. Por meio de procedimentos de auditoria verificamos parte da conciliação desse saldo e até a conclusão de nossos exames não foi possível concluir quanto a existência de saldo em R$ 328 mil, correspondentes a valores a repassar de proventos a debenturistas, motivo pelo qual estamos impossibilitados de opinar, e por isso não opinamos, sobre a sua adequação e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Resultado:** Verificamos que em 31 de dezembro de 2021 a administração da **"Planner"** não constituiu a provisão para perda estimada no montante de R$ 1.869 mil **Fafase: Programa de Recuperação Fiscal (REFIS):** Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 12.1(a), onde consta que a **"Planner"**, no primeiro semestre de 2011, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 31 de dezembro de 2021, a homologação e consolidação dos débitos tributários relativos ao REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nossa opinião não está modificada em função desse assunto. **Crédito tributário:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21 a "**Planner**" possui em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 5.549 mil de saldo diferenças temporárias, correspondente ao crédito tributário no montante de R$ 23.230 mil. Não foram preparados e apresentados estudos sobre a projeção de resultados tributários futuros conforme determina a Resolução nº 4.842/2020 do Conselho Monetário Nacional. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Limite Operacional:** Em 31 de dezembro de 2021 conforme Nota Explicativa 13.1 os Administradores da **"Planner"** deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2021 o aumento de capital no valor de R$ 20.000 mil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 Limites Operacionais, a **"Planner"** adotou o critério de Patrimônio Líquido consolidado, apurando-se o índice em 31 de dezembro de 2021 de -2,15%. **Evento Subsequente: Reestruturação societária:** O Banco Central do Brasil em 31 de agosto de 2021 aprovou a Ata de Assembleia Geral de 05 de outubro de 2020 a Planner Holding Financeira S.A. referente ao processo de reestruturação societária. **Outros Assuntos:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria em 31 de maio de 2021 com opiniões com ressalva quanto aos assuntos, como segue: Instrumentos financeiros – ações de fundo de investimento, Rendas a receber, Outros ativos – diversos – valores a receber de sociedade ligada, Outros ativos – diversos – devedores por depósitos em garantia, Credores diversos – pais, Receitas de prestação de serviço, Crédito tributário, Limites operacionais e parágrafo de ênfase para o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e Reestruturação societária. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "**Planner**" e de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor: Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor:** A administração da "**Planner**" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às "**Planner**" autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "**Planner**" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "**Planner**" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da "**Planner**" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou de erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "**Planner**". • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "**Planner**". Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "**Planner**" a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022
Veneziani Auditores Independentes
CRC 2SP018124/O-1
Alcindo Takachi Itikawa
Contador - CRC 1SP088652/O-9

Veneziani

TECPAY S.A.

CNPJ 23.613.543/0001-80 - NIRE 3530048420-7

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Tecpay S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), na Avenida Angélica, nº 2.529, 7º andar, sala 78, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01227-200, no dia 03 de junho de 2022, às 9:00 (nove) horas, em primeira convocação, e, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2021; **2)** Fixação de remuneração da diretoria. Os documentos relativos a matéria em discussão encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, São Paulo, 26 de abril de 2022. **Marcos Libanore Caldeira** - Diretor Presidente.

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54 – NIRE 35.300.389.212

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2022

Data e Horário: Realizada aos dezoito dias do mês de março de 2022, às 9h00min. **Local:** Sede Social da Companhia localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1357, 8º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01419-908. **Mesa:** Foi aclamado para presidir os trabalhos o Sr. **Ricardo Gomes**, que convidou o Sr. **Roberto Carlos Escobar** para secretariá-lo, ficando assim constituída a mesa. **Convocação:** Dispensada comprovação de convocação prévia pela imprensa, bem como a publicação dos avisos que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro 1976, de acordo com o facultado respectivamente pelo parágrafo 4º do artigo 124 e pelo parágrafo 4º do artigo 133 da referida Lei. **Presença:** Acionista representando 100% (com por cento) do Capital Social. **Ordem do Dia: I** - Constituir uma filial na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; e **II** - Constituir uma filial na cidade de Parauapebas, Estado do Pará. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, foi aprovada pela Acionista e deliberado pelos demais presentes, na melhor forma do Direito, o que segue: **I** - Constituir uma filial na Rua José Alexandre Buaiz, nº 500, 20º andar, Sala 2001, Enseada do Suá, CEP 29050-545, cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; **II** - Constituir uma filial na Rua D, nº 313, Bairro Cidade Nova, CEP 68515-000, cidade de Parauapebas, Estado do Pará; **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os presentes em livro próprio da Companhia, dispensada a transcrição no corpo da mesma para efeito de publicação: aa) **Ricardo Gomes** - Presidente; **Roberto Carlos Escobar** - Secretário; **Núcleo Holding Ltda.** (administrador - Ricardo Gomes). **Acionista**. A assinatura da acionista que subscreveu a presente ata consta lavrada em livro próprio da companhia e as do presidente e secretário na presente ata de assembleia, na forma do manual de registro de sociedades anônimas instituído pela Instrução Normativa DREI nº 81 DE 10/06/2020 publicado no DOU em 15 de junho de 2020. São Paulo, 18 de março de 2022. Mesa: **Ricardo Gomes** - Presidente; **Roberto Carlos Escobar** - Secretário. Testemunhas: 1 - Danilo Silva de Santana - RG. 49.124.169-0 SSP/SP - CPF/MF 423.210.708-89; 2 - Marcio de Oliveira Messias - RG. 28.801784-5 SSP/SP - CPF/MF 289.158.158-07. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 202.351/22-1, em 20/04/2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vector Transportes e Tecnologia S.A.

CNPJ: 35.823.683/0001-61

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio líquido, do Fluxo de Caixa e/ou notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo (SP), abril de 2022. **A Administração**

Balanços Patrimoniais

	2021	2020
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.916	1
Contas a receber de clientes	37	–
Impostos a recuperar	323	–
Outras contas a receber	424	–
Total do ativo circulante	2.700	1
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.764	–
Intangível	18.279	–
Total do ativo não circulante	20.043	–
Total do Ativo	22.743	1
Balanços Patrimoniais	**2021**	**2020**
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		
Impostos a recolher	677	–
Partes relacionadas	6.391	–
Total do passivo circulante	7.068	–
Patrimônio Líquido		
Capital social	19.100	1
Prejuízos acumulados	(3.425)	–
Total do patrimônio líquido	15.675	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.743	1

Demonstração do Resultado

	2021	2020
Receita Operacional Líquida	5.761	–
Custo dos Serviços Vendidos	(5.551)	–
Lucro Bruto	210	–
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(5.399)	–
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(5.189)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.764	–
Prejuízo do Exercício	(3.425)	–

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1	–	1
Aumento de capital	1	–	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1	–	1
Aumento de capital	19.099	–	19.099
Prejuízo do exercício	–	(3.425)	(3.425)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	19.100	(3.425)	15.675

Demonstração dos Fluxos de Caixa — 2021 2020

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(3.425)	–
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido		
Amortização	820	–
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(1.764)	–
	(4.369)	–
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(37)	
Impostos a recuperar	(323)	
Outras contas a receber	(424)	
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Impostos a recolher	677	–
Partes relacionadas	6.391	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.915	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de intangível	(15.000)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(15.000)	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	15.000	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.000	1
Aumento caixa e equivalentes de caixa	1.915	1
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldos no início do exercício	1	–
Saldos no fim do exercício	1.916	1
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.915	1

acompanhamento de transportes de cargas próprias e de terceiros nos diversos sistemas modais; participação como sócia, acionista ou quotista em sociedade sediada no país ou no exterior e fundos de investimentos; e outras atividades necessárias ao total cumprimento do objeto social da Sociedade. **2. Patrimônio Líquido:** 2a) Capital Social: **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, era representado por 19.100.231 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Seus acionistas são representados por:

2021		
Ações Ordinárias	**Capital Social**	**%**
Bunge Alimentos S.A.	16.235.197	16,235 85%
Target Brasil Ltda.	2.865.034	2,865 15%

3. Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras: Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discuiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

A Diretoria

Contador
Marco Aurélio Angelotti - CRC SP 289.161/O-0

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54 – NIRE 35.300.389.212

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2022

Data e Horário: Realizada aos doze dias do mês de abril de 2022, às 14h00min. **Local:** Sede Social da Companhia localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1357, 8º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01419-908. **Mesa:** Foi aclamado para presidir os trabalhos o Sr. **Ricardo Gomes**, que convidou o Sr. **Roberto Carlos Escobar** para secretariá-lo, ficando assim constituída a mesa. **Convocação:** Dispensada comprovação de convocação prévia pela imprensa, bem como a publicação dos avisos que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro 1976, de acordo com o facultado respectivamente pelo parágrafo 4º do artigo 124 e pelo parágrafo 4º do artigo 133 da referida Lei. **Presença:** Acionista representando 100% (com por cento) do Capital Social. **Ordem do Dia: I**. Aprovação das Demonstrações Contábeis da sociedade e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, foi aprovada pela Acionista e deliberado pelos demais presentes, na melhor forma do Direito, o que segue: **I** - Aprovar as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da sociedade, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as quais atendem a todos os requisitos legais, conforme publicação no jornal O Dia SP na página 21, veiculado no dia 31 de março de 2022, tudo na forma do Art. 289 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, sendo que o Acionista agradeceu a participação dos diretores até o momento e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os presentes em livro próprio da Companhia, dispensada a transcrição no corpo da mesma para efeito de publicação: aa) **Ricardo Gomes** - Presidente; **Roberto Carlos Escobar** - Secretário; **Núcleo Holding Ltda.** (administrador - Ricardo Gomes) - **Acionista**. A assinatura da acionista que subscreveu a presente ata consta lavrada em livro próprio da companhia e as do presidente e secretário na presente ata de assembleia, na forma do manual de registro de sociedades anônimas instituído pela Instrução Normativa DREI nº 81 DE 10/06/2020 publicado no DOU em 15 de junho de 2020. São Paulo, 12 de abril de 2022. Mesa: **Ricardo Gomes** - Presidente da Mesa; **Roberto Carlos Escobar** - Secretário da Mesa. Testemunhas: 1 - Danilo Silva de Santana - RG. 49.124.169-0 SSP/SP - CPF/MF 423.210.708-89; 2 - Marcio de Oliveira Messias - RG. 28.801784-5 SSP/SP - CPF/MF 289.158.158-07. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 202.351/22-1, em 20/04/2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1000010-49.2017.8.26.0003**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Pedro Tadeu Dias. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000010-49.2017.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos coproprietários PEDRO DIAS (CPF. 091.145.058-00) e RHODE DA SILVA DIAS (CPF. 039.000.088-19), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, em face de Pedro Tadeu Dias, procedeu-se a penhora sobre a parte ideal de 46,25% do imóvel apartamento nº 33, localizado no 3º andar do bloco H, integrante do Condomínio Residencial Portal da Villa Prudente, localizado na Avenida Costa Barros, nº 2.018, no 28º subdistrito Vila Prudente - São Paulo/SP, descrito na matrícula nº 98.962 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO da penhora por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2022. 26 e 27 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1017655-29.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais. Exequente: Condomínio Edifício Barão de Piracicaba. Executado: Israel Sztuman e outros. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº: 1017755-29.2021.8.26.0100. O Dr. Valdir da Silva Quanez Junior, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Zolmen Rosenthal (CPF. 007.705.408-30), Mae Gabriela Rosenthal (CPF. 001.364.698-53), Ezra Shammay Shammas (CPF. 001.459.558-34), Israel Ostrowicz (CPF. 003.779.708-58), Elihu Nathan Dasruff (CPF. 028.610.238-04), Leon Schumsukowitz (CPF. 170.209.058-20), Israel Sztuman (CPF. 004.057.958-15), Noach Lejb Alterman (CPF. 391.174.058-15) e Nathan Herchkovic (CPF. 066.786.398-91), que Condomínio Edifício Barão de Piracicaba lhes ajuíza ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 6.339,36 (maio de 2021), representada pelas despesas condominiais do imóvel localizado na Rua Barão de Piracicaba, nº 678, apto.129, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012, integrante do condomínio Exequente. Estando os executados em lugar ignorado, expediu-se edital, para que em 03 dias, a fluir do 20 dias supra, pagem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado seguimento ao prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de abril de 2022. 26 e 27 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0010544-09.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Reinaldo Deividy Costa da Silva. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0010544-09.2021.8.26.0100. O Dr. Guilherme de Paula Nascente Nunes, Juiz de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Reinaldo Deividy Costa da Silva (CPF. 738.462.442-87), que nos autos da ação Monitória, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 815,14 e R$ 378,61. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2022. 27 e 28 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1031637-45.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Pagamento em Consignação. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Pompéia Pharma Eireli. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1031637-45.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CAITTAN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) POMPÉIA PHARMA EIRELI, CNPJ 09.114.690/0001-64, que lhe foi proposta uma ação de Consignação em Pagamento por parte da Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando o depósito da quantia de R$2.783,31, referente às notas fiscais em aberto, para que seja declarada a extinção da obrigação com a quitação total do débito. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, proceda ao levantamento do valor depositado ou apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o rito será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extenso, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2022. 27 e 28 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0002511-40.2020.8.26.0011** A M.Ma. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dra. Luciana Basso de Melo. Faz saber que, nos autos da ação de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0018705-76.2019.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. ALEXANDRE BUCCI,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a FÁBIO DOS SANTOS ROSA** (RG/RNE 24.106.051-5 SP, CPF/MF 198.661.968-61), que **PRIMULA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.** lhe ajuizou o **INCIDENTE** de **DESCONSIDERAÇÃO** de **PERSONALIDADE JURÍDICA**, na qual figura como corré **MARIA DE LOURDES FERNANDES ROSA**, para inclusão no polo passivo da ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** (proc. nº **0118062-73.2012.8.26.0100**) movida em face de **SOMALIMP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.**, diante do encerramento irregular das atividades da devedora em 2013. Estando o sócio **FÁBIO DOS SANTOS ROSA** em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias**,a fluir após os **20 dias** supra, **MANIFESTE-SE** sobre o incidente e apresente as provas cabíveis (art. 135 do CPC), sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Serão presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de abril de 2022.

26 e 27/04

MDR Participações S.A.

CNPJ nº 15.558.758/0001-17

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as contas relativas ao período findo em 31/12/2021.

São Paulo, 27 de abril de 2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.261	3.965	7.424	8.777
Contas a receber	4	-	-	10.533	5.463
Estoques	5	-	-	6.315	4.892
Impostos a recuperar		-	-	-	1
Outros créditos	6	468	83	613	489
Total do ativo circulante		1.729	4.048	24.885	19.622
Não circulante					
Investimentos	7	47.000	45.366	-	-
Depósito judicial	13	312	20	3.291	709
Outros créditos	6	1.955	1.296	-	-
Imobilizado	8	68	75	34.900	35.886
Intangível	9	40	51	2.269	3.320
Total do ativo não circulante		49.375	46.808	40.460	39.915
Total do ativo		51.104	50.856	65.345	59.537

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	10	261	183	4.666	2.787
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	274	164	3.738	2.400
Obrigações tributárias	12	22	70	2.080	2.053
Dividendos a pagar		62	62	62	62
Provisão para perda com investimento	7	-	62	-	-
Outras obrigações	14	1.119	-	98	503
Total do passivo circulante		1.738	541	10.644	7.805
Não circulante					
Obrigações tributárias		-	-	239	402
Provisão para riscos	13	-	28	5.096	1.043
Total do passivo não circulante		-	28	5.335	1.445
Patrimônio líquido					
Capital social	15	53.959	53.959	53.959	53.959
Prejuízos acumulados		(4.593)	(3.672)	(4.593)	(3.672)
Total do patrimônio líquido		49.366	50.287	49.366	50.287
Total do passivo e do patrimônio líquido		51.104	50.856	65.345	59.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida de vendas	17	-	-	83.851	55.256
Custo das mercadorias vendidas	18	-	-	(63.859)	(47.321)
Lucro bruto		-	-	19.992	7.935
**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005860-09.2005.8.26.0001. O MM². Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. JOSÉ FABIANO CAMBOM DE LIMA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a REJANE MACHADO VICENTE, CNPJ/MF 005.753.968-42, nos autos da presente Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por parte de ASSOCIAÇÃO DE INSTRUÇÃO POPULAR E BENEFICÊNCIA - SIPEB – COLÉGIO SANTANA, que foi realizado o bloqueio judicial sobre ativos financeiros de sua titularidade pelo Sistema SISBAJUD, no importe de R$ 2.499,23 (fls. 376/378). Estando a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, comprove a impenhorabilidade da quantia supra, sob pena de converter-se a indisponibilidade em penhora, quando terá então início o prazo previsto para apresentação de eventual impugnação em relação a esta, independentemente de nova intimação, nos termos dos arts. 854, §5º c.c. 917, §1º ou 525, §11, conforme o caso, todos do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, referida quantia será levantada pela exequente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, em 08 de abril de 2022.

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 38ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 12º andar - salas nºs 1219 / 1221 - Centro - CEP 01501-900 - Fone 2171-6253 - E-mail: sp38cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0003610-98.2022.8.26.0100**. O MM². Juiz de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. **LUIZ FERNANDO RODRIGUES GUERRA**, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** a **MARCELO COSTA** (CPF 583.191.075-04), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movido por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.**, fica **INTIMADO** para, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$ 3.093,40 (fevereiro/2022) a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10% (art. 523, § 1º do CPC/2015), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação. Fica ciente também que não pagando, inicia-se o prazo de **15 dias** para **IMPUGNAÇÃO**, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação** (art. 525 do CPC). Será o presente , por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2022.

26 e 27/04

Inflação da construção civil sobe para 0,87% em abril, diz FGV

O Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,87% em abril deste ano. A taxa é superior ao índice 0,73% de março, mas ficou abaixo do 0,95% de abril de 2021.

Com isso, o INCC-M acumula taxas de inflação de 2,74% no ano e de 11,54% em 12 meses, de acordo com os dados divulgados na terça-feira (26).

A alta da taxa de março para abril foi puxada pelos materiais e equipamentos, cuja taxa de inflação passou de 0,29% para 1,35% no período.

Por outro lado, os serviços e mão de obra tiveram queda na taxa. Os serviços passaram de 0,79% para 0,73%, enquanto a mão de obra recuou de 1,12% para 0,46%. (Agencia Brasil)

Confiança empresarial cresce em 19 dos 29 setores industriais, diz CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) aumentou em 19 dos 29 setores da indústria em abril na comparação com março de 2022. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Icei permanece acima de 50 pontos, mesmo nos dez setores em que o indicador foi menor que em março. O Icei foi divulgado na terça-feira (26).

Os setores que registraram maiores altas foram os de produtos de borracha, que passou de 53,7 pontos em março para 59,3 pontos em abril; de limpeza, perfumaria e higiene pessoal (de 53,4 para 58,8 pontos); e de metalurgia (de 53,8 pontos para 58,3).

O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, explica que houve uma recomposição da confiança perdida no último trimestre, o que pode ser explicado por uma reavaliação dos riscos do início do ano. "A alta no mês foi significativa em alguns setores, mas não estamos falando de um otimismo desmedido", disse.

"Possivelmente há uma reavaliação dos riscos e incertezas trazidos pela nova onda de covid-19 no início do ano, assim como pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Isso trouxe algum alívio para as expectativas em abril. Mas os problemas na economia, como inflação, juros e tributação complexa seguem presentes e impedem que o otimismo deslanche", concluiu.

O índice de confiança dos empresários apresentou maior queda nos setores de calçados e suas partes, que passou de 58,8 pontos em março para 55,1 pontos em abril; produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos (de 56,5 pontos para 54,3 pontos); e impressão e reprodução de gravações, setor que caiu de 57,9 pontos para 55,8 pontos.

Segundo o levantamento da CNI, "mesmo com a queda, esses setores seguem acima e distantes dos 50 pontos e, portanto, confiantes em suas empresas e na economia, no momento atual e nos próximos seis meses".

O índice varia de zero a 100 pontos e valores acima de 50 indicam confiança e abaixo disso falta de confiança. Foram entrevistadas 2.229 empresas, sendo 887 de pequeno porte, 830 de médio porte e 512 de grande porte entre os dias 1º e 11 de abril. (Agencia Brasil)

Para conter avanço da doença, Portos do Paraná reforça os cuidados contra a dengue

O Paraná enfrenta uma epidemia de dengue e os cuidados para combater o mosquito transmissor devem ser adotados por todos. Nos Portos de Paranaguá e Antonina, as ações foram reforçadas, como a aplicação regular de larvicida, vistorias frequentes e eliminação de pontos de acúmulo de água.

Trabalhadores e comunidade portuária foram alertados e receberam orientação sobre a importância de evitar a proliferação do Aedes aegypti, mosquito transmissor da doença, também em casa.

"A principal providência para combater o mosquito e a doença é não deixar acumular água parada. Na área portuária, a Portos do Paraná faz vistorias semanais destes pontos e aplica, periodicamente, o larvicida na região", diz a bióloga e analista portuária Juliana Vendrami.

A Portos Paraná mantém vários contratos com empresas especializadas no combate a vetores, como ratos, pombos e insetos, entre eles o mosquito transmissor da dengue, mas a ação conjunta de todos é fundamental para que os números da doença caiam.

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) decretou situação de epidemia de dengue no Paraná no dia 19 deste mês. Paranaguá também registra crescimento de casos. O boletim do dia 5 de abril apontava incidência de 43,89 notificações por 100 mil habitantes, número que subiu para 57,44/100 mil hab no informe da semana seguinte (12), chegou a 70,35 no dia 19 e soltou para 76,81 notificações no boletim da terça-feira (26).

Segundo Vendrami, a região possui condições meteorológicas favoráveis à reprodução e ataque do Aedes aegypti. "A temperatura e o clima fazem com que o Laboratório de Climatologia da Universidade Federal do Paraná considere Paranaguá uma cidade com Risco Climático Médio da Dengue", explica. (AENPR)

IBRAFER MBM S.A.

CNPJ/MF 71.477.426/0001-89

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

www.ibrafer.com

Balanços patrimoniais em 31/12/2021 ab 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Ativo / Circulante	**9.784**	**10.535**
Caixa e equivalentes de caixa	4.477	2.760
Contas a receber	2.582	5.500
Estoques	2.470	1.835
Outros créditos	255	440
Não circulante	**6.812**	**5.852**
Impostos a recuperar	1.704	424
Outros créditos longo prazo	–	129
Depósitos judiciais	105	29
Imobilizado	4.897	5.176
Intangível	106	94
Total do ativo	**16.596**	**16.386**

	2021	2020
Passivo / Circulante	**9.825**	**22.314**
Fornecedores	1.678	2.518
Empréstimos e financiamentos	4.321	15.492
Obrigações trabalhistas	222	479
Provisões diversas	267	270
Adiantamentos de clientes	3.097	3.335
Outras contas a pagar	95	106
Não circulante	143	115
Provisão para processos judiciais	–	10
Patrimônio líquido	**6.771**	**(5.928)**
Capital social	23.222	10.578
Prejuízos acumulados	(16.451)	(16.515)
Total do passivo e patrimônio líquido	**16.596**	**16.386**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31/12/2021 ab 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	33.388	32.508
Custo dos produtos vendidos	(29.780)	(26.638)
Lucro bruto	**3.608**	**6.870**
Despesas administrativas	(4.922)	(4.736)
Despesas comerciais	(622)	(604)
Outras receitas	527	70
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos	**(1.409)**	**1.599**
Receitas financeiras	2.691	750
Despesas financeiras	(1.276)	(3.458)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**1.416**	**(2.708)**
Resultado antes dos impostos	**7**	**(1.108)**
Imposto de renda e contribuição social	57	(54)
Resultado do exercício	**64**	**(1.163)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020	**10.578**	**(15.352)**	**(4.774)**
Resultado do exercício	–	(1.163)	(1.163)
Saldos em 31/12/2020	**10.578**	**(16.515)**	**(5.937)**
Resultado do exercício	–	64	64
Saldos em 31/12/2021	**23.222**	**(16.451)**	**6.771**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 *(Em milhares de R$)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**64**	**(1.163)**
Ajustes para: Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	34	513
Provisão dos estoques	33	(125)
Depreciação e amortização	560	543
Variações cambiais e juros sobre empréstimos	433	1.953
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas e provisões diversas	(248)	326
	877	**2.046**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	2.884	136
Estoques	(667)	561
Outros créditos	314	645
Impostos a recuperar	(1.283)	125
Fornecedores	(840)	(812)
Impostos a recolher	(256)	162
Obrigações trabalhistas	(2)	20
Adiantamento de clientes	(11)	18
Outras	(48)	10
Caixa utilizados nas atividades operacionais	**967**	**2.909**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(292)	(311)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(292)**	**(311)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.645	–
Captação de empréstimos e financiamentos	739	2.075
Pagamento de empréstimos	(12.341)	(2.170)
Caixa líquido proveniente		
das atividades de financiamento	**1.043**	**(95)**
(Aumento/Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.717**	**2.502**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.760	2.760
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.477	258
(Aumento/Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.717**	**2.502**

Notas Explicativas

1. A Ibrafer MBM S.A., é uma companhia anônima de capital fechado com sede em Sorocaba/SP. Sua principal controladora é a Ibrafer - Internacional Brasileira de Aparelhos Ferroviários Participações Ltda. A Companhia tem como objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação e transporte de materiais ferroviários, tais como, aparelhos de mudança de via e seus componentes, materiais fundidos, e quaisquer outros produtos ou atividade relacionada a fabricação ou comercialização de produtos para o sistema de transporte ferroviário. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Administrativo da Companhia em 22/04/2022. **2.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, e estão disponíveis na empresa juntamente com os relatórios e parecer da auditoria.

DIRETORIA ATUAL: Julia de Souza Queiroz Pascowitch - CEO - Diretor Presidente; **José Henrique da Silva Trindade** - Diretor Estatutário; **Wagner Antonio Garcia** - Controller; **Patricia do Carmo Fleming Vaz** - Contadores - CRC 1SP339511

FERTIMPORT S.A.

C.N.P.J 53.004.313/0001-84

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônio líquidos, dos Fluxos de Caixas e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Santos (SP), abril de 2022

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.503	10.007
Contas a receber de clientes	3.274	1.747
Impostos a recuperar	321	68
Partes relacionadas	3.532	3.742
Dividendos a receber	2.141	2.289
Outras contas a receber	3.217	1.071
Total do ativo circulante	38.988	18.924
Não Circulante		
Impostos diferidos	10.140	9.121
Impostos a recuperar	1.939	4.971
Outras contas a receber	200	232
Investimentos em controladas e coligadas	84.455	37.676
Imobilizado	691	696
Intangível	24	34
Total do ativo não circulante	97.449	52.730
Total do Ativo	**136.437**	**71.654**

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	4.739	3.694
Partes relacionadas	3.778	435
Obrigações sociais e tributárias	1.959	1.946
Impostos a recolher	4.118	313
Adiantamento de clientes	1.484	1.218
Total do passivo circulante	16.078	7.606
Não Circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários	10.626	9.214
Provisão para benefícios pós-emprego	7.756	8.801
Outras contas a pagar	13	24
Total do passivo não circulante	18.395	18.039
Patrimônio Líquido		
Capital social	15.942	15.942
Reserva de capital	941	941
Reserva legal	3.188	3.188
Reserva de lucros	101.373	54.425
Outros resultados abrangentes	(19.480)	(28.487)
Total do patrimônio líquido	101.964	46.009
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**136.437**	**71.654**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**15.942**	**941**	**3.188**	**53.064**	**–**	**(33.215)**	**39.920**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	21.073	–	21.073
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	256	256
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	4.472	4.472
Dividendos distribuídos	–	–	–	(19.712)	–	–	(19.712)
Retenção de lucros	–	–	–	21.073	(21.073)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**15.942**	**941**	**3.188**	**54.425**	**–**	**(28.487)**	**46.009**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	46.948	–	46.948
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	503	503
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	8.504	8.504
Retenção de lucros	–	–	–	46.948	(46.948)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**15.942**	**941**	**3.188**	**101.373**	**–**	**(19.480)**	**101.964**

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	46.948	21.073
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	291	273
Custo residual do ativo intangível baixado	–	31
Resultado de equivalência patrimonial	(40.429)	(14.209)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9.384	3.771
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	(125)	22
Provisão para benefícios pós-emprego	592	632
Provisão para participação nos resultados	945	1.193
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.726	4.626
	19.332	17.412
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.402)	887
Impostos a recuperar	2.779	(3.078)
Partes relacionadas	210	3.115
Dividendos	2.289	18.600
Outros ativos	(2.124)	792
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.045	659
Obrigações sociais e tributárias	(932)	(706)
Impostos a recolher	304	(33)
Partes relacionadas	3.343	(1.441)
Provisão para benefícios pós-emprego	(845)	(155)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(314)	(1.104)
Adiantamento de clientes	266	(481)
Outras contas a pagar	(11)	(37)
Caixa gerado pelas operações	23.940	34.430
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.168)	(5.733)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	16.772	28.697
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Redução de aplicações financeiras:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(276)	(126)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(276)	(126)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Distribuição de dividendos	–	(20.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	–	(20.000)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.496	8.571
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	10.007	1.436
No fim do exercício	26.503	10.007
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.496	8.571

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Receita Líquida de Vendas e Serviços	16.611	15.804
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.445)	(9.636)
Lucro Bruto	7.166	6.168
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	94	101
Gerais e administrativas	(3.692)	(2.483)
Resultado de equivalência patrimonial	40.429	14.209
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.060	4.135
	43.891	15.962
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	51.057	22.130
Resultado Financeiro, Líquido		
Receitas financeiras	4.642	486
Despesas financeiras	(136)	(68)
Variação cambial, líquida	769	2.296
	5.275	2.714
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	56.332	24.844
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.669)	(4.921)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.285	1.150
Lucro Líquido do Exercício	46.948	21.073

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: A Fertimport S.A. (a seguir denominada "Fertimport" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Santos, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante agenciamento, coordenação e acompanhamento de transporte de cargas modais, agenciamento de navios, bem como atividades correlatas à logística de comércio exterior, podendo participar de outras sociedades ou delas desvincular-se. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:**

Sócios	Ações ordinárias	Valor	%
Bunge Alimentos S.A.	228.571.428	15.942	99,99%
Bunge Holdings B.V (NL)	1	–	0,01%
Total	228.571.429	15.942	100%

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% do seu lucro líquido anual para a reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. A Companhia possui R$3.188 a título de reserva legal em 2021 e 2020. **2b.2** - Retenção de Lucros: Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$101.373 (R$ 54.425 em 2020), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador

Ulisses Eduardo de Oliveira - BA-024834/O-6

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação da executada **EQUIPAR LOCAÇÕES LTDA., CNPJ Nº 08.982.940/0001-35**; **NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, CPF Nº 691.252.521-00**; de sua mulher/coproprietária **MYRNA FREITAS CORREA, CPF Nº 761.657.521-87**; dos coproprietários **VÂNIA MEDINA VIEIRA DE FREITAS, CPF Nº 096.375.598-68**; **JOÃO SABINO VIEIRA DE FREITAS, CPF Nº 663.385.148-00**; de sua mulher **SANDRA REGINA VIEIRA DE FREITAS, CPF Nº 686.248.918-68**; do locatário **GUILHERME MUSSI FERREIRA, CPF Nº 318.124.728-62**; dos credores **BANCO BMG S/A, CNPJ Nº 61.186.680/0001-74**; **EDUARDO HENRIQUE FREITAS DOS ANJOS, CPF Nº 213.602.238-51**; **DENILSON FERREIRA DE SOUSA, CPF Nº 624.794.744-53**; **RAIMUNDO NONATO DA SILVA, CPF Nº 293.959.413-91**; **IVANILDO CARVALHO DE MACEDO, CPF Nº 391.243.518-90**; **LUIZ CARLOS DA FONSECA, CPF Nº 027.250.399-30**; **EDNALDO JOSÉ DE SOUZA, CPF Nº 559.719.701-00**; **ROSELTON ANDRADE DE CARVALHO, CPF Nº 047.562.275-89**; **ROBERTO BEZERRA GONÇALVES, CPF Nº 035.306.213-82**; **HELIO CASCIOLINI FILHO, CPF Nº 074.716.058-98**; **DION DE SOUZA BARBOSA, CPF Nº 317.861.988-78**; **FRANCISCO PEREIRA DE LIMA, CPF Nº 053.648.878-75**; **ANTONIA VANDELENA MORENO DE JESUS, CPF Nº 316.287.021-68**; **ANDSON DOS SANTOS SOUZA, CPF Nº 022.086.595-70**; **SIDNEI TADEU MACHADO SANTOS, CPF Nº 038.155.188-14**; **AFONSO DE ALENCAR BRITO, CPF Nº 373.250.718-17**; **IBANES OLIVEIRA MACEDO, CPF Nº 180.194.712-00**; **ANTONIO MARCO DE SOUSA, CPF Nº 019.443.623-39**; **LUIZA FRANCISCA DA COSTA, CPF Nº 900.575.383-87**; **KATIA MIDORI HAGIO DAMASCENO, CPF Nº 326.402.908-19**; **CARLOS ANTÔNIO DE JESUS MATOS, CPF Nº 301.406.368-11**; **CARLOS TAKAO OYAMA, CPF Nº 020.199.808-32**; **JORGE MARCELO DE ANDRADE SANTOS, CPF Nº 986.897.115-20**; **JOSIAS PEREIRA FERRARI, CPF Nº 363.376.188-92**; **VALDIR DOS SANTOS, CPF Nº 216.468.588-16**; **CARLINO SEBASTIÃO DE LIMA, CPF Nº 696.866.298-15**; **FRANCISCO RODRIGUES DA FONSECA, CPF Nº 124.836.338-69**; e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por **LUMATEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ Nº 10.199.063/0001-72 e Outra**. **Processo nº 1091163-84.2013.8.26.0100/01.** O Dr. Diogo Bocuhy Bonilha, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, na forma da Lei, etc.. **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009 do Conselho Superior da Magistratura, o(a) leiloeiro(a) oficial(a) Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 02/05/2022, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerando-se em 05/05/2022, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 26/05/2022, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, desde que devendo ser acolhi-lano lance inferior a 75% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser formecidos através de sistema eletrônico do gestor www.farooonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lances sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no endereço eletrônico https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaljtsp/login.jsp. **PARCELAMENTO**: De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a oferta seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja inferior ao valor mínimo e que 75% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente de multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. DA COMISSÃO DO GESTOR**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO**: Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO**: Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL**: Caso o pracameento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido a comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, **e** caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **FALE CONOSCO**: Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 6405, 6º andar, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: farooleiloes@terra.com.br. **LOTE ÚNICO**: Casa residencial e seu respectivo terreno situado na Av. República do Líbano nº 584, no 28º Subdistrito – Jardim Paulista, medindo o terreno 15,00m de frente para Av. República do Líbano, por 28,80m da frente aos fundos, de lado esquerdo de quem olha da avenida para o imóvel, 32,85m do lado direito, tendo no fundo os lotes 6 e 8 da Rua Coelho Marques. Imóvel de matrícula nº 173.541, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, contribuinte nº 036.106.0004-7. Conforme documentos de avaliação anexados aos autos, a edificação é assobradada, com características, predominantemente comerciais, em bom estado de conservação, próximo ao Parque do Ibirapuera, a região é atendida por toda infraestrutura necessária. Em pesquisa junto à Prefeitura, trazida em uma das avaliações, verifica-se que junto ao órgão o imóvel está registrado com área de terreno de 463m², e uma área construída de 360m². VALOR DA AVALIAÇÃO: R$6.333.000,00 (seis milhões, trezentos e trinta e três mil reais), conforme despacho de fls. 446, constante dos autos, datado de janeiro/2021. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA fevereiro/2022: R$7.023.186,00 (sete milhões, vinte e três mil, cento e oitenta e seis reais). Obs.: 1.** Consta da Av. 06 da referida matrícula, distribuição de Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 10621/19-20.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 10ª Vara Cível do Foro Central da São Paulo, promovida por BANCO BMG S/A, CNPJ Nº 61.186.680/0001-74, em face de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORRÊA E OUTROS; **Obs. 02:** Consta da Av. 08 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 0000533-15.2013, em trâmite perante a 36ª Vara do Trabalho de São Paulo, promovida por EDUARDO HENRIQUE FREITAS DOS ANJOS, CPF Nº 213.602.238-51, em face de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORRÊA E OUTROS; **Obs. 03:** Consta da Av. 09 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Nelson Luiz de Andrade Correa, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 00007995-51.2015.5.18.0241, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Valparaíso de Goias, promovida por DENILSON FERREIRA DE SOUSA, CPF Nº 624.794.744-53; **Obs. 04:** Consta da Av. 10 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 00014595-90.2015.5.18.0024, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Valparaíso de Goias, promovida por RAIMUNDO NONATO DA SILVA, CPF Nº 293.959.413-91; **Obs. 05:** Consta da Av. 11 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 1002019-39.2014.5.02.0341, em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba, promovida por IVANILDO CARVALHO DE MACEDO, CPF Nº 391.243.518-90; **Obs. 06:** Consta da Av. 12 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 1000525-76.2013.5.02.0341, em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba, promovida por LUIZ CARLOS DA FONSECA, CPF Nº 027.250.399-30; **Obs. 07:** Consta da Av. 13 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 0000268-87.2015.5.12.0028, em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de Joinville/SC, promovida por L.O.D; **Obs. 08:** Consta da Av. 14 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de NELSON LUIZ DE ANDRADE CORREA, por determinação judicial proferida nos autos da Execução Trabalhista, processo nº 0000350-93.2015.5.18.0241, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Valparaiso de Goias/GO, promovida por EDNALDO JOSÉ DE SOUZA, CPF Nº 559.719.701-00; **Obs. 09:** Consta da Av. 16 da referida matrícula, penhora da parte ideal da 12

IRMÃS BALDAN AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ 28.571.279/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Balanço Patrimonial

	2021		2021
Ativo	**1.155.406,22**	**Passivo**	**1.155.406,22**
Ativo circulante	**514.676,41**	**Passivo circulante**	**38.912,24**
Disponível	514.272,55	Fornecedores	35,00
Caixa	9.206,65	Fornecedores nacionais	35,00
Bancos conta movimento	183.788,91	Obrigações com pessoal e trabalhistas	16.708,78
Aplicações financeiras	321.276,99	Obrigações trabalhistas/previdenciarias	11.060,83
Realizável a curto prazo	403,86	Provisões	5.647,35
Despesas do exercício seguinte	403,86	Obrigações tributarias	22.168,46
Ativo nao circulante	640.729,81	Impostos e contribuições a recolher	22.168,46
Investimentos	8.270,14	Patrimonio liquido	1.116.493,98
Participações em		Capital social	337.000,00
controladas e coligadas	8.270,14	Capital social integralizado	337.000,00
Imobilizado	632.459,67	Resultado	779.493,98
Bens em operacao	687.600,50	Reservas de lucros acumulados	779.493,98
(-) Depreciacao acumulada	(55.140,83)		

Demonstração do Resultado do Exercício

	2021
Receitas Brutas	892.299,50
Deduções	(32.568,93)
= Lucro Bruto	859.730,57
Despesas Administrativas	(179.870,54)
Despesas Tributárias	(13.290,43)
= Lucro antes das receitas e despesas financeiras	666.569,60
Receitas Financeiras	17.501,07
Despesas Financeiras	(70,18)
= Lucro antes dos tributos sobre o lucro	684.000,49
Contribuição Social	(27.273,33)
Imposto de Renda	(60.593,20)
= Lucro líquido das operações continuadas	595.790,96
= Lucro Líquido do Período	595.790,96
= Lucro	595.790,96

Notas Explicativas

1. Apresentação A empresa Baldan Agropecuária S/A, é uma pessoa jurídica de direito privado, (de Natureza Empresária) com fins econômicos, com sede na cidade de Matão, à Rua Rui Barbosa, nº 1105, no Centro/SP, cujo ramo de atividade é o aluguel de imóveis próprios, exploração de atividades relacionadas a agropecuária por conta própria ou de terceiros, em terras de sua propriedade ou de terceiros, plantio e comercialização de produtos agrícolas, cria e engorda de gado bovino e outros animais de pequeno e grande porte, podendo, ainda participar, na qualidade de acionista, quotista, debenturista, ou parte beneficiária, de outras empresas, sendo indeterminado o seu prazo de duração. **2. Regime Tributário** A empresa é optante pelo regime tributário do Lucro Presumido. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são apresentados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, com base no regime de competência. **7.** As receitas da empresa são apuradas por meio de notas fiscais de venda e prestação de serviços. **8.** As despesas da empresa são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais. **9. Capital Social** O capital social é de R$ 337.000,00. **10. Resultado do Exercício e Lucros Acumulados** O resultado do exercício foi R$ 595.790,96 de lucro, e os lucros acumulados somam de R$ 779.493,98. Matão/SP, 31 de dezembro de 2021.

Diretoria
Vilmer Baldan - Diretor

Contador
Matheus Aguiar Camillo - CRC 1SP297350/O-2

MILÃO AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ 29.739.511/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Balanço Patrimonial

	2021		2021
Ativo	50.827,86	Passivo	50.827,86
Ativo circulante	23.373,67	Passivo circulante	492,17
Disponível	23.373,67	Obrigações tributarias	492,17
Caixa	113,00	Impostos e contribuições a recolher	492,17
Bancos conta movimento	23.257,67	Passivo nao circulante	21.000,00
Ativo nao circulante	27.454,19	Creditos de mutuo	21.000,00
Investimentos	1.570,19	Patrimonio liquido	29.335,69
Participacoes em		Capital social	26.000,00
Controladas e coligadas	1.570,19	Capital social integralizado	26.000,00
Imobilizado	25.884,00	Resultados acumulados	3.335,69
Bens em operacao	25.884,00	Reservas de lucros acumulados	3.335,69

Demonstração do Resultado do Exercício

	2021
Receitas Brutas	19.223,97
Deduções	(701,68)
= Lucro bruto	18.522,29
Despesas administrativas	(3.624,00)
Despesas tributárias	(307,93)
= Lucro antes das receitas e despesas financeiras	14.590,36
Receitas financeiras	257,20
Despesas financeiras	(6,22)
= Lucro antes dos tributos sobre o lucro	14.841,34
Contribuição social	(576,80)
Imposto de renda	(961,33)
= Lucro líquido das operações - Continuadas	13.303,21
= Lucro líquido do período	13.303,21
= Lucro	13.303,21

Notas Explicativas

1. Apresentação A empresa Milão Agropecuaria S/A, é uma pessoa jurídica de direito privado, (de Natureza Empresária) com fins econômicos, com sede na cidade de Matão, à Rua Rui Barbosa, nº 1105, no Centro/SP, cujo ramo de atividade é a exploração de atividades relacionadas a agropecuária por conta própria ou de terceiros, em terras de sua propriedade ou de terceiros, plantio e comercialização de produtos agrícolas, cria e engorda de gado bovino e outros animais de pequeno e grande porte, podendo, ainda participar, na qualidade de acionista, quotista, debenturista, ou parte beneficiária, de outras empresas, sendo indeterminado o seu prazo de duração. **2. Regime Tributário** A empresa é optante pelo regime tributário do Lucro Presumido. **3. Cadastro** A empresa Milão Agropecuaria S/A possui os seguintes registros e inscrições: • Ato de Assembleia de Constituição datado de 15/12/2017 e Registrada Na JUCESP, sob o nº 3530051389 em 21/02/2018; • CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 29.739.511/0001-01; • E Cadastro de Contribuintes de ICMS sob nº 441.129.632.116; **4. Principais Práticas Contábeis:** O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **5.** A prática contábil adotada é pelo regime de caixa. **6.** As aplicações financeiras quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **7.** As receitas da empresa são apuradas por meio de notas fiscais de venda. **8.** As despesas da empresa são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais. **9. Capital Social** O capital social é de R$ 26.000,00. **10. esultado do Exercício e Lucros Acumulados.** O resultado do exercício foi R$ 13.303,21 de lucro, resultando no lucro acumulado de R$ 3.335,69. Matão/SP, 31 de dezembro de 2021.

Diretoria
Vilmer Baldan - Diretor

Contador
Matheus Aguiar Camillo - CRC 1SP297350/O-2

Fortunato Securitizadora S.A.

CNPJMF: 21.610.416/0001-00

Relatório da Administração

São Paulo - SP, 02 de março de 2022. Aos acionistas da **Fortunato Securitizadora S.A.**, Senhores Acionistas, A Administração da **Fortunato Securitizadora S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, com o Parecer dos Auditores Independentes relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020. A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 29 de outubro de 2014 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação de serviços de gestão de ativos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (IV) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados a atividade de securitização de créditos. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, conforme assembleia geral de 17 de abril de 2020, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Atenciosamente, **Fortunato Securitizadora S. - Sérgio Fortunato** - Diretor Presidente.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	267.972	3.229.518
Direitos creditórios a receber	6	10.587.598	7.498.313
Impostos a recuperar		-	1.013
Total do ativo circulante		**10.855.570**	**10.728.844**
Ativo não circulante			
Outros Créditos	7	558.293	556.293
Imobilizado/Intangível	8	18.859	24.322
Total do ativo não circulante		**577.152**	**580.615**
Total do Ativo		**11.432.722**	**11.309.459**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Obrigações com fornecedores		7.901	7.801
Obrigações tributárias	9	42.804	23.670
Obrigações trabalhistas e sociais	10	65.809	86.189
Total do passivo circulante		**116.514**	**117.660**
Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	11	10.594.371	10.644.748
Total do passivo não circulante		**10.594.371**	**10.644.748**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		50.000	50.000
AFAC		450.000	450.000
Reserva legal		10.000	10.000
Lucros e Prejuízos Acumulados		211.837	37.051
Total do patrimônio líquido		**721.837**	**547.051**
Total do Passivo		**11.432.722**	**11.309.459**

Demonstração do Resultado do Exercício (Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Securitização		3.028.008	2.919.099
Receita de Serviço		37.967	61.860
(-) Custo de captação		(814.646)	(586.931)
(-) Deduções da receita		(108.366)	(116.837)
Receita operacional líquida		**2.142.963**	**2.277.191**
Lucro bruto		**2.142.963**	**2.277.191**
(Despesas) / Receitas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(2.104.573)	(2.647.914)
Total das despesas operacionais		**(2.104.573)**	**(2.647.914)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	13	**38.390**	**(370.723)**
Despesas financeiras		(66.394)	(112.067)
Receitas financeiras		266.832	546.763
Resultado financeiro líquido	14	**200.438**	**434.696**
Resultado Operacional Líquido		**238.828**	**63.973**
Outras receitas/despesas		-	1.292
Outras Receitas/Despesas		**-**	**1.292**
Resultado Antes das provisões		**238.828**	**65.265**
(-) Provisão para imposto de renda		(42.547)	(17.634)
(-) Provisão para contribuição social		(21.495)	(10.580)
Lucro líquido do período		**174.786**	**37.051**

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Período	**174.786**	**37.051**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**174.786**	**37.051**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	AFAC	Reserva Legal	Resultado do Período	Total
Saldo em 31/12/2019	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**-**	**510.000**
Resultado do período				37.051	37.051
Saldo em 31/12/2020	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**37.051**	**547.051**
Resultado do período				174.786	174.786
Saldo em 31/12/2021	**50.000**	**450.000**	**10.000**	**211.837**	**721.837**

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício (Diretor Presidente, Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	238.828	65.265
Ajustado por:		
- Remuneração de Debentures	814.646	586.931
- Depreciação e amortização do exercício	5.463	6.181
- Constituição de PECLD	299.899	786.873
- Provisão sobre Debêntures	(477.431)	(1.279.177)
	881.405	**166.073**
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Contas a receber	(3.389.184)	3.077.540
- Impostos a recuperar	1.013	(1.013)
- Outros créditos	(2.000)	(11.880)
Aumento(Diminuição) das contas passivas		
- Obrigações com fornecedores	100	(177.076)
- Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	(6.015)	1.202
- Obrigações sociais e trabalhistas	(20.380)	6.094
Caixa proveniente/(usado) nas operações	**(2.535.061)**	**3.060.940**
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(38.893)	(18.064)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(2.573.954)**	**3.042.876**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
- Resgate de Debêntures	(387.592)	(643.228)
Caixa líq.proveniente das ativ. financiamento	**(387.592)**	**(643.228)**
Aum./(Dim.) Líquida de caixa e equiv. de caixa	**(2.961.546)**	**2.399.648**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	3.229.518	829.870
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	267.972	3.229.518

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios

(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
I - Receita	**3.065.975**	**2.980.959**
I.1 - Receita com securitização	3.028.008	2.919.099
I.2 - Receita com prestação de serviços	37.967	61.860
I.3 - Outras receitas	-	-
II - Insumos Adquiridos de Terceiros	**940.068**	**1.693.108**
III - Valor Adicionado Bruto	**2.125.907**	**1.287.851**
IV - Depreciação, Amortização e Exaustão	**5.463**	**6.181**
V - Valor Adicionado Líquido	**2.120.444**	**1.281.670**
VI - Valor Adicionado Recebido em Transf.	**266.832**	**546.763**
VI.1 - Receitas Financeiras	266.832	546.763
VII - Valor Adicionado Total a Distribuir	**2.387.276**	**1.828.433**
VIII - Distribuição do Valor Adicionado	**2.387.276**	**1.828.433**
VIII.1 - Pessoal	926.077	706.033
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	291.356	275.840
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	995.057	809.509
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	174.786	37.051

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

1) Contexto Operacional: A Fortunato Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de outubro de 2014 e tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação de respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. Os possíveis riscos de não liquidação destas operações, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87, Bloco A Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, bairro Moema, CEP: 04.077-020. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 02 de março de 2022. **2) Riscos: 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactam os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política antifraude/anticorrupção:** Os negócios jurídicos são extremamente envolvidos de inflação e vários momentos de fragilidade nos contrôles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para instabilidade e também para a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado) considerado e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para poder haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas financeiras são tributadas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de ter efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado a possibilidade de ocorrer prejuízos diretamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia diante-se a possível redução dos recebíveis dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de alta crise econômica, os recebíveis provavelmente sofrer reducão de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta de certo inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações, levando o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, são pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assunto não regulados, desde que atendam a *"Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"* e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o princípio da continuidade e a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visua lítiz qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. **4) Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Nos significativos subjetos a essas estimativas e premissas incluem a realização dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como as análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Reconhecimento de receita:** I. Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados com base nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. II. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. III. Receita de securitização: O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre ese assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão das debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2021. **Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 15):** As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e recuperação dos direitos creditórios, e prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perda financeira. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2021, onde promovemos testes relacionados a data dos respectivos títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e consideradas informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base nos procedimentos revisão, não tivemos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais e consolidadas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, que pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 03 de março de 2022. **AJCA Auditores Independentes S/S.** - CRC/PR - 005288/O-6, **Antonio Justichecher** - Contador - CRC/PR - 037.469/O-4.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Fortunato Securitizadora S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fortunato Securitizadora S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fortunato Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11):** A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância,

Presidente do Banco Central nomeia diretores aprovados pelo Senado

A uma semana da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, nomeou os dois novos diretores que tinham sido aprovados pelo Senado no início do mês. As portarias que oficializam Diogo Guillen na Diretoria de Política Econômica e Renato Dias Gomes na Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e Resolução foram publicadas na terça-feira (26) no sistema interno do BC.

Indicados no fim do ano passado, Guillen e Gomes só foram sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e tiveram os nomes aprovados pelo Plenário da Casa no último dia 6. A sabatina demorou mais de quatro meses para ocorrer por causa de atrasos dentro do Senado.

O novo diretor de Política Econômica substitui Fabio Kanczuk, que deixou o cargo após o fim do mandato, em 31 de dezembro. O novo diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução entra no lugar de João Manoel Pinho de Mello, cujo mandato também acabou em dezembro, mas foi estendido até a reunião do Copom de fevereiro, por causa da demora na sabatina dos indicados.

Com as nomeações, a próxima reunião do Copom, em 3 e 4 de maio, ocorrerá com o quadro completo. Ao todo, a diretoria do BC tem nove integrantes: o presidente Roberto Campos Neto e oito diretores. Cada membro tem um voto na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decide a taxa Selic, juros básicos da economia.

Ex-economista-chefe da Itaú Asset Management, Guillen tem 39 anos, tem graduação e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e concluiu o doutorado na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Com 41 anos, Gomes também formou-se em economia pela PUC-Rio, fez mestrado na mesma instituição e tem doutorado na Northwestern University, nos Estados Unidos. Pela nova lei que garantiu autonomia ao BC, os dois têm mandato até o fim de 2025, com possibilidade de renovação por mais quatro anos. (Agencia Brasil)

Ex-ministro depõe à PF após disparo acidental de arma em aeroporto

O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro foi conduzido à Superintendência da Polícia Federal em Brasília, depois que uma arma de fogo dele disparou acidentalmente, no fim da tarde da última segunda-feira (25), no Aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek.

Aos policiais federais, Ribeiro explicou que tudo aconteceu enquanto ele separava, dentro da pasta de documentos que levava, a arma do carregador. "Havia outros objetos dentro da pasta, o local ficou pequeno para manusear a arma", contou o ex-ministro no depoimento.

Ainda segundo o depoimento, Ribeiro, "com medo de expor sua arma de fogo publicamente no balcão", tentou retirar a munição dentro da pasta, quando ocorreu o disparo.

Milton Ribeiro esclareceu ainda que a bala atravessou o coldre e sua pasta e os estilhaços se espalharam no pelo chão. Segundo o depoimento, no momento do disparo, havia apenas uma atendente da Latam perto. O ex-ministro acrescentou que, diante do fato, ele mesmo perguntou às pessoas que foram ao local do incidente se alguém havia sido atingido pelos estilhaços, mas que nenhuma vítima apareceu.

Em nota, a Gol afirmou que uma funcionária da empresa foi atingida por estilhaços, mas não houve "ferimento grave". "Ela está bem e recebendo suporte da Gol", informou a companhia aérea.

O caso foi conduzido pela Polícia Federal por ter ocorrido um disparo de arma de fogo. A Inframerica, responsável pela administração do Aeroporto de Brasília, não comentou o caso. (Agencia Brasil)

Decreto municipal proíbe caixas de som em praias do Rio de Janeiro

O uso de caixas de som nas praias não é permitido na capital do Rio de Janeiro. Um decreto do prefeito Eduardo Paes, publicado na edição da terça-feira (26) do Diário Oficial do Município, dá "efetividade à proibição legal de utilização de caixas de som ou quaisquer meios de amplificação sonora nas praias da Cidade do Rio de Janeiro".

O decreto determina ainda a apreensão dos equipamentos pela Guarda Municipal do Rio no caso de descumprimento. O recolhimento será formalizado com a emissão de Termo de Retenção de Equipamento Sonoro (TRES) e deverá ser objeto de resolução.

A exceção é para o uso dos equipamentos de amplificação sonora exclusivamente para a promoção de atividades desportivas ou de lazer devidamente autorizadas pela Prefeitura do Rio. Caixas de som também são permitidas em eventos autorizados pelo município em áreas públicas e particulares no município do Rio de Janeiro.

O objetivo do decreto é tornar eficazes as medidas de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora nas praias e parques da cidade. (Agencia Brasil)

V.B. PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 22.575.279/0001-74

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Cumprindo determinações Legais e Estatutárias, colocamos a disposição dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado relativo ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	2021	2020
Circulante	181.888,24	10.738,43
Disponível	-	-
Caixa/Bancos	180.888,21	10.738,43
Aplicação Financeira	1.000,00	-
Investimentos em Controlada	-	-
Baldan Implementos Agrícolas S.A.	1.193.114,79	5.818.238,04
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(5.818.238,04)
Total do Ativo não Circulante	1.193.114,79	-
Total do Ativo	1.375.003,00	10.738,43

Passivo	2021	2020
Circulante	1.000,00	-
Mútuos com Acionistas	1.000,00	-
Patrimônio Líquido	1.374.003,00	10.738,43
Capital Social	1.374.000,00	1.374.000,00
Reserva de Capital	3,00	3,00
Resultados Acumulados	-	(1.363.264,57)
Total do Passivo	1.375.003,00	10.738,43

Demonstrações dos resultado

Outras Receitas Operacionais	2021	2020
Equivalência Patrimonial	1.919.114,79	-
Resultado Operacional	1.919.114,79	-
Outras Receitas / Despesas Financeiras		
Despesas Operacionais	(16.871,34)	-
Receitas Financeiras	8,62	-
	(16.862,72)	-
Resultado Líquido do Exercício	1.902.252,07	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º/2020	1.374.000,00	3,00	(1.363.264,57)	10.738,43
Resultado do Exercício em 31/12/2020	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	1.374.000,00	3,00	(1.363.264,57)	10.738,43
Resultado do Exercício em 31/12/2021	-	-	1.902.252,07	1.902.252,07
Dividendos Distribuídos	-	-	(538.987,50)	(538.987,50)
Saldos em 31/12/2021	1.374.000,00	3,00	-	1.374.003,00

Notas Explicativas

A empresa V.B. Participações S/A encerrou o exercício 2021 com um Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial. O quadro acima foi resultado das demonstrações da Controlada Baldan Implementos Agrícolas S/A.

Diretoria

Vilmer Baldan - Diretor/Maria Cristina Baldan Cavichia - Diretora

Contador

Antonio Geraldo Fernandes - TC.CRC/SP.116714/O-1

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixas e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Guarujá (SP), abril de 2022

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.676	11.263
Contas a receber de clientes	6.180	2.018
Estoques	2.893	2.116
Impostos a recuperar	586	245
Partes relacionadas	12.036	12.575
Outras contas a receber	691	507
Total do ativo circulante	31.062	28.724
Não Circulante		
Impostos a recuperar	4.340	3.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.383	3.858
Depósitos judiciais e cauções	1.556	1.515
Partes relacionadas	19.659	21.651
Imobilizado	172.369	132.428
Ativos de direito de uso	45.719	43.744
Intangível	1.508	1.491
Total do ativo não circulante	249.524	208.010
Total do Ativo	280.586	236.734

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	8.531	7.112
Passivo de arrendamento mercantil	10.965	9.405
Partes relacionadas	14.406	16.026
Empréstimos com partes relacionadas	3.222	–
Obrigações trabalhistas	7.009	6.122
Impostos a recolher	1.841	4.049
Dividendos a pagar	3.569	3.815
Outras contas a pagar	8.832	7.217
Total do passivo circulante	58.375	53.746
Não Circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.435	2.514
Provisão para benefícios pós-empregos	–	23
Passivo de arrendamento mercantil	36.751	36.100
Empréstimos com partes relacionadas	76.292	61.053
Provisão para desmobilização de ativos	536	808
Partes relacionadas	64.286	48.571
Outras contas a pagar	18.150	21.842
Total do passivo não circulante	199.450	170.911
Patrimônio Líquido		
Capital social	50	50
Reserva legal	10	10
Reserva de lucros	22.740	12.034
Outros resultados abrangentes	(39)	(17)
Total do patrimônio líquido	22.761	12.077
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	280.586	236.734

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Receita Líquida de Serviços	117.185	94.160
Custo dos serviços prestados	(89.388)	(77.862)
Lucro Bruto	27.797	16.298
Receitas (Despesas) Operacionais	704	(535)
Com vendas	53	833
Gerais e administrativas	(330)	(313)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(764)	11.043
	(1.041)	11.563
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	26.756	27.861
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	434	1.295
Despesas financeiras	(6.485)	(5.333)
Variação cambial, líquida	(5.347)	(4.573)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	21.409	23.288
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(7.648)	(8.525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	514	499
Lucro Líquido do Exercício	14.275	15.262

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostas	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	50	10	587	30.689	–	(14)	31.322
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.262	–	15.262
Dividendos distribuídos	–	–	–	(30.689)	–	–	(30.689)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(3.815)	–	(3.815)
Perda na mudança de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	(3)	(3)
Destinação para reserva de lucros	–	–	11.447	–	(11.447)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50	10	12.034	–	–	(17)	12.077
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.275	–	14.275
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(3.569)	–	(3.569)
Perda na mudança de premissas atuariais líquido de imposto	–	–	–	–	–	(22)	(22)
Destinação para reserva de lucros	–	–	10.706	–	(10.706)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	50	10	22.740	–	–	(39)	22.761

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.275	15.262
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	23.356	19.438
Juros e empréstimos com partes relacionadas	3.221	3.148
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	2.114	2.047
Baixa de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	–	86
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7.134	8.024
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	(53)	(833)
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	(272)	(249)
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	164	(13)
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	3.774	4.142
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	(56)	8
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.048	167
	54.705	51.227
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(4.109)	17.936
Estoques	(777)	(131)
Impostos a recuperar	(1.358)	511
Outras contas a receber	(183)	2.226
Depósitos judiciais e cauções	(41)	243
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.419	1.374
Adiantamentos de clientes	–	(25)
Obrigações trabalhistas	(2.887)	(2.069)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(127)	(338)
Impostos a recolher	375	(1.999)
Outras contas a pagar	(2.077)	(5.615)
Partes relacionadas	17.165	71.705
Caixa proveniente das operações	62.105	135.045
Pagamento de juros sobre empréstimos	–	(89.424)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(2.105)	(2.060)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.231)	(4.764)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	49.769	38.797
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(52.844)	(31.272)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(52.844)	(31.272)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contraprestação paga de arrendamento	(10.397)	(8.080)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(3.815)	(31.000)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	14.700	105.500
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas	–	(100.863)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	488	(34.443)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.587)	(26.918)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldos no início do exercício	11.263	38.181
Saldos no fim do exercício	8.676	11.263
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.587)	(26.918)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - Termag ("Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito de concessão de exploração comercial de um terminal portuário localizado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de granéis sólidos e de outras mercadorias afins e compatíveis. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R$50 representado por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R$50 e corresponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:

	Valor	%
Capital social subscrito	500	100
(–) Capital social a integralizar	(450)	90
Capital social integralizado	50	10

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada como segue:

Acionista	Ações ordinárias	%	Capital Social Subscrito	Capital a integralizar	Capital Integralizado
Fertimport S.A.	300.000	60	300	(270)	30
Bunge Fertilizantes S.A.	100.000	20	100	(90)	10
Rumo Malho Norte S.A.	100.000	20	100	(90)	10
	500.000	100	500	(450)	50

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Constituída inicialmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido no fim do exercício social limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$ 22.740 (R$ 12.034 em 2020), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

17ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047536-66.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **PEDRO PAULO PRADO MACEDO**, Brasileiro, CPF 008.595.556-66, residente e domiciliado na Rua Denval, 241, Vila Mascote, São Paulo - SP, cep 04362-050, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 11.760,16 (novembro/2021)**, devidamente atualizada e acrescida de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0210787-80.2009.8.26.0005 O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dra. Luciana Antoni Pagano, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MONICA DOS SANTOS SILVA, CPF 105.712.258-02 que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU, alegando em síntese: que firmou com a ré contrato de compromisso de compra e venda referente ao imóvel localizado na Rua Dias, 150, Conj. Habit. São Miguel Paulista QZ, não tendo a ré adimplido com suas obrigações; requereu a rescisão do contrato firmado entre as partes, desconstituição do vínculo jurídico, compensação dos valores pagos com o valor devido pela ocupação, bem como a reintegração na posse do imóvel. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2022.

Pirapora Agropecuária S.A.

CNPJ 83.699.231/0001-62

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/eleiges-publicidade-legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em Reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.223	10.223
Clientes	5	33.421	40.998
Estoques	6	5.411.961	4.115.431
Tributos a recuperar		295.555	300.415
Outros créditos		10.274	93.646
		5.788.434	**4.560.713**
Não circulante			
Projeto em parceria	7	6.748.648	4.598.706
Impostos diferidos	13	303.009	262.334
Investimentos	8	9.097.026	9.001.433
Imobilizado	9	12.066.089	7.546.227
Intangível		11.210	11.360
		28.225.982	**21.420.060**
Total do Ativo		**34.014.416**	**25.980.773**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	10	309.877	224.129
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	152.094	152.094
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	11	277.681	249.851
Obrigações tributárias		18.819	17.359
Contas a pagar		–	18.433
		758.471	**661.866**
Não circulante			
Impostos diferidos	13	3.871.649	2.019.757
Adiantamentos de clientes	14	2.283.190	1.488.849
Partes relacionadas	15	8.377.537	4.970.139
		14.532.376	**8.478.745**
Total do Passivo (circulante e não circulante)		**15.290.847**	**9.140.611**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		2.349.600	2.349.600
Reserva de capital		344.130	344.130
Reserva de lucros		12.114.948	11.478.723
Ajuste de avaliação patrimonial		3.914.891	2.667.709
		18.723.569	**16.840.162**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**34.014.416**	**25.980.773**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados dos Exercícios (Em Reais - R$)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	746.097	979.159
Custo dos produtos vendidos		(1.282.936)	(1.712.321)
Prejuízo bruto		**(536.839)**	**(733.162)**
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	18	(1.149.200)	(2.572.222)
Equivalência patrimonial	8	94.569	16.845
Ajuste líquido - Valor justo ativo biológico		3.075.544	641.655
Outras receitas (despesas) operacionais		68.944	189.077
		2.089.857	**(1.724.645)**
Lucro (prejuízo) operacional		**1.553.018**	**(2.457.807)**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		1.746	6.004
Despesas financeiras		(10.084)	(10.230)
		(8.338)	**(4.226)**
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		**1.544.680**	**(2.462.033)**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos		(908.455)	(149.502)
Lucro (prejuízo) do exercício		**636.225**	**(2.611.535)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas		**0,27**	**(1,11)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de Aval. patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.349.600	344.130	14.090.258	6.113.456	22.897.444
Prejuízo do exercício	–	–	(2.611.535)	–	(2.611.535)
Ajuste de avaliação patrimonial parceria	–	–	–	(3.445.747)	(3.445.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.349.600	344.130	11.478.723	2.667.709	16.840.162
Lucro do exercício	–	–	636.225	–	636.225
Ajuste de avaliação patrimonial parceria	–	–	–	1.247.182	1.247.182
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.349.600	344.130	12.114.948	3.914.891	18.723.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangente (Em Reais - R$)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	636.225	(2.611.535)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	636.225	(2.611.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Método Indireto) (Em Reais - R$)

	2021	2020
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(2.570.451)	(7.582.223)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(809.947)	4.140.516
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	3.407.398	3.035.461
Variação líquida do caixa	27.000	(406.246)
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	37.223	10.223
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	10.223	416.469
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	27.000	(406.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A **Pirapora Agropecuária S.A.** ("**Companhia**") é uma sociedade constituída por ações, de capital fechado, com sede e foro no município de São Paulo, SP, localizada na avenida Brigadeiro Luís Antonio, nº 2344, 13º andar e tem por objeto a produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização e exportação e importação de produtos agropecuários e agroindustriais, tais como insumos e equipamentos relacionados ao objetivo de suas atividades.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, a qual leva em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração da **Companhia** afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moeda do principal ambiente econômico no qual a **Companhia** atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em Reais (R$).

3 Sumário das principais práticas contábeis

A Companhia não registrou nos anos de 2021 e 2020, transações que exigiram a aplicação de políticas contábeis críticas ou diferentes daquelas emanadas da NBC TG 1000 (R1).

4 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira da Companhia.

Diretoria

Marcio Koiti Takiguchi - Diretor Presidente

Denival Douglas Benicio - Diretor Gerente

Contador

Antonio Carlos Machado

CRC 1SP178287/O-1

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Aos acionistas e administradores - **Pirapora Agropecuária S.A.** - São Paulo - SP. **Introdução:** Revisamos as demonstrações financeiras da **Pirapora Agropecuária S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre esses demonstrações financeiras. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pirapora Agropecuária S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas.

São Paulo, SP, 18 de março de 2022

GF Auditores Independentes - CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo - Contador - CRC 1SP 216678/O-6

Vlademir Ortiz Pereira - Contador - CRC 1SP 210264/O-1

Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A.

Papaiz Diagnósticos Associados por Imagem

CNPJ nº 62.020.367/0001-24

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Balanços patrimoniais (em reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		**6.742.523**	**5.287.382**
Caixa e equivalentes de caixa	3	982.322	773.853
Clientes	4	4.908.601	4.437.377
Estoques		781.600	76.122
Outros adiantamentos		70.000	-
Não circulante		**15.854.429**	**15.077.286**
Depósitos judiciais		420.818	130.420
Direito de uso (IFRS16 / CPC 06 (R2))	5	2.418.667	4.152.084
Imobilizado	6	13.014.944	10.794.802
Total do ativo		**22.596.952**	**20.364.638**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulante		**5.095.918**	**4.210.360**
Tributos e contribuições a recolher	7	450.531	414.688
Obrigações sociais (encargos a recolher)		182.731	167.604
Obrigações trabalhistas (salários, férias)		1.431.213	1.035.959
Fornecedores		1.639.659	834.310
Dividendos a pagar		50.000	-
Passivo de arrendamento (IFRS16 / CPC 06 (R2))	5	1.341.784	1.757.799
Não circulante (exigível a longo prazo)		**1.498.504**	**2.653.889**
Demais contas a pagar		348.878	58.319
Passivo de arrendamento (IFRS16 / CPC 06 (R2))	5	1.149.626	2.595.569
Total do passivo		**6.594.422**	**6.864.249**
Capital social	8.1	9.418.149	8.143.149
Reserva de lucros	8.2	6.584.381	5.357.241
Total do patrimônio líquido		**16.002.530**	**13.500.390**
Total do passivo e patrimônio líquido		**22.596.952**	**20.364.638**

Demonstrações do resultado (em reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços	9	27.440.379	20.941.851
Custo de serviços prestados	10	(19.707.659)	(14.264.130)
Resultado bruto		**7.732.720**	**6.677.721**
Despesas gerais e administrativas	11	(5.107.166)	(5.826.569)
Resultado financeiro líquido	12	(465.723)	(1.005.458)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**2.159.831**	**(154.306)**
Imposto de renda e contribuição social	13	(882.690)	(663.099)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		**1.277.141**	**(817.405)**
Quantidade de ações		8.143.149	4.081.149
Lucro líquido do exercício por ação (R$)		0,16	(0,20)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em reais)

		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018		**2.875.000**	**308.040**	**4.509.549**	**623.644**	-	**8.316.233**
Aumento de capital		1.206.149	-	-	-	-	1.206.149
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	783.413	783.413
Proposta de destinação do lucro		-	**39.171**	**508.182**	**186.060**	**(783.413)**	**(50.000)**
Constituição de reserva legal	8.3	39.171	-	-	-	(39.171)	-
Dividendo deliberado inferior ao mínimo obrigatório		-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Retenção de dividendo mínimo obrigatório	8.3	-	-	-	186.060	(186.060)	-
Constituição de reserva estatutária	8.3	-	-	508.182	-	(508.182)	-
31 de dezembro de 2019		**4.081.149**	**347.211**	**5.017.731**	**809.704**	-	**10.255.795**
Aumento de capital		4.062.000	-	-	-	-	4.062.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(817.405)	(817.405)
Proposta de destinação do prejuízo		-	-	**(817.405)**	-	**817.405**	-
Absorção prejuízo do exercício	8.3	-	-	(817.405)	-	817.405	-
31 de dezembro de 2020		**8.143.149**	**347.211**	**4.200.326**	**809.704**	-	**13.500.390**
Aumento de capital		1.275.000	-	-	-	-	1.275.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.277.141	1.277.141
Proposta de destinação do lucro		-	**63.857**	**859.962**	**303.321**	**(1.277.141)**	**(50.000)**
Constituição de reserva legal	8.3	-	63.857	-	-	(63.857)	-
Dividendo deliberado inferior ao mínimo obrigatório		-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Retenção de dividendo mínimo obrigatório	8.3	-	-	-	303.321	(303.321)	-
Constituição de reserva estatutária	8.3	-	-	859.962	-	(859.962)	-
31 de dezembro de 2021		**9.418.149**	**411.068**	**5.060.288**	**1.113.025**	-	**16.002.530**

Demonstrações do fluxos de caixa (método indireto) (em reais)

	2021	2020
Fluxo das atividades operacionais	**(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício**	**1.277.141**	**(817.405)**
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) / lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.603.553	1.386.302
Amortização do direito de uso (IFRS16 / CPC 06 (R2))	1.963.663	1.448.390
Provisão para glosas	92.978	71.636
Provisão de Imposto de renda e contribuição social	882.690	663.099
Provisão para contingências	290.559	58.319
Ajuste a valor presente passivo de arrendamento (IFRS16 / CPC 06 (R2))	172.114	598.503
Aluguéis (CPC 06 / IFRS 16 (R2))	(2.697.715)	(1.935.521)
	3.584.983	**1.473.323**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Clientes	(471.224)	(1.503.663)
Estoques	(705.478)	5.606
Demais contas a receber	(70.000)	3.620
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(882.690)	(663.099)
Tributos e contribuições a recolher	35.843	20.879
Fluxo das atividades operacionais	**2.361.334**	**(481.234)**
Obrigações sociais (encargos a recolher)	15.127	1.536
Obrigações trabalhistas (salários, férias)	395.254	3.885
Fornecedores	805.349	413.296
Demais contas a pagar	50.000	-
Caixa gerado em atividades operacionais	**2.757.164**	**(244.617)**
Fluxo das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(3.823.695)	(2.053.475)
Caixa aplicado em atividades de investimentos	**(3.823.695)**	**(2.053.475)**
Fluxo das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	1.275.000	4.062.000
Empréstimos e financiamentos com terceiros	-	(1.024.158)
Dividendos pagos	-	(50.000)
Caixa gerado / (aplicado) em atividades de financiamentos	**1.275.000**	**2.987.842**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**208.469**	**689.750**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	773.853	84.103
Saldo final	982.322	773.853
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**208.469**	**689.750**

Notas explicativas: 1. Contexto operacional e informações gerais: A Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (Companhia ou Papaiz Associados), com sede na Alameda Santos, nº 2441, 2º andar, conjunto 21, Cerqueira César/SP, Brasil, tem como objeto social a prestação de serviços radiológicos na área de odontologia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada em Assembleia Geral realizada em 17 de março de 2022. **2 Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **2.1** Elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal no Brasil. **2.2** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Papaiz Associados são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. **2.3** Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros, conforme determinação da Administração no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: **(a)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (nota 3). **(b)** Recebíveis: Os recebíveis da Companhia correspondem a valores a ser recebidos de clientes pela prestação de serviços de radiologia odontológica (nota 4). **2.4** Ativos não circulantes: **2.4.1** Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais (nota 6). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado se este for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. **2.5** Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. **2.6** Tributos e contribuições a recolher: **(a)** Obrigações fiscais federais: (i) Imposto de renda - (IRPJ) e contribuição social - (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão do IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre 8% da receita bruta (lucro presumido), acrescido de adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente a R$240 mil ao ano calculado em conformidade com a legislação. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre 12% da receita bruta (lucro presumido) em conformidade com a legislação em vigor (nota 7 e 13). (ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social - (PIS), e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - (COFINS) as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 3,0% (nota 7). **(b)** Obrigações fiscais municipais: Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída à alíquota de 2,0% ou 3,0% (nota 7). **2.7** Fornecedores: Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.8** Capital social: As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido (nota 8.1). **2.9** Distribuição de lucros: A destinação do lucro líquido do exercício é reconhecida contabilmente quando de sua deliberação pelos acionistas. **2.10** Lucro por ação: Calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia em conformidade com CPC 41.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa	8.127	38.544
Depósitos bancários	16.539	40.290
Aplicações financeiras	957.656	696.019
	982.322	**773.853**

4. Clientes:

	2021	2020
Faturas	2.771.852	2.542.623
Faturas - Convênios	1.699.361	1.535.791
Cartão de crédito	872.688	720.934
	5.343.901	**4.799.348**
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	(435.300)	(361.971)
	4.908.601	**4.437.377**

5. Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2): Destacamos a seguir os efeitos da adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) nos contratos de operações de arrendamento e contratos de aluguéis:

6. Imobilizado:

	Equipamentos de computação	Aparelhos e acessórios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Software	Total
31 de dezembro de 2020	**843.447**	**687.568**	**2.522.413**	**6.182.905**	**239.681**	**318.788**	**10.794.802**
Aquisições	772.907	335.449	821.827	1.468.857	44.066	380.789	3.823.695
Depreciações	(231.209)	(80.715)	(533.796)	(643.524)	(24.735)	(89.579)	(1.603.553)
31 de dezembro de 2021	**1.385.145**	**942.302**	**2.810.444**	**7.008.038**	**259.017**	**609.998**	**13.014.944**
Custo de aquisição	2.389.633	1.502.519	5.607.582	11.194.895	481.363	889.412	22.065.204
Depreciações acumuladas	(1.004.488)	(560.217)	(2.797.138)	(4.186.857)	(222.346)	(279.414)	(9.050.260)
31 de dezembro de 2021	**1.385.145**	**942.302**	**2.810.444**	**7.008.038**	**259.017**	**609.998**	**13.014.944**
Taxa anual de depreciação (%)	**20**	**20**	**10**	**10**	**10**	**5**	

7. Tributos e contribuições:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar	150.153	149.266
IRRF	60.020	51.072
PIS	7.414	6.226
COFINS	34.219	28.734
CSRF	8.087	5.976
Obrigações municipais (ISS)	190.638	173.414
	450.531	**414.688**

8. Patrimônio líquido: 8.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado está composto por 9.418.149 ações, no valor nominal de R$ 1,00. O aumento de capital de 1.275.000 ações, no valor nominal de R$1,00, foi realizado em 30 de dezembro de 2021.

8.2 Reserva de lucros:

	2021	2020
Reserva legal	63.857	347.211
Reserva estatutária	5.660.562	4.200.326
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	859.962	809.704
	6.584.381	**5.357.241**

Reserva legal: Constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. Dividendo mínimo obrigatório: O Estatuto da Companhia, nos termos do artigo 202 das Lei das S.A., em seu capítulo VI, § 1º, alínea "b", estabelece 25% a ser distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Neste mesmo capítulo, a alínea "c" determina que o lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, consoante proposta referida, atendidas as prescrições legais aplicáveis. Neste contexto, em Assembleia Geral realizada em 17 de março de 2022, por unanimidade, os sócios deliberaram a distribuição de dividendo inferior ao mínimo obrigatório, conforme dispõe o artigo 202, §3º da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76). Reserva estatutária: Conforme estatuto social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; iii) dividendo obrigatório mínimo de 25% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; e iv) constituição de reserva estatutária, referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios. **8.3** Lucros acumulados: Em atendimento ao CPC 26 (R1) / IAS1 demonstramos a movimentação da conta dos lucros de 2021 e prejuízo de 2020:

	2021	2020
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	1.277.141	(817.405)
Proposta de destinação do (prejuízo)/lucro:	**(1.277.141)**	**817.405**
Constituição da reserva legal	(63.857)	-
Retenção de dividendo mínimo obrigatório	(303.321)	-
Dividendo deliberado inferior ao mínimo obrigatório	(50.000)	-
Constituição de reserva estatutária	(859.962)	-
Absorção de prejuízo utilizando a reserva estatutária	-	817.405
	-	-

9. Receita líquida de prestação de serviços:

	2021	2020
Receita bruta	29.197.281	22.282.556
Provisão para glosas	(92.978)	(71.636)
Tributos incidentes sobre receita	(1.663.924)	(1.269.069)
	27.440.379	**20.941.851**

10. Custo de serviços prestados:

	2021	2020
Pessoal e serviços de terceiros	(11.482.459)	(9.094.301)
Materiais	(2.129.936)	(1.557.610)
Aluguel	(2.120.768)	(161.934)
Utilidades e serviços gerais	(1.879.025)	(1.561.266)
Amortizações e depreciações	(1.603.553)	(1.386.302)
Gastos gerais	(358.446)	(291.246)
Impostos e taxas	(133.452)	(211.437)
	(19.707.659)	**(14.264.130)**

11. Despesas gerais e administrativas:

	2021	2020
Pessoal e serviços de terceiros	(4.165.318)	(3.613.370)
Gastos gerais	(506.243)	(473.928)
Publicidade e propaganda	(123.547)	(130.380)
Amortização do direito de uso (IFRS16 / CPC 06 (R2))	(175.245)	(1.448.390)
Utilidades e serviços gerais	(95.226)	(95.809)
Impostos e taxas	(41.587)	(64.692)
	(5.107.166)	**(5.826.569)**

12. Resultado financeiro:

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	21.805	2.342
Receitas financeiras	**21.805**	**2.342**
Tarifas bancárias	(28.468)	(32.517)
Juros passivos	(6.752)	(147.379)
Taxa administração cartão de crédito	(271.217)	(221.462)
Outras despesas financeiras	(8.977)	(7.939)
Ajuste a valor presente (IFRS 16/CPC 06 (R2))	(172.114)	(598.503)
Despesas financeiras	**(487.528)**	**(1.007.800)**
Resultado financeiro líquido	**(465.723)**	**(1.005.458)**

13. Imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Receita bruta	29.197.281	22.282.556
(x) Alíquota de presunção IRPJ (%)	8	8
(x) Alíquota de presunção CSLL (%)	12	12
Base de cálculo presumida de IRPJ - Receita	**(2.335.782)**	**(1.782.604)**
Base de cálculo presumida CSLL - Receita	**(3.503.674)**	**(2.673.907)**
Rendimentos de aplicações financeiras	(21.805)	(2.342)
Base de cálculo presumida de IRPJ	**(2.357.587)**	**(1.784.946)**
Base de cálculo presumida de CSLL	**(3.525.479)**	**(2.676.249)**
IRPJ - Alíquota 15%	(353.638)	(267.742)
IRPJ - Adicional 10%	(211.759)	(154.495)
CSLL - Alíquota 9%	(317.293)	(240.862)
Despesa de IRPJ e CSLL	**(882.690)**	**(663.099)**

Diretoria **Silvio Cesar Duarte - Contador** - CRC: 1SP 221032/O-5

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007840-88.2021.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Pollo Construções e Incorporações Ltda ou Pollo Incorporações Ltda, CNPJ 52.225.398/0001-68, na pessoa de seu representante legal, que nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Condomínio Edifício San Diego contra Pedro Orlovas e Cinara Miris Sacco Orlovas, procedeu-se a penhora dos Direitos pertencentes aos executados sobre o Apartamento nº 41 e vagas nºs 14, 15 e 16, todos do Edifício San Diego, situado na Rua Euclides Pacheco, nº 1605, no 27º Subdistrito-Tatuapé, matrículas nºs 191.067, 284.512, 284.513 e 284.514, todos do 9º do 9º CRI/SP. Em virtude de não ter sido a mesma localizada para a intimação pessoal, foi determinada a intimação da penhora por edital para que apresentem impugnação no prazo de 15 dias (dias, a fluir após o prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021. B 26 e 27/04

Imobel S/A
Urbanizadora e Construtora
CNPJ/MF Nº 46.375.861/0001-55
Aviso aos Acionistas
Acham-se a disposição dos acionistas, na sede da companhia, Rua Octávio Zampirollo, 270, SP/SP, os documentos, a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **A Diretoria**

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação da executada **ESPÓLIO DE ODAIR FERREIRA, representado por sua inventariante JENI ZAMIGNANI FERREIRA, CPF Nº 309.295.838-17;** da credora **FAZENDA NACIONAL**, e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Procedimento Ordinário em fase de Execução, requerida por **JOSÉ GOMES, CPF Nº 075.640.078-34. Processo nº 0017890-37.2003.8.26.0554.** A Dra. Adriana Bertoni Holmo Figueira, Juíza de Direito da 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santo André, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.fanconline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 03/05/2022, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 06/05/2022, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 30/05/2022, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 70% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.fanconline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no endereço eletrônico https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaldepagamentos/gjs.jsp. **PARCELAMENTO**: De acordo com o art. 895, I a II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta seja maior que 70% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre o parcelamento mediante somada às parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. **DA COMISSÃO DO GESTOR**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o praceamento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido a comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, e caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, 6º andar, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: farioleiloes@terra.com.br. **LOTE ÚNICO**: Imóvel situado na Rua Carijós, nº 168, Vila Alzira, Santo André/SP. **Descrição contida em matrícula:** O prédio sob nº 168 da Rua Carijós, e seu respectivo terreno situado na Vila Alzira, medindo 11,45m de frente para a referida rua, por 40,00m da frente aos fundos, em ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando uma área de 458,00m²; confinando de ambos os lados com Elvira Teixeira Ferreira e seu marido Danilo Martins Ferreira; e nos fundos com José Fortunato Teixeira. Imóvel pertencente à matrícula nº 92.815, do 1º CRI Santo André. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$1.397.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil reais), conforme laudo de fls., constante dos autos, datado de maio/2020. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA fevereiro/2022: R$1.625.597,00 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais). Obs. 01.** Consta da Av. 12 da referida matrícula, a indisponibilidade dos bens de Odair Ferreira, oriunda dos autos do processo nº 0014353-10.2002.4.03.6126, promovido por FAZENDA NACIONAL, em face de Old Car Mercancia e Funilaria S/C Ltda. e Outros, 2ª Vara Federal da Comarca de Santo André (processo arquivado); **Obs. 02:** Consta do R. 13 da referida matrícula, a penhora destes autos. **Observações gerais:** consta dos autos pedido para que o imóvel seja praceado pela totalidade, tendo em vista enquadrar-se no dispositivo do art. 843, do CPC, devendo-se, observar os parágrafos 1º e 2º, do citado artigo da lei. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Para Alexandre de Moraes, deputado fica inelegível mesmo com indulto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou na terça-feira (26) que a Corte pode analisar se o indulto presidencial ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) está de acordo com a Constituição e que o ato não deve livrar o parlamentar da inelegibilidade.

"Apesar de o indulto ser ato discricionário e privativo do chefe do poder Executivo, a quem compete definir os requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade, não constitui ato imune ao absoluto respeito à Constituição Federal", escreveu Moraes em despacho na ação penal em que Silveira foi condenado.

O ministro reforçou que "o Poder Judiciário tem o dever de analisar se as normas contidas no decreto de indulto, no exercício do caráter discricionário do presidente da República, estão vinculadas ao império constitucional".

Moraes destacou que a constitucionalidade do decreto de indulto presidencial será analisada em ações de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) relatadas pela ministra Rosa Weber, que nesta terça-feira abriu prazo de dez dias para Bolsonaro se manifestar acerca do ato.

Para o ministro, contudo, está claro que Silveira, mesmo com o perdão de pena pelo presidente da República, deve se tornar inelegível em razão da Lei da Ficha Limpa.

"Ressalte-se, ainda, que, dentre os efeitos não alcançados por qualquer decreto de indulto está a inelegibilidade decorrente de condenação criminal em decisão proferida por órgão judicial colegiado", escreveu o ministro.

No despacho, Moraes determinou a juntada do decreto de indulto presidencial aos autos da ação penal contra o deputado. Ele ordenou que a defesa se manifeste em 48 horas sobre o ato e também explique uma série de descumprimentos de medidas cautelares por parte do parlamentar.

Por força de decisão do relator, Silveira encontra-se obrigado a utilizar, por exemplo, a tornozeleira eletrônica, sendo proibido de deixar sua residência em Petrópolis (RJ) sem autorização judicial, a não ser para exercer seu mandato em Brasília.

Informações da Secretaria e Administração Penitenciária do Distrito Federal encaminhadas ao Supremo atestam que a tornozeleira do deputado encontra-se desligada ao menos desde o último dia 17 de abril.

Condenação

Na última quarta-feira (20), Silveira foi condenado a 8 anos e 9 meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo. Ele era réu no Supremo em decorrência do inquérito que apura atos antidemocráticos.

Com a decisão, Silveira também foi apenado à perda do mandato parlamentar e à suspensão dos direitos políticos após o fim dos recursos, penas que podem tornar o parlamentar inelegível temporariamente.

O deputado também deverá pagar cerca de R$ 200 mil em multa pela condenação. As penas não serão cumpridas imediatamente porque ainda cabe recurso, mas o deputado já pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa, em uma eventual tentativa de se candidatar às eleições de outubro.

O decreto em que o presidente Jair Bolsonaro concedeu o indulto perdoando as penas de Silveira foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia seguinte ao julgamento. (Agencia Brasil)

STJ mantém, por unanimidade, prisão da ex-deputada Flordelis

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve na terça-feira (26) a prisão da ex-deputada federal Flordelis, acusada de participação no assassinato do marido, o pastor Anderson do Carmo, em junho de 2019. Flordelis será julgada pelo júri popular no dia 9 de maio.

O tribunal julgou um recurso em habeas corpus protocolado pela defesa contra a decisão da Justiça de Niterói (RJ) que decretou a prisão da ex-deputada em 13 de agosto do ano passado, dois dias após a cassação do mandato pela Câmara dos Deputados.

Durante o julgamento, o advogado Rodrigo Faucz, representante de Flordelis, afirmou que o caso é midiático e que a polícia e o Ministério Público realizaram um "linchamento moral" da ex-deputada.

A defesa alegou diversas nulidades no processo, como a falta de alegações finais e a ausência de justificativas para as qualificadoras da decisão de pronúncia que levou o caso ao júri popular e à acusação de homicídio triplamente qualificado.

Rodrigo Faucz disse que a prisão não tem fundamentação e defendeu medidas cautelares diversas da prisão.

"Não há como se fazer Justiça, como se ter um julgamento justo, por conta de uma vitrine exagerada, criada pela acusação, comprada pela mídia, sem seguer ter o julgamento em primeira instância", afirmou.

A ex-parlamentar e mais oito acusados respondem ao processo pela morte de Anderson do Carmo, que foi executado a tiros após chegar à residência na companhia de Flordelis.

Júri

Devido ao número de réus, duas sessões do júri serão destinadas para o julgamento do caso. Em 9 de maio, além de Flordelis, também serão julgadas sua filha biológica Simone dos Santos Rodrigues; a neta, Rayane dos Santos Oliveira; e a filha afetiva Marzy Teixeira da Silva.

Na sessão de 12 de abril, serão julgados o filho biológico de Flordelis, Adriano dos Santos Rodrigues; os filhos afetivos André Luiz de Oliveira e Carlos Ubiraci Francisco da Silva e o ex-PM Marcos Siqueira Costa e sua esposa Andrea Santos Maia. (Agencia Brasil)

Congresso aprova fim de monopólio estatal na produção de radiofármacos

O Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, promulgou na terça-feira (26) a Emenda Constitucional 118, que trata da quebra de monopólio na produção de todos os tipos de radioisótopos de uso médico. Até então, o monopólio pertencia à União. A emenda teve a última etapa de aprovação no dia 5 de abril, na Câmara.

"A emenda à Constituição que promulgamos é de vital importância para garantir a universalização da oferta de procedimentos de medicina nuclear a todo território nacional, por meio da autorização de entes privados para, sob regime de permissão, produzir, comercializar e utilizar para pesquisa e uso médicos radioisótopos de meia-vida superior à duas horas", disse Pacheco durante solenidade de promulgação, ocorrida no plenário do Senado.

Atualmente, a produção e a comercialização desses fármacos são realizadas por intermédio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e seus institutos, como o de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo. A quebra do monopólio se dá apenas aos materiais radioativos de uso médico. O monopólio estatal continua para a produção de radioisótopos necessários à agricultura e indústria.

**Radioisót

CBA Energia Participações S.A.

CNPJ: 04.756.038/0001-40

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 27 de abril de 2022. **A Diretoria**

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		20.098	5.964
Contas a receber de clientes		11.560	8.228
Tributos a recuperar		2.848	2.630
Dividendos a receber	6	65.500	38.856
		100.006	55.678
Investimentos		291.338	242.365
Total do ativo		391.344	298.043

	Nota	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		29.463	18.997
Tributos a recolher		1.251	8
Dividendos a pagar	6	42.743	16.569
Total do passivo		73.457	35.574
Patrimônio líquido	9		
Capital social		206.377	206.377
Reservas de lucros		111.510	56.092
Total do patrimônio líquido		317.887	262.469
Total do passivo e patrimônio líquido		391.344	298.043

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020		262.377	2.898	12.907	–	278.182
Lucro líquido exercício		–	–	–	69.763	69.763
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	69.763	69.763
Redução de capital		(56.000)	–	–	–	(56.000)
Dividendos adicionais		–	–	(12.907)	–	(12.907)
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		–	3.488	–	(3.488)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(16.569)	(16.569)
Retenção de lucros		–	–	49.706	(49.706)	–
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		(56.000)	3.488	36.799	(69.763)	(85.476)
Em 31 de dezembro de 2020		206.377	6.386	49.706	–	262.469
Lucro líquido exercício		–	–	–	137.869	137.869
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	137.869	137.869
Dividendos adicionais	1.1.2 (a)	–	–	(49.706)	–	(49.706)
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		–	6.893	–	(6.893)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(32.745)	(32.745)
Retenção de lucros		–	–	98.231	(98.231)	–
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		–	6.893	48.525	(137.869)	(82.451)
Em 31 de dezembro de 2021		206.377	13.279	98.231	–	317.887

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Receita líquida da venda de energia	10	144.260	76.313
Custo da compra de energia	11	(124.727)	(65.779)
Lucro bruto		19.533	10.534
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(214)	(273)
Outras despesas operacionais, líquidas	11	(27.233)	(14.008)
		(27.447)	(14.281)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(7.914)	(3.747)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		150.225	73.482
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		1.537	380
Despesas financeiras		(346)	(352)
Variações monetárias, líquidas		82	–
		1.273	28
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		143.584	69.763
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(5.715)	–
Lucro líquido do exercício		137.869	69.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	137.869	69.763
Total do resultado abrangente do exercício	137.869	69.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		143.584	69.763
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Equivalência patrimonial		(150.225)	(73.482)
		(6.641)	(3.719)
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(3.332)	6.342
Tributos a recuperar		(218)	(2.629)
Acréscimo em passivos			
Fornecedores		10.466	(5.073)
Tributos a recolher		(111)	(520)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		164	(5.599)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.357)	(1.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.193)	(6.649)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de dividendos	1.1.2 (d)	74.604	67.887
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		74.604	67.887
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		–	(56.000)
Pagamento de dividendos	1.1.2 (c)	(56.277)	(15.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(56.277)	(71.107)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		14.134	(9.869)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.964	15.833
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20.098	5.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Considerações gerais: A CBA Energia Participações S.A. ("Companhia"), com sede social na cidade de São Paulo-SP, é uma *holding* operacional que têm por objetivo ser plataforma de investimentos relacionadas à operação, exploração e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, por meio de usinas hidrelétricas. A Companhia tem seu capital social composto por ações ordinárias ("ações ON") e ações preferenciais ("ações PN"). As ações preferenciais conferem o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores ao valor recebido por cada ação ordinária. A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), que detém a totalidade das ações ON, e pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"), que detém a totalidade das ações PN. A partir de fevereiro de 2022 a VTRM Energia e participações S.A ("VTRM") passou a ser a detentora das ações PN, conforme nota explicativa 15 - eventos subsequentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de venda de energia com a sua controladora CBA e de compra de energia com a sua controlada em conjunto Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("Baesa"), ambos com vigência até maio de 2036. Além disso, possuía também contrato de compra e venda com a Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"). O volume de energia dos contratos com a CBA e a Baesa corresponderá aos montantes de energia a que a Companhia tem direito em razão da sua participação na sua controlada em conjunto, e será fornecida mensalmente com a mesma modulação e sazonalização da energia entregue pela controlada em conjunto. O contrato com a Votener é um contrato de segurança e é acionado conforme necessidades da Companhia, de acordo com a sua exposição nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), conforme estratégia da administração da Companhia. Estes contratos foram negociados a preços fixos e são reajustados anualmente conforme variação do IPCA. As operações realizadas fora destes contratos são liquidadas a Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") ou a preço de mercado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021: 1.1.1. Principais eventos operacionais: (a) GSF (*Generation Scaling Factor*):** A Companhia vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF após 2012. Em 1º de março de 2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") apresentou os cálculos de extensão das outorgas das usinas que aderirem à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e encaminhou à ANEEL para análise e aprovação, que deveria ocorrer num prazo de até 30 dias (expectativa para 30 de março de 2021). No entanto, tal homologação não ocorreu nesse prazo devido a recursos pleiteados por algumas usinas junto à ANEEL, para que fossem incluídas novas condições para a repactuação do risco hidrológico relacionados ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"). Como consequência, a ANEEL solicitou que a CCEE recalculasse os valores do GSF para nova rodada de análise e aprovação. Através da resolução homologatória nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas relativo ao ACR, dentre as quais estão as usinas Barra Grande e Campos Novos, cujas concessões são detidas pelas controladas em conjunto Besa e Campos Novos Energia S.A. ("Enercan"), respectivamente. O tema foi deliberado pelos órgãos de governança e por todos demais acionistas que deliberaram e concluíram por aceitar o prazo de extensão e demais itens, conforme divulgado pela ANEEL. Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração das investidas exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC- 04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da investida, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. Os montantes foram transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. A seguir, o quadro com os valores envolvidos e prazo de extensão da concessão de cada usina:

Usinas	Investidas	Valor GSF	IR/CS Diferido	Líquido	% Reflexo na CBA Energia	Impacto via MEP	Prazo de extensão	Data fim da concessão
Campos Novos	Campos Novos Energia S.A.	238.233	80.999	157.234	23,78%	37.393	3 anos e 5 meses	06 de janeiro de 2039
	Baesa - Energética						4 anos e 9 meses	06 de março de 2041
Baesa	Barra Grande S.A.	271.620	92.351	179.269	15,00%	26.890		
Total		509.853	173.350	336.503		64.283		

1.1.2. Principais eventos societários: (a) Aprovação e pagamento de dividendos: Em 21 de junho 2021, foram pagos dividendos no montante de R$ 16.569 (R$ 11.392 para VGE e R$ 5.177 para CBA) referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais, no montante de R$ 49.706. Foi destinado à VGE o montante de R$ 34.175 e à CBA o montante de 15.532, dos quais R$ 27.300 foram pagos à VGE e R$ 12.408 foram pagos à CBA, ambos em 17 de dezembro de 2021. Em 31 dezembro de 2021, foi provisionado, a título de dividendos obrigatórios, o montante de R$ 32.745, destinando para VGE o montante de R$ 22.511 e R$ 10.233 para CBA, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(b) Recebimento de dividendos:

Controladas	Provisionados em 2020	Adicionais	Recebidos	Mínimos obrigatórios em 2021	Provisionados em 2021
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	2.140	14.237	(15.152)	262	1.487
Campos Novos Energia S.A.	36.716	55.989	(59.454)	30.762	64.013
	38.856	70.226	(74.606)	31.024	65.500

1.1.3. Outros eventos: (a) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19): Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. Os Comitês de Crise das controladoras CBA e VGE estão tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: **(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19:** A Companhia avaliou a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeira dos credores. **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis. **(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores:** A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. **(b) Crise hídrica no Brasil:** A Administração da Companhia tem acompanhado o tema envolvendo a crise hídrica vivida pelo Brasil atualmente e que tem impactado de forma significativa os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país trazendo, consequentemente, impactos nos preços de energia de mercado sentido pelos consumidores de energia. A Companhia avaliou o tema e até o momento não identificou nenhum efeito relevante que pudesse afetar os contratos que possui com suas contraparte**s. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação:**

(a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2022. **2.2. Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R$"). **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, conforme abaixo:

Nota	Estimativa e julgamentos significativos
5	**Contas a receber de clientes**

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1. Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: **(i)** Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"; **(ii)** Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade"; **(iii)** Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros"; **(iv)** Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos"; **(v)** Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; **(vi)** Concessões relacionadas à COVID-19: alterações ao IFRS 17 "Contratos de seguro"; **(vii)** Reforma das IBORs (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros", IAS 39 / CPC 38 "Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 "Instrumentos financeiros: evidenciação", IFRS 4 / CPC 11 "Contratos de seguro" e IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos". A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis. **3.2. Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022: **(i)** Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022. **6. Partes relacionadas: Política contábil:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, acionistas e investidas), relacionados à compra e venda de energia.

	Contas a receber de clientes (nota 5) 2021	2020	Passivo circulante e não circulante (nota 8) 2021	2020	Dividendos a receber 2021	2020	Dividendos a pagar 2021	2020	Vendas (nota 10) 2021	2020	Compras 2021	2020
Sociedades controladoras												
Companhia Brasileira de Alumínio	6.616	6.113	–	–	–	–	13.358	5.524	78.952	71.734	–	–
Votorantim Geração de Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	29.385	11.045	–	–	–	–
Sociedades coligadas												
Votorantim S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7	9
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia	4.944	2.115	5.032	2.670	–	–	–	–	79.900	12.301	47.632	17.096
Sociedades controladas em conjunto												
Campos Novos Energia S.A.	–	–	–	–	64.014	36.716	–	–	–	–	–	–
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	–	–	–	–	1.486	2.140	–	–	–	–	77.095	61.937
	11.560	8.228	14.756	2.670	65.500	38.856	42.743	16.569	158.852	84.035	124.734	79.042

10. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente livre de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia.

	2021	2020
Receita bruta de venda de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	158.169	84.035
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	795	56
	158.964	84.091
Venda de energia	158.964	84.091
Deduções sobre a venda de energia		
Impostos sobre vendas	(14.704)	(7.778)
Receita líquida	144.260	76.313

As receitas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

11. Custos e despesas:

	Custo de compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	2021
Natureza dos custos e despesas				
Custo de compra de energia elétrica	(124.727)	–	–	(124.727)
Repactuação GSF (*General Scaling Factor*)	–	–	(27.233)	(27.233)
Impostos e taxas	–	(33)	–	(33)
Serviços de terceiros	–	(155)	–	(155)
Outras despesas	–	(26)	–	(26)
	(124.727)	(214)	(27.233)	(152.174)

	Custo de compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	2020
Natureza dos custos e despesas				
Custo de compra de energia elétrica	(65.779)	–	–	(65.779)
Repactuação GSF (*General Scaling Factor*)	–	–	(14.008)	(14.008)
Impostos e taxas	–	(33)	–	(33)
Serviços de terceiros	–	(207)	–	(207)
Outras despesas	–	(33)	–	(33)
	(65.779)	(273)	(14.008)	(80.060)

Diretoria

Raul Almeida Cadena - Diretor

Contador

Rafael Reva - CRC 053271/O-0 - CPF: 042.236.189-54

Declaração da auditoria

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de abril de 2022, sem modificações.

Consumidor arcará com R$ 30,2 bi de déficit do setor elétrico em 2022

O consumidor arcará, em 2022, com déficit de R$ 30,219 bilhões da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A estimativa foi aprovada na terça-feira (26) pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pode resultar em impacto médio de 3,39% na conta de luz dos consumidores de todo o país.

O efeito varia conforme as regiões. Os consumidores do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste terão impacto de 4,65% nas tarifas. Para os consumidores do Norte e do Nordeste, o aumento será um pouco menor: 2,41%.

O resultado negativo de 2022 será 54,3% maior que o de 2021. No ano passado, a CDE registrou déficit de R$ 19,581 bilhões.

Fundo setorial que financia diversos subsídios ao setor energético, a CDE reúne nove subsídios para consumidores de baixa renda, rurais, produtores que utilizam fontes renováveis, distribuidoras de pequeno porte e cooperativas de eletrificação e produtores de carvão mineral. O déficit do fundo é repassado aos consumidores.

Segundo o diretor Hélvio Guerra, relator da proposta de orçamento da CDE, o resultado negativo pode ser diminuído caso a CDE receba R$ 5 bilhões adicionais decorrentes do processo de privatização da Eletrobras.

O repasse do déficit da CDE aos consumidores representa mais um componente das tarifas de energia em 2022. Algumas medidas recentes resultarão em tarifas mais baixas, como o fim das bandeiras tarifárias, que entrou em vigor no último dia 16 e representará redução de cerca de 20% na conta de luz.

A recuperação dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas no Sudeste e no Centro-Oeste contribuiu para a retirada das bandeiras tarifárias. Essas bandeiras custeiam o acionamento de usinas termelétricas para cobrir a escassez de energia hídrica.

Mesmo com o fim das bandeiras tarifárias, o consumidor arcaria com gastos extras em 2022 para cobrir os impactos financeiros da crise hídrica do ano passado. Para evitar um tarifaço neste ano, o governo editou medida provisória autorizando empréstimo de um pool de bancos públicos e privados para as distribuidoras de energia serem ressarcidas.

Em março, a Aneel aprovou empréstimo, no valor de R$ 10,5 bilhões. Apesar de reduzir a alta da tarifa neste ano, a operação de crédito resultará em tarifas mais altas para os consumidores a partir de 2023. Isso porque caberá aos consumidores pagar o empréstimo em parcelas ao longo dos próximos anos, por meio de um encargo na conta de luz. (Agencia Brasil)

TSE desaprova contas partidárias do PSDB referente ao ano de 2016

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desaprovou na terça-feira (26) a prestação de contas do diretório nacional do PSDB referente ao exercício financeiro de 2016. O tribunal entendeu que o partido aplicou irregularmente cerca de R$ 4 milhões dos recursos do Fundo Partidário, dinheiro público destinado à manutenção das legendas.

Entre as inconsistências encontradas estão uso de recursos para pagamento de salários acima do valor de mercado e repasses a diretórios estaduais que estavam proibidos de receber dinheiro do fundo.

Durante o processo, o Ministério Público Eleitoral (MPE) e órgão interno do TSE que fiscaliza as contas defenderam a desaprovação da prestação e a devolução de aproximadamente R$ 19 milhões pela falta de comprovação de gastos.

Ao analisar o caso, por unanimidade, os ministros seguiram voto do relator, ministro Benedito Gonçalves. Para o ministro, a maior parte dos gastos apontados como irregulares pelos pareceres dos órgãos está amparada por documentos que detalham as despesas, mas cerca de R$ 4 milhões foram aplicados irregularmente.

Durante o julgamento, o advogado Gustavo Kanffer, representante do PSDB, rebateu os pareceres que apontaram as irregularidades e defendeu a aprovação das contas.

"Consideramos que há um grau de subjetividade demasiado no último parecer. Ele se distancia daquilo que é a análise técnica", afirmou.

Recentemente, o TSE também desaprovou as contas partidárias do PROS e do PSL (atual União Brasil) do ano de 2016. (Agencia Brasil)

Ministério da Educação lança Canal Educação e Canal Libras

O governo federal lançou, na terça-feira (26), dois canais voltados para a área educacional: o Canal Educação e o Canal Libras, voltado para quem fala a Língua Brasileira dos Sinais. O lançamento contou com a participação do presidente da República, Jair Bolsonaro, e da primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O Canal Educação será transmitido em televisão aberta digital em multiprogramação nas capitais onde a TV Brasil possui transmissoras (2.3 no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Luís; e 1.3 em São Paulo). A programação também estará disponível na TV por assinatura e por meio de satélite para escolas com antena parabólica.

O Canal Libras será transmitido prioritariamente pela internet, mas alguns programas serão retransmitidos pelo Canal Educação.

De acordo com o presidente Jair Bolsonaro, o novo canal de Libras tem como objetivo a inclusão da população surda. Para ele, os canais trarão mais qualificação para os estudantes brasileiros. "Nós temos de agregar valor àquilo que nós temos e como fazê-lo? Através do conhecimento", disse. "Cada jovem brasileiro é uma pedra que precisa ser lapidada", concluiu.

Programação

Na grade do Canal Educação estarão programas destinados a elevar a taxa de alfabetização nacional e universalizar a educação, além de produtos que vão auxiliar na capacitação de professores e gestores escolares. Entre os programas estão: Fala Cientista, Que Invenção É Essa? e Caminho da Escola, entre outros. "Serão conteúdos variados como aulas remotas, preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio, Enem, documentários, programas educativos e culturais de qualidade", disse o ministro da Educação, Victor Godoy.

O Canal Libras terá uma grade especialmente dedicada à comunidade surda, desde a educação infantil até o ensino superior. Um dos programas será o Bate-Papo em Libras, que terá como entrevistada a primeira-dama Michelle Bolsonaro. "A utilização das Libras é uma forma de garantir a identidade das pessoas surdas e contribuir para a valorização e reconhecimento da cultura surda", disse a primeira-dama, em um discurso todo feito na Língua Brasileira dos Sinais. Segundo o apresentador do programa, Nelson Pimenta, o programa será uma conversa que, em vez da fala, utilizará as mãos e terá como entrevistados surdos e ouvintes.

De acordo com Pimenta, o intérprete na "janelinha" acaba não estimulando a comunidade surda a assistir a um programa, o que deve mudar a partir do momento em que ela verá um apresentador que "fala a sua língua" na TV. "Às vezes achamos que usando a língua de sinais você vai segregar, mas não. Usamos a língua própria e isso precisa ser respeitado", conta, na língua de Libras, Nelson Pimenta.

Canal Libras é um marco para a comunidade surda

O diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Paulo Bulhões, acredita que essa foi uma grande conquista para a comunidade surda. Segundo ele, anteriormente, houve algumas tentativas de estabelecer um canal voltado para a comunidade surda, mas elas acabaram não avançando e a abrangência era menor do que o alcance do Canal Libras. "Tem criança no interior sem internet, só com canal via satélite. A pessoa na roça, ela conseguirá assistir ao canal", comentou, em Libras.

De acordo com o professor doutor em linguística pela Universidade de Brasília (UnB) Messias Ramos, a acessibilidade em telas tem de ser difundida. Esse é um direito para que a comunidade surda possa estar em pé de igualdade com os demais. Segundo ele, a maioria das redes privadas precisam se adaptar ao quesito acessibilidade. "Muitas vezes o surdo perde a informação porque a TV não tem. É um sonho você trazer a TV e vê-la toda acessível", comemora.

Participação da EBC

A **Empresa Brasil de Comunicação** (**EBC**) vai participar deste projeto, com atrações produzidas por sua equipe, como o programa semanal de entrevistas Falas da Educação, que trará especialistas para debater as melhores práticas para a educação, e o Bate-papo em Libras.

Para as gravações, serão utilizados os estúdios da **EBC** em Brasília (DF), no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP). A equipe também deve se deslocar por todo o país para produção de material. (Agencia Brasil)

Dólar fecha a R$ 4,99 e acumula alta de 8% em três dias

Num dia de forte nervosismo no mercado internacional, o dólar aproximou-se de R$ 5, mesmo com o Banco Central (BC) intervindo no câmbio. A bolsa de valores caiu pela sétima vez consecutiva e atingiu o menor nível desde o fim de janeiro.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (26) vendido a R$ 4,991, com alta de R$ 0,115 (+2,36%). A cotação operou em alta durante toda a sessão e só não ultrapassou os R$ 5 porque o BC fez um leilão extra de US$ 500 milhões em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro.

Com o desempenho da terça-feira, a moeda norte-americana acumula alta de 8,04% apenas nas últimas três sessões. A divisa acumula alta de 4,83% em abril e queda de 10,49% em 2022.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela volatilidade. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 108.213 pontos, com queda de 2,23%. O indicador acompanhou os mercados norte-americanos e caiu, puxado por ações de bancos brasileiros, que divulgaram lucros menores que o previsto.

Dois fatores têm contribuído para a instabilidade do mercado financeiro global nos últimos dias. O primeiro é o aumento no número de casos de covid-19 na China, que reforça as expectativas de desaceleração da segunda maior economia do planeta por causa das medidas de lockdown adotadas em Xangai e a possibilidade de que o mesmo ocorra em Pequim. Isso acarreta a queda no preço das commodities (bens primários com cotação internacional), muitas delas exportadas pelo Brasil.

O segundo fator são declarações recentes de diretores do Federal Reserve (Fed, Banco Central dos Estados Unidos) de que o órgão pode aumentar os juros básicos norte-americanos além do esperado para segurar a inflação no país, que está no maior nível em 40 anos. Juros mais altos nos Estados Unidos estimulam a fuga de capitais de países emergentes.

As bolsas norte-americanas também foram afetadas pelas expectativas de juros mais altos pelo Fed. O índice Dow Jones, das empresas industriais, caiu 2,38% hoje. O S&P 500, das 500 maiores empresas, recuou 2,81%. O Nasdaq, das empresas de tecnologia, teve perda de 3,95%. (Agencia Brasil)

Fertilizantes ajudam agronegócio e segurança alimentar, diz presidente

O presidente Jair Bolsonaro disse na terça-feira (26), ao informar sobre o envio de fertilizantes da Rússia para o Brasil, que esses insumos garantem a sobrevivência do agronegócio e a segurança alimentar deste e de outros países, para os quais a produção brasileira é exportada.

A afirmação foi feita durante a abertura oficial da 23ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. "Quando estive, há poucas semanas, na Rússia tratando de fertilizantes, momentos antes do ataque ao país vizinho, fomos lá lutar por interesses do Brasil, porque não sobreviveremos sem fertilizantes", disse o presidente.

"Neste momento, temos 27 navios russos navegando para o Brasil, para trazer fertilizantes para o agronegócio, que é nosso orgulho. Não é apenas pela questão de divisas ou por representar um quarto do PIB, Produto Interno Bruto, mas para nossa segurança alimentar", acrescentou.

Bolsonaro disse ter recebido pedidos de autoridades da Organização Mundial do Comércio (OMS) para que o Brasil aumentasse as exportações de alimentos. O pedido, segundo ele, deve-se ao fato de "o mundo não sobreviver sem os alimentos do Brasil". "Nossa importância para o mundo todo é a responsabilidade que temos", complementou.

O presidente lembrou que, ao dar títulos de terras a assentados, possibilitou parcerias entre agricultores familiares e fazendeiros. "Transformamos assentados em cidadãos, que estão ao lado do fazendeiro, trabalhando em conjunto. O fazendeiro voltado ao agronegócio, e esse pequeno produtor voltado à agricultura familiar", argumentou.

Bolsonaro aproveitou o encontro com prefeitos, vereadores, gestores e parlamentares que participam da marcha para reiterar as críticas a autoridades que, segundo ele, estariam atuando contra a liberdade de expressão de pessoas que têm vida pública.

"Nossa liberdade é inegociável. Quantos de nós somos agredidos ao longo de nossa vida pública? Lamentamos, mas temos mecanismos para reparar isso", disse o presidente que, recentemente, concedeu perdão ao deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que foi condenado a 8 anos e 9 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo.

"Obviamente não podemos admitir que algum de nós que possa ter certos poderes interfira no destino final de nossa nação, nesse nosso bem maior que é a liberdade de expressão", acrescentou o presidente.

Promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a 23ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios vai até quinta-feira (28) debatendo temas e apresentando reivindicações das cidades brasileiras. Entre os assuntos abordados, estão reforma tributária, saneamento, piso do magistério e o cenário pós-pandemia.

Nesta edição, o tema tratado por cerca de 6 mil gestores públicos é Município: O caminho para Um Brasil Melhor. (Agencia Brasil)

Presidente da Câmara: decisão sobre cassação de mandato é do Congresso

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), reiterou na terça-feira (26) que cabe ao Congresso Nacional a decisão sobre cassação de mandato de parlamentares.

"O Supremo Tribunal Federal tem a competência para julgar, o presidente da República tem a competência para conceder graça ou indulto, a Câmara e o Senado têm que decidir sobre mandato parlamentar", disse Lira, informando que este é o entendimento da assessoria jurídica da Câmara. O presidente da Câmara disse que não vai "abrir mão" dessa competência constitucional das duas Casas de cassar o mandato de deputados federais e senadores.

Arthur Lira tem defendido o posicionamento após a condenação do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 8 anos e 9 meses de prisão, além de multa, pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo. Silveira também foi condenado com a perda do mandato e a suspensão dos direitos políticos após o fim dos recursos, penas que podem tornar o parlamentar inelegível temporariamente.

Indulto

Após condenação pela Suprema Corte, o presidente Jair Bolsonaro concedeu indulto a Silveira ao considerar como "prerrogativa presidencial para concessão de indulto individual é medida fundamental à manutenção do Estado democrático de direito" e que "a liberdade de expressão é pilar essencial da sociedade em todas as suas manifestações".

Em paralelo, a Câmara entrou com recurso no STF solicitando o reconhecimento da atribuição do Congresso Nacional em relação à perda de mandato de parlamentar. Mesmo com a condenação, Daniel Silveira permanece em liberdade com uso de tornozeleira eletrônica e no exercício do mandato de deputado federal até o momento.

Daniel Silveira foi acusado pelo Ministério Público Federal de incitar atos antidemocráticos e de fazer ataques a instituições, incluindo o próprio STF. O deputado ainda pode recorrer da decisão. (Agencia Brasil)

Chuvas em Minas e queda na demanda chinesa afetam mineração

A indústria mineral no Brasil experimentou uma queda de desempenho no primeiro trimestre de 2022. Os dados foram divulgados na terça-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa as maiores empresas do setor em atividade no país. Na comparação com o mesmo período do ano passado, a produção, de 200 milhões de toneladas, caiu 13%, e o faturamento, de R$ 56,2 bilhões, encolheu 20%. As exportações fecharam com redução de 22,8%.

Segundo o Ibram, dois fatores tiveram contribuição importante para o novo cenário, já que os últimos balanços trimestrais do setor registraram alta de produção e faturamento. O primeiro está relacionado com a China, principal compradora dos minérios do Brasil. Nos três primeiros meses do ano, as exportações para o país asiático caíram 31% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação ao último trimestre de 2021, a queda é de 29%.

"Tivemos uma redução da produção das siderúrgicas chinesas relacionada aos Jogos Olímpicos de Inverno. Havia uma determinação do governo chinês para melhorar as condições ambientais para a realização do evento esportivo. Também houve um maior controle de preços por parte da China", explicou Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram.

A entidade também chama atenção para as medidas de isolamento decretadas em diversas cidades do país asiático para o combate à pandemia da covid-19.

O segundo fator que exerceu forte influência no desempenho do setor foram as chuvas torrenciais ocorridas em janeiro em Minas Gerais. Em algumas localidades, foram registrados mais de 200 milímetros em apenas dois dias. Diversas unidades operacionais foram paralisadas por precaução ou para realização de manutenção, impactando na produção. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recomendou intervenção preventiva em 18 estruturas.

No Pará, a produção também ficou abaixo do que o esperado. "Tivemos problemas associados ao licenciamento ambiental, sobretudo em unidades situadas no Norte do Brasil", disse Jungmann.

Dessa forma, os dois principais estados mineradores - Minas Gerais e Pará - somaram 77% do faturamento do país. Nos três primeiros meses de 2021, as unidades mineiras e paraenses responderam por 85% da produção.

A queda no desempenho do setor no trimestre trouxe impacto para a arrecadação dos cofres públicos. Os dados indicam que, na comparação com os primeiros três meses de 2021, as empresas minerárias pagaram 20% a menos de tributos e 25% a menos de royalties, que é cobrado por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Foram arrecadados R$ 1,5 bilhão de CFEM, enquanto entre janeiro e março de 2021 foram R$ 2,1 bilhões. Considerando a soma de royalties e de todos os tributos, o setor recolheu R$ 19,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano e R$ 24,2 bilhões no mesmo período do ano passado.

Para o Ibram, o desempenho trimestral também está associado à natureza cíclica da atividade minerária, que é afetada pela sazonalidade do clima. A expectativa é de que uma ligeira recuperação seja observada nos próximos meses, com o fim do período chuvoso.

A entidade aponta ainda que, apesar da redução na produção e no faturamento, o saldo comercial mineral, que é a diferença entre exportações e importações de minérios, foi de US$ 6,2 bilhões.

"Mesmo quando há alguma queda nos resultados, as exportações de minérios geram divisas das quais o país não pode abrir mão", disse Jungmann. O minério de ferro, carro-chefe da produção mineral brasileira, respondeu por 95% das exportações de minérios em toneladas e por 68% em dólar. Além disso, foi responsável por 58% do faturamento de toda a indústria. O ouro respondeu por 11%, o cobre por 9% e os demais minerais por 22%.

O balanço trimestral também traz dados de investimentos estimados para um período de 5 anos, entre 2022 e 2026. Espera-se que sejam gastos pelo setor US$ 40,4 bilhões, sendo US$ 36,2 bilhões em produção e em infraestrutura e US$ 4,2 bilhões em projetos socioambientais, que envolvem preservação de áreas protegidas, aproveitamento de resíduos, processamento a seco e redução de dependência de barragens, redução no consumo de água, planos de descarbonização, geração de energia solar e autossuficiência energética de fontes renováveis. Segundo o Ibram, 46% dos investimentos previstos já estão em execução.

Novo mandato

Este é o primeiro balanço trimestral apresentado por Jungmann. O ex-deputado federal e ex-ministro da Defesa durante o governo de Michel Temer substituiu Flávio Ottoni Penido, tomando posse como diretor-presidente do Ibram no dia 1º de março. Também no mês passado, foi eleito um novo presidente para o Conselho Diretor da entidade: Wilson Brumer deu lugar à Wilfred Bruijn, CEO da mineradora Anglo American no Brasil. Penido e Brumer ocupavam os postos desde 2019.

Jungmann aproveitou a apresentação dos dados trimestrais para enumerar algumas diretrizes do seu mandato. Ele defendeu a intensificação da pesquisa mineral, criticou a elevação da carga tributária do setor e pediu o fim do contingenciamento de recursos destinados à Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela regulação e fiscalização do setor.

Outra bandeira levantada pela gestão de Jungmann é a da diversificação da produção mineral, de forma a reduzir a dependência do minério de ferro e explorar o potencial brasileiro de vanádio, níquel, lítio e outros minerais. Essa é uma medida que o novo diretor-presidente considera fundamental também para diminuir a dependência do mercado chinês.

Jungmann disse que a sustentabilidade e a segurança serão preocupações prioritárias da sua gestão e anunciou que, em junho, será lançado um aplicativo para celulares em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

"O aplicativo, vai possibilitar a qualquer brasileiro consultar a situação das barragens. Isso é devido a toda a sociedade brasileira, sobretudo levando em conta os acidentes trágicos que vivenciamos em Mariana e em Brumadinho", anunciou, lembrando dos grandes desastres ambientais ocorridos em 2015 e em 2019. (Agencia Brasil)